

PROMOÇÃO DA LEITURA NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

**PROMOÇÃO DA LEITURA
NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS**

José Soares Neves

Maria João Lima

PROJECTO

PROMOÇÃO DA LEITURA NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Equipa do projecto: José Soares Neves (responsável de projecto) e Maria João Lima. Colaboração de Margarida Carvalho e Alexandra Vaz. Colaboração de Jorge Alves dos Santos na execução das ilustrações georeferenciadas.

O presente projecto é uma encomenda do GEPE/ME ao ICS-UL - OAC no âmbito dos estudos do PNL.

O Observatório das Actividades Culturais (OAC) é uma Associação sem fins lucrativos, fundada em 1996, tendo por associados fundadores o Ministério da Cultura, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e o Instituto Nacional de Estatística. Ocupa-se da produção e difusão de conhecimentos que possibilitem dar conta, de uma forma sistemática e regular, das transformações no domínio das actividades culturais.

Autores: José Soares Neves e Maria João Lima

Lisboa, Setembro de 2009

ISBN : 978-972-614-467-0

Índice

ÍNDICE DE QUADROS, GRÁFICOS E MAPAS	5
INTRODUÇÃO.....	11
1. PROMOÇÃO DA LEITURA, POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUIÇÕES	15
1.1. ENTRE CULTURA E EDUCAÇÃO: AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NOS PROGRAMAS DE GOVERNO	17
1.2. AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NA ACÇÃO DA TUTELA DA CULTURA /DGLB	20
1.3. AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NA ACÇÃO DA FCG.....	21
1.4. AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NA ACÇÃO DO PNL.....	23
SÍNTESE	24
2. ASPECTOS CONCEPTUAIS	25
2.1. BIBLIOTECA PÚBLICA E BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL.....	25
2.2. ANIMAÇÃO CULTURAL E PROMOÇÃO DA LEITURA.....	27
2.3. ACTIVIDADE E PROJECTO	28
SÍNTESE	30
3. A TUTELA DA CULTURA E A LEITURA.....	33
3.1. REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS	33
3.2. PROGRAMA DE ACÇÕES DE PROMOÇÃO DA LEITURA/ITINERÂNCIAS CULTURAIS ...	39
3.3. PROJECTOS CONTINUADOS.....	69
SÍNTESE	77
4. A FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN E OS CONCURSOS DE APOIO A BIBLIOTECAS PÚBLICAS	79
4.1 CANDIDATURAS E PROJECTOS.....	79
SÍNTESE.....	81

5. A ANIMAÇÃO/PROMOÇÃO DA LEITURA NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO DAS AUTARQUIAS (PNL).....	83
5.1. ENQUADRAMENTO E MÉTODO.....	84
5.2. ACTIVIDADES VOCACIONADAS PARA A PROMOÇÃO DA LEITURA EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS.....	87
5.3. CARACTERIZAÇÃO DOS DESTINATÁRIOS DAS ACTIVIDADES DE ANIMAÇÃO/PROMOÇÃO DA LEITURA.....	88
SÍNTESE	91
6. INQUÉRITO ÀS BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.....	93
6.1. METODOLOGIA.....	93
6.2. TRABALHO DE CAMPO	94
6.3. RESULTADOS – MÓDULO GERAL (BIBLIOTECAS).....	96
6.4. RESULTADOS – MÓDULO ESPECÍFICO (PROJECTOS DE PROMOÇÃO DA LEITURA) .	133
SÍNTESE.....	154
BALANÇO FINAL.....	161
BIBLIOGRAFIA	165
ANEXOS	
ANEXO 1 – Questionário do Inquérito às bibliotecas públicas municipais	167
ANEXO 2 – Ofícios de envio do questionário, insistência e data limite	189
ANEXO 3 – Ofícios a solicitar envio de documento ou parte de documento de promoção da leitura.....	195

Índice de quadros

3. A TUTELA DA CULTURA E A LEITURA

Nº 1 – RNBP – Bibliotecas inauguradas por Tipologia (1998/2008)	36
Nº 2 – RNBP – Bibliotecas por Número de Pólos fixos	39
Nº 3 – Despesa do organismo de tutela com o PAPL/Itinerâncias culturais (2005-2009).....	41
Nº 4 – Tempo de permanência das acções em carteira por Tipologia de permanência.....	45
Nº 5 – Tipologia de permanência por Tipologia de acções	45
Nº 6 – Correspondência entre a tipologia de acções utilizada nas carteiras e a definida pelo OAC.....	46
Nº 7 – Tipologia de permanência em carteira dos responsáveis pelas acções	49
Nº 8 – Acções com pelo menos uma realização e Total de realizações por Ano (1998-2002 e 2004-2008)	50
Nº 9 – Bibliotecas/Municípios com pelo menos uma acção concretizada por Ano (1998-2002 e 2004-2008)	51
Nº 10 – Bibliotecas inauguradas da RNBP com acções PAPL/Itinerâncias culturais (2007-2008)	51
Nº 11 – Bibliotecas por Número de anos de participação no PAPL (1998-2002 e 2004-2008).....	52
Nº 12 – Tipologia das Acções em carteira (2008)	57
Nº 13 – Objectivos das Acções de Formação (2008).....	58
Nº 14 – Objectivos dos Ateliês (2008).....	58
Nº 15 – Objectivos das Comunidades de Leitores (2008).....	59
Nº 16 – Objectivos dos Cursos Breves de Literatura (2008)	59
Nº 17 – Objectivos dos Espectáculos (2008)	60
Nº 18 – Objectivos das Exposições (2008)	60
Nº 19 – Públicos-alvo das Acções de Formação (2008).....	61
Nº 20 – Públicos-alvo dos Ateliês (2008).....	61
Nº 21 – Públicos-alvo das Comunidades de Leitores (2008).....	62
Nº 22 – Públicos-alvo dos Cursos Breves de Literatura (2008)	62
Nº 23 – Públicos-alvo dos Espectáculos (2008).....	62
Nº 24 – Duração das Acções de Formação (2008).....	63
Nº 25 – Duração dos Ateliês (2008).....	64
Nº 26 – Duração das Comunidades de Leitores (2008)	64
Nº 27 – Duração dos Cursos Breves de Literatura (2008).....	65
Nº 28 – Duração dos Espectáculos (2008).....	65
Nº 29 – Indicadores dos questionários das Acções de Formação – formandos (2003 e 2005-2008).....	66

Nº 30 – Questionários dos formandos por Ano.....	67
Nº 31 – Formandos por Sexo, Idade, Grau de escolaridade e Profissão (2003 e 2005- 2008)	68
Nº 32 – Projectos continuados por Tipo de entidade.....	70
Nº 33 – Projectos continuados por Biblioteca municipal	72
Nº 34 – Projectos continuados por Contexto do público-alvo	72
Nº 35 – Projectos continuados por Idade (anos) do público-alvo	73
Nº 36 – Projectos continuados por Idade (grandes grupos) do público-alvo	73
Nº 37 – Projectos continuados por Grau de escolaridade do público-alvo	74
Nº 38 – Projectos continuados por Local de realização	75
Nº 39 – Projectos continuados por Ano de início	75
Nº 40 – Projectos continuados por Ano de fim	76

4. A FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN E OS CONCURSOS DE APOIO A BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Nº 41 – Candidaturas e projectos Aprovados no Concurso Apoio a Projectos de Promoção de Leitura em Bibliotecas Públicas por Ano (2003-2008)	80
Nº 42 – Concurso Apoio a Pequenas Bibliotecas Públicas (2008).....	80

5. A ANIMAÇÃO/PROMOÇÃO DA LEITURA NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO DAS AUTARQUIAS (PNL)

Nº 43 – Câmaras municipais que assinaram protocolo com o PNL por situação face ao Programa RNBP (2008).....	84
Nº 44 – Câmaras municipais com biblioteca da RNBP inaugurada e com protocolo com o PNL por Tipo de biblioteca (2008)	85
Nº 45 – Câmaras municipais com protocolo com o PNL por Preenchimento do Plano de Desenvolvimento e por Ano (2007 e 2008)	85
Nº 46 – Municípios que preencheram o Plano de Desenvolvimento por Ano (2007 e 2008).....	86
Nº 47 – Indicadores de preenchimento da ficha de Actividades de animação/promoção da leitura por Ano (2007 e 2008)	86
Nº 48 – Actividades vocacionadas para a promoção da leitura nas bibliotecas públicas por Ano (2007 e 2008)	87
Nº 49 – Actividades vocacionadas para a promoção da leitura realizadas no âmbito do PAPL (2007 e 2008)	87
Nº 50 – Actividades vocacionadas para a promoção da leitura por Tipo de acção e por Ano (2007 e 2008)	88

Nº 51 – Destinatários das actividades de animação/promoção da leitura por Nível de escolaridade (2008).....	88
Nº 52 – Destinatários das actividades por Categoria (2007 e 2008)	89
Nº 53 – Destinatários das actividades por Profissão (2007 e 2008).....	90
Nº 54 – Destinatários das actividades por Local (2008)	90
Nº 55 – Destinatários das actividades por Outras situações (2007 e 2008).....	91

6. INQUÉRITO ÀS BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Nº 56 – Inquérito por questionário às bibliotecas públicas municipais – indicadores de partida.....	94
Nº 57 – Inquérito por questionário às bibliotecas públicas municipais – indicadores de aplicação	95
Nº 58 – Bibliotecas públicas municipais por Ano de abertura	96
Nº 59 – Pontos de serviço por Dimensão populacional do município	97
Nº 60 – Recursos documentais por Tipo de documento.....	99
Nº 61 – Existência de documentos por Tipo de documento	99
Nº 62 – Despesas com aquisição de Monografias por Ano	100
Nº 63 – Responsáveis pela resposta ao questionário por Sexo.....	100
Nº 64 – Responsáveis pela resposta ao questionário por Categoria profissional.....	101
Nº 65 – Responsáveis pela resposta ao questionário por Cargo.....	101
Nº 66 – Respostas das bibliotecas da RNBP por Tipo.....	102
Nº 67 – Existência de Protocolo com PNL.....	103
Nº 68 – Existência de Protocolo com PNL por Aquisição de obras recomendadas pelo PNL.....	103
Nº 69 – Modalidade de aquisição de obras recomendadas pelo PNL (2007 ou 2008).....	104
Nº 70 – Existência de Protocolo com PNL por Iniciativas de ampliação da acção do PNL.....	105
Nº 71 – Espaços das bibliotecas	106
Nº 72 – Serviços disponíveis nas bibliotecas	107
Nº 73 – Utilizadores das bibliotecas.....	108
Nº 74 – Bibliotecas por Utilizadores inscritos	109
Nº 75 – Bibliotecas por Utilizadores inscritos com menos de 15 anos	109
Nº 76 – Documentos com empréstimo domiciliário	110
Nº 77 – Destinatários das acções de formação	115
Nº 78 – Grupos apoiados pela biblioteca	115
Nº 79 – Participantes por Grupo apoiado pela biblioteca.....	116
Nº 80 – Número de grupos apoiados pela biblioteca.....	117
Nº 81 – Número de grupos apoiados pela biblioteca por Pertença à RNBP	117
Nº 82 – Número de grupos apoiados pela biblioteca por Existência de Protocolo com PNL.....	117
Nº 83 – Número de grupos apoiados pela biblioteca por Ano de abertura	118

Nº 84 – Existência de documento escrito orientador das actividades de promoção da leitura.....	121
Nº 85 – Participação em Programas nacionais de apoio à promoção da leitura	124
Nº 86 – Programas em que a biblioteca participou.....	124
Nº 87 – Dificuldades na concretização de projectos de promoção da leitura	128
Nº 88 – Projectos de promoção da leitura	134
Nº 89 – Número de módulos específicos preenchidos por Biblioteca	134
Nº 90 – Projectos de promoção da leitura por Período.....	136
Nº 91 – Inserção do projecto em programas de âmbito nacional ou internacional.....	136
Nº 92 – Projectos descritos no Módulo Específico por Categoria	137
Nº 93 – Projectos descritos no Módulo Específico por Início do projecto e por Categoria	143
Nº 94 – Projectos por objectivos específicos.....	144
Nº 95 – Projectos de promoção da leitura por Combinatórias de objectivos específicos.....	144
Nº 96 – Projectos de promoção da leitura por Público-alvo	145
Nº 97 – Projectos de promoção da leitura por Conjunções de públicos-alvo	146
Nº 98 – Projectos por Áreas/Modalidades	147
Nº 99 – Conteúdos dos projectos Ateliê/Oficina.....	148
Nº 100 – Projectos por Periodicidade de realização.....	149
Nº 101 – Execução do projecto (resposta múltipla).....	149
Nº 102 – Execução do projecto (exclusiva)	150
Nº 103 – Acompanhamento da execução do projecto	151
Nº 104 – Entidades parceiras na execução dos projectos	151
Nº 105 – Local de realização dos projectos	152
Nº 106 – Projectos por Modo utilizado na divulgação	153
Nº 107 – Projectos por Número de modos de divulgação	153
Nº 108 – Instrumentos de Avaliação.....	154
Nº 109 – Inquérito aos formadores nos projectos com Área/Modalidade de acção de formação.....	154

Índice de gráficos

3. A TUTELA DA CULTURA E A LEITURA

Nº 1 – RNBP – Bibliotecas inauguradas por Ano (1987-2008)	34
Nº 2 – RNBP – Bibliotecas inauguradas por Serviço	37
Nº 3 – PAPL – Acções em carteira e Novas acções (1998-2009)	43
Nº 4 – PAPL – Acções em carteira por Permanência (1998-2009).....	44
Nº 5 – PAPL – Acções em carteira por Tipo e por Ano (1998-2009).....	47
Nº 6 – PAPL – Estrutura das acções em carteira por Tipo e por Ano (1998-2009).....	48
Nº 7 – PAPL – Acções e Responsáveis pelas acções em carteira (1998-2009)	49
Nº 8 – Projectos continuados vigentes por Ano (1986-2008).....	77

6. INQUÉRITO ÀS BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Nº 9 – Títulos do acervo documental da biblioteca.....	111
Nº 10 – Títulos do acervo documental da biblioteca por Tipo de biblioteca segundo a dimensão do acervo documental (monografias)	112
Nº 11 – Critérios de selecção das obras	113
Nº 12 – Frequência de realização de actividades	114
Nº 13 – Locais de realização de actividades de promoção da leitura.....	120
Nº 14 – Entidades/equipamentos com que a biblioteca se associa para realizar projectos de promoção da leitura.....	123
Nº 15 – Importância atribuída a actividades das bibliotecas	126
Nº 16 – Opinião quanto a afirmações referentes à promoção da leitura	127
Nº 17 – Projectos de promoção da leitura por Ano de início	135

Índice de mapas

3. A TUTELA DA CULTURA E A LEITURA

Nº 1 – RNBP – Candidaturas seleccionadas, Contratos-programa e Bibliotecas inauguradas por concelho (2008)	35
Nº 2 – RNBP – Bibliotecas por Tipologia (2008).....	38
Nº 3 – PAPL – Acções realizadas por Ano (1998)	53
Nº 4 – PAPL – Acções realizadas por Ano (1999)	53
Nº 5 – PAPL – Acções realizadas por Ano (2000).....	53
Nº 6 – PAPL – Acções realizadas por Ano (2001)	53
Nº 7 – PAPL – Acções realizadas por Ano (2002).....	54
Nº 8 – PAPL – Acções realizadas por Ano (2004)	54
Nº 9 – PAPL – Acções realizadas por Ano (2005).....	54
Nº 10 – PAPL – Acções realizadas por Ano (2006).....	54
Nº 11 – PAPL – Acções realizadas por Ano (2007).....	55
Nº 12 – PAPL – Acções realizadas por Ano (2008).....	55
Nº 13 – PAPL – Acções realizadas no período 1998/2008	56
Nº 14 – Projectos continuados por Tipo de entidade e por Número de projectos (2008)	71

6. INQUÉRITO ÀS BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Nº 15 – Respostas válidas ao Inquérito	98
Nº 16 – Grupos apoiados pela biblioteca.....	119

INTRODUÇÃO

São muitas e diversificadas as iniciativas promovidas e realizadas nas bibliotecas públicas municipais em Portugal. Num dos textos de síntese do programa de pesquisa *Sobre a Leitura*, coordenado pelo OAC em colaboração com o então Instituto Português do Livro e da Leitura, e que decorreu entre 1997 e 2000, os autores constataam já, a partir dos estudos de caso realizados em diversas bibliotecas, a *admirável panóplia de actividades* por elas dinamizadas (Lopes e Antunes, 2000: 26). O mesmo se constata num estudo de caso sobre as bibliotecas de Cascais (Nunes e Neves, 2005). Também os dados administrativos do Programa de Acções de Promoção da Leitura/Itinerâncias culturais (PAPL) que a Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB) vem disponibilizando apontam nesse sentido. E o mesmo se pode ainda confirmar nos portais de diversas instituições de âmbito nacional e nos das próprias bibliotecas.

Contudo, tal informação apresenta-se normalmente fragmentada pelo que faltava uma sistematização das actividades realizadas, para mais enfatizando a noção de *promoção da leitura* que vem marcando as políticas públicas.

Quais os serviços e espaços de que dispõem as bibliotecas públicas municipais? Quantos os utentes? Quais as actividades realizadas, com que regularidade e com que objectivos? Quais os destinatários ou públicos-alvo dessas actividades? Em que locais se realizam? Em que contextos institucionais elas são promovidas e realizadas? Quais as orientações programáticas das políticas culturais para o sector? Em concreto, em que medida as actividades correspondem às orientações do Plano Nacional de Leitura (PNL) de que as bibliotecas públicas são um dos parceiros estratégicos? Que desafios se lhes colocam face à evolução do sistema de ensino, um dos domínios de que mais se aproximam? Quais as opiniões dos bibliotecários protagonistas da condução quotidiana e da execução das actividades das bibliotecas? E que sugestões têm a fazer quanto às orientações seguidas, aos problemas com que se defrontam na sua prática profissional?

As bibliotecas públicas são o local/equipamento cultural por excelência da leitura. Desse ponto de vista, as suas actividades poderão ser consideradas, de uma ou de outra forma, como actividades de promoção da leitura. Mas é-lhes também solicitado que não esgotem as suas actividades nos acervos documentais que lhe conferem a sua especificidade, alargando as suas valências e funções, aproximando assim a noção de biblioteca da de centro cultural, por um lado e, por outro, tendendo a ser *polimórficas* (Bertrand, 1994: 9), ou seja, investidas de objectivos não apenas do domínio cultural,

mas também educativo, cívico, urbano, mediático e económico. As bibliotecas são, assim, incentivadas a oferecer um conjunto diversificado de actividades de animação cultural, umas mais próximas dos acervos documentais, outras visando essencialmente animar as suas diversas valências. Animação cultural e promoção da leitura andam, assim, inevitavelmente, de par. Contudo, esta última orientação, se bem que omnipresente, vem ganhando maior peso nas orientações públicas, em particular com a criação do Plano Nacional de Leitura. Neste contexto, serão *animação cultural* e *promoção da leitura* termos sinónimos, ou, pelo contrário, será possível e adequado estabelecer entre eles distinções conceptuais? O mesmo se poderá dizer quanto aos termos *actividade* e *projecto*, termos comumente utilizados para designar as iniciativas das bibliotecas. Em particular, será possível, e adequado, distinguir entre actividades regularmente realizadas nas bibliotecas e projectos cuja marca é o seu carácter singular?

A opção do presente estudo é a de contribuir para a discussão destas questões, ou seja, opta-se por distingui-las de um ponto de vista conceptual, enfatizando as noções de promoção da leitura e de projecto, sem descuidar nunca o conjunto das iniciativas realizadas nas bibliotecas públicas municipais.

Neste sentido, quais os projectos de promoção da leitura que os responsáveis pelas bibliotecas consideram particularmente significativos? Quais os seus objectivos, quais os públicos-alvo, qual a duração e quais os instrumentos de avaliação utilizados?

Estas são, portanto, algumas das questões de partida para cuja resposta se procura contribuir com o presente estudo.

A análise a seguir realizada sustenta-se em diversos procedimentos metodológicos e técnicos. Tais procedimentos consistem em análise documental, entrevistas com responsáveis do PNL e da DGLB, tratamento e análise de dados administrativos quantitativos e qualitativos, inquérito às bibliotecas visando recolher dados de caracterização das bibliotecas quanto às colecções, utentes, actividades e opiniões dos responsáveis sobre aspectos ligados à selecção das obras, importância de determinadas actividades e elementos de caracterização de projectos de promoção da leitura considerados exemplares na perspectiva dos responsáveis das bibliotecas.

Os resultados a que se chegou através do Inquérito foram, em várias das dimensões observadas, complementados com contactos por correio electrónico e por telefone com os responsáveis pelo seu preenchimento de modo a validar e, ou, a identificar os possíveis sentidos das respostas a determinadas perguntas.

Quanto à estratégia expositiva, começa-se por uma breve contextualização, incluindo uma síntese da evolução das políticas culturais públicas e os principais enquadramentos institucionais actuais. Seguidamente apresentam-se os conceitos utilizados. Passa-se à exploração da informação administrativa recolhida e trabalhada pela equipa do Observatório a partir de três fontes secundárias: DGLB, PNL e Fundação Calouste

Gulbenkian (FCG). Estas fontes têm em comum actividades realizadas ou a realizar nas bibliotecas públicas municipais, por elas organizadas ou não. As actividades inventariadas são, naturalmente, de diversa índole mas situam-se, à partida, entre a animação da biblioteca e a promoção da leitura. A espessura temporal dos indicadores construídos é variável uma vez que segue a das fontes, mas procurou-se que 2008 fosse o ano de referência comum. A informação recolhida reporta-se, tanto quanto possível, à duração total do programa em causa. A análise da documentação da DGLB, em particular a relativa ao PAPL/Itinerâncias culturais, mostrou-se particularmente complexa e morosa dado que o Programa vai no seu 12º ano e nunca foi objecto de um estudo de avaliação.

A apresentação dos resultados é precedida do enquadramento de cada fonte a partir da documentação respectiva.

Explanam-se, no último capítulo, os resultados – referentes a 2008 – do Inquérito por questionário realizado às bibliotecas públicas municipais entre Abril e Maio de 2009.

1. PROMOÇÃO DA LEITURA, POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUIÇÕES

Em Portugal, para além dos baixos níveis de literacia e de hábitos e práticas de leitura comparativamente com outros países, designadamente europeus, que estão na base do lançamento do próprio Plano Nacional de Leitura, e que os estudos realizados confirmam, importa também ter em conta os baixos níveis de frequência de bibliotecas da população portuguesa.

Com efeito, quanto à população alfabetizada, com 15 e mais anos e residente no Continente, a frequência de bibliotecas é uma prática limitada a 17% de acordo com o estudo *A Leitura em Portugal* (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007). E especificamente quanto às bibliotecas municipais (ainda assim as que apresentam o contingente mais volumoso entre os que costumam frequentar bibliotecas) o valor é de 12%.

Quanto à população em idade escolar, o estudo *Os Estudantes e a Leitura* revela que 60% refere ir a uma biblioteca fora da escola, sendo a biblioteca o equipamento mais referido para a ocupação dos tempos livres (13% nunca; 85% pelo menos uma vez por mês), mas, observada a ida a bibliotecas por grau de ensino, "Uma vez ou mais por mês" cai abruptamente do 2º ciclo (48%) para o 3º ciclo (33%) e deste ligeiramente para o secundário (31%) (Lages, Liz, António e Correia, 2007).

Contudo, o reconhecimento da importância da leitura por sociedades actuais é consensual entre os portugueses (Costa, Ávila e Pegado 2008: 54).

Ainda no âmbito dos estudos sociológicos do Plano Nacional de Leitura (PNL), realizou-se no Observatório das Actividades Culturais, em 2007, o estudo *Práticas de Promoção da Leitura nos Países da OCDE* (Neves, Lima e Borges, 2008). Abrangeu 30 países e privilegiou, naturalmente, uma abordagem alargada das práticas de promoção da leitura pelo que o caso de Portugal não foi objecto de um tratamento específico.

A análise das referidas práticas permitiu chegar a várias conclusões. Mostrou, desde logo, que são muito comuns na generalidade dos países observados. Os baixos níveis de literacia e de hábitos e práticas de leitura são os principais factores que sustentam as medidas políticas desencadeadas. No entanto, ao contrário do que seria de prever, a quantidade e intensidade das medidas tende a aumentar com os níveis de literacia, e não o oposto. Ou seja, é nos países com níveis mais elevados que a preocupação com a promoção da leitura é mais visível. O caso inglês é, desse ponto de vista, exemplar. Mas o facto de se tratar normalmente de medidas de políticas públicas, dimanadas dos vários

níveis governativos com ênfase para o nível central, não quer dizer menor envolvimento da chamada sociedade civil, muito pelo contrário, sendo patente um consenso largamente partilhado quanto à importância da leitura e as medidas para a promover contam com o envolvimento de largos sectores das sociedades. Ainda uma outra conclusão evidenciada pelo estudo quanto aos destinatários, grupos ou públicos-alvo é que, sendo eles, primordialmente, constituídos pelas crianças e jovens, é visível a tendência para que o alargamento se faça em direcção a idades cada vez mais precoces, incluindo recém-nascidos. Alargamento concomitante com o dos *grupos satélite* (Neves, Lima e Borges, 2008: 38) envolvidos, chamados a desempenhar um papel junto das crianças, por exemplo, médicos e enfermeiros, para além dos familiares mais chegados, os pais e os avós. Contudo, importa não perder de vista que se identificaram medidas orientadas para inúmeros destinatários. A lista dos projectos recensados e descritos alimentou no termo da pesquisa uma base de dados em linha¹.

Claro que diferentes países enfatizam diferentes objectivos específicos e diferentes modos de concretizar as medidas políticas, mas também ficou patente a proximidade de experiências e mesmo a sua transferência para vários países. A noção *boas práticas* (idem: 15-16) dá conta da constatação de que não há muito de novo a fazer (não se pode estar sempre a tentar descobrir a roda, é uma das expressões mais usadas na documentação) antes que há muito a aprender com as experiências postas em prática noutros países, que importa adaptar às condições concretas do país de acolhimento, sendo que tal adaptação pressupõe, entre outras condições, a existência de um conjunto de características sociais próximas – nos destinatários, nos objectivos, etc.

Quanto aos modos de concretizar as medidas políticas, ficou clara a generalização do termo *projecto*, em geral associado ao nível mais operacional de tais medidas, designadas normalmente por *plano* (como o português Plano Nacional de Leitura) ou por *programa*. A utilização recorrente destas noções levou à utilização de abordagens teóricas próximas da gestão cultural e da gestão por projectos. E motivou, posteriormente, a temática de uma comunicação à II Conferência Internacional do PNL, justamente intitulada “Planos, programas e projectos na promoção da leitura”². O modo de organizar as intervenções públicas complexas, frequentemente de âmbito nacional, estruturadas em planos/programas/projectos (e estes em acções ou actividades) ficou muito visível. E a noção de *projecto* revelou-se particularmente operativa, nomeadamente na grelha de descrição e classificação das práticas identificadas. Na parte final do referido estudo apontam-se ainda alguns critérios na definição dos projectos de promoção da leitura com base nas conclusões das práticas dos diversos países e no contexto português.

¹ Base de dados disponível no endereço <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/dbpnl/>.

² Comunicação “Planos, programas e projectos de promoção da leitura: uma abordagem conceptual com ilustrações empíricas”, José Soares Neves com Maria João Lima, *II Conferência Internacional do PNL*, FCG, Lisboa, 23 de Outubro de 2008.

Seria importante, contudo, estender o levantamento, caracterização e análise da promoção da leitura ao caso concreto de Portugal, agora enfatizando o papel das bibliotecas públicas. De facto, já no citado estudo *Práticas de Promoção da Leitura nos Países da OCDE* ficara evidente que, nos processos de intervenção visando a promoção da leitura, diversos tipos de equipamentos, designadamente culturais, são intervenientes activos. E entre eles as bibliotecas públicas ocupam um lugar central. Como aí se refere, *é incontornável a contribuição [das bibliotecas públicas] para a promoção da leitura. Grande parte dos projectos classificados decorre precisamente nesses equipamentos, mobilizando os seus profissionais e exigindo uma articulação entre as actividades (e as estratégias) de cada uma das bibliotecas com as dos projectos* (idem: 59).

Contudo, não se aprofundou o seu papel uma vez que tal não estava entre os objectivos. No tocante a Portugal fez-se apenas uma breve referência destacando *o caso particular das bibliotecas públicas e o seu importante papel na promoção da leitura junto de outros grupos-alvo que não apenas os actualmente definidos (as crianças e os jovens)* (idem: 72). E referem-se os três principais enquadramentos institucionais da promoção da leitura, todos eles envolvendo as bibliotecas públicas municipais: a tutela pública do sector, desde 2006 a Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB); o PNL e a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) (idem: 68-70).

Efectivamente, nas bibliotecas públicas portuguesas realizam-se inúmeras actividades de promoção da leitura, algumas com reconhecimento a nível internacional, como é o caso do projecto que ganhou, em 2007, o Prémio Europeu de Inovação na Promoção da Leitura atribuído pela *International Reading Association (Dar Vida às Letras. Promoção do Livro e da Leitura)*, projecto promovido pela Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho e com a participação dos agrupamentos de escolas, jardins-de-infância e bibliotecas municipais (Gonçalves, Viana e Dionísio, 2007).

O presente estudo segue, de certo modo, o realizado para os países da OCDE, retomando algumas das noções então utilizadas e os referidos enquadramentos institucionais, mas agora com um enfoque especial nas bibliotecas públicas municipais.

Importa situar tais enquadramentos institucionais, mas antes haverá que enquadrar a promoção da leitura em Portugal do ponto de vista das políticas públicas, tendo como principais observáveis empíricos os programas dos Governos Constitucionais³ e os objectivos programáticos aí patentes, por um lado, e as medidas postas em prática, por outro.

³ Disponíveis para consulta no portal do Governo <http://www.portugal.gov.pt/>.

1.1. ENTRE CULTURA E EDUCAÇÃO: AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NOS PROGRAMAS DE GOVERNO

São vários os Governo Constitucionais (GC) que destacam no seu programa a importância das bibliotecas públicas e das bibliotecas escolares.

O Programa do I GC (1976-1978) refere a importância da *animação cultural* para a criação de bibliotecas, a promoção do livro português e a concepção de bibliotecas modelo *que tornem o livro acessível a vastas camadas populacionais*, a par de campanhas de divulgação do livro e a promoção do livro infantil e juvenil. A temática das bibliotecas só é retomada no IV GC (1978-1979) que defende uma lei orgânica das bibliotecas e o apoio a uma *rede de bibliotecas populares*. O V GC (1979-1980) sustenta a necessidade de lançamento de um *Plano nacional de alfabetização e educação de base de adultos*. No do VII GC (1981) refere-se o *reforço da capacidade dos serviços ambulatoriais das bibliotecas*. No programa do IX GC (1983-1985) a tónica vai para a implementação, com o Ministério da Educação, de um *programa nacional de educação de adultos, abrangendo o analfabetismo funcional e o apoio, dentro dos meios disponíveis, ao reapetrechamento da rede de bibliotecas do país*. No do XI GC (1987-1991) as bibliotecas voltam a ser expressamente mencionadas defendendo-se a continuidade do programa de *instalação de uma rede nacional de bibliotecas municipais*. O programa do XII GC (1991-1995) defende a prossecução das *acções de apoio à política de divulgação do livro e à rede de leitura pública*. O XIII GC (1995-1999) preconiza o *incremento da rede nacional de leitura pública, articulando-a com uma rede de bibliotecas escolares a instituir em colaboração com o Ministério da Educação*, aspectos retomados nos programas do XIV (1999-2002), XV (2002-2004) e XVI GC (2004-2005) que reiteram o objectivo da ampliação da rede de leitura pública, em articulação com a rede de bibliotecas escolares. No XVI faz-se também menção à *revisão do regime jurídico para a promoção do livro e da leitura*. E, por fim, no Programa do XVII GC (2005-2009) refere-se a necessidade de concluir a rede de leitura pública, de prosseguir a *cobertura territorial da rede nacional de bibliotecas públicas*, adiantando-se que *o programa nacional de promoção da leitura será reforçado, beneficiando da cooperação entre bibliotecas públicas e bibliotecas escolares e chamando-o à agenda crucial da educação dos adultos*. Reforçam-se, assim, neste programa de Governo, três linhas políticas de continuidade – (i) alargamento da cobertura da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP) no sentido da sua universalização ao conjunto dos municípios portugueses; (ii) articulação entre aquela Rede e a Rede de Bibliotecas Escolares (RBE); (iii) a *educação de adultos*,

designadamente quanto à promoção da leitura, objectivo que remonta ao V GC (1979-1980), merece uma referência no IX e reaparece nos objectivos programáticos do XVII.

Quanto às medidas políticas os principais marcos são claros: lançamento da RNBP em 1986 (X GC), da RBE em 1996 e do Programa Nacional de Promoção da Leitura/Itinerâncias culturais em 1997 (ambas no XIII GC), e do PNL em 2006 (XVII GC).

As referidas orientações espelham a necessidade de articulação entre as tutelas da Cultura e da Educação tanto ao nível dos equipamentos (bibliotecas públicas e biblioteca escolares), como dos públicos-alvo (crianças e jovens em idade escolar, adultos), como ainda dos contextos da leitura (leitura instrumental e leitura por prazer). Enfatizam-se, nos programas direccionados para o sector cultural, aspectos que são da responsabilidade do sector educativo (bibliotecas escolares, formação de adultos). Contudo, apesar do consenso estabelecido, essas orientações não estão isentas de tensões cujo fulcro se situa, em boa medida, nas bibliotecas municipais.

Sendo considerado um serviço cultural, e situado portanto na área governativa da tutela da Cultura⁴, as políticas públicas em Portugal enfatizam, como se viu, a articulação (mais do que complementaridade) com o Ministério da Educação e as escolas, em geral, e com as bibliotecas escolares, em particular. Deste ponto de vista, poderá falar-se da influência do modelo francês no desenho da RNBP o qual, ao contrário do modelo inglês e alemão, associa funções culturais e educativas (Bertrand, 1996: 78).

Tal articulação – que conflui para os públicos em idade escolar e que envolve bibliotecários e professores, entre outros – pelas suas implicações e mudanças várias ao longo das últimas décadas mereceria ser tomada como objecto de estudo, o que porventura não tem acontecido para o caso português, ou não tem acontecido com a continuidade que os impactos dessa articulação vão tendo nas bibliotecas. Não sendo esse, precisamente, o objectivo do presente estudo, importará, no entanto, abordar essa problemática de acordo com alguns dos aspectos em jogo, designadamente: Que implicações na constituição das colecções, na definição das prioridades, na composição dos públicos e nas opções sobre as actividades a realizar? Um ponto de partida para essa discussão residirá nos estudos de caso realizados no quadro do já citado programa *Sobre a Leitura*. Voltando a um dos textos de síntese, sintomaticamente intitulado *Desescolarizar as bibliotecas?*, os autores concluem que parte substancial dos utilizadores das bibliotecas públicas são estudantes e que *as lógicas de utilização e apropriação de ambas as bibliotecas (escolar e municipal) não se distanciam* (Lopes e Antunes, 2000: 25).

⁴ Note-se que não existe regulamentação geral das bibliotecas nem uma tutela única das bibliotecas públicas.

Contudo, poder-se-á considerar desde já algumas especificidades dos dois sectores – cultural e educativo –, o que equivale a, ao contrário do que normalmente sucede, *procurar evidenciar aquilo que os distingue e não apenas o que os aproxima*.

Assim, haverá que constatar que a cada um deles corresponde um ministério o que significa, em si mesmo, missões e medidas específicas. Depois será importante não perder de vista a distinção entre educação formal (sistema educativo) e fruição cultural, o que, por exemplo, se pode traduzir na ênfase na leitura instrumental ou na ênfase na leitura por prazer, realizada nos tempos livres. De certo modo, trata-se de relembrar o problema clássico do bibliotecário, ou seja, *como tornar perenes as práticas de leitura após a saída do sistema escolar* (Gattegno, 1989: 13).

Estes e outros aspectos remetem, em resumo, para as dificuldades relacionais que, simultaneamente, unem e separam os mundos das bibliotecas públicas e do ensino, dificuldades que, aliás, não serão um problema especificamente português (Bertrand, 1994: 70).

1.2. AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NA ACÇÃO DA TUTELA DA CULTURA /DGLB

A política de leitura pública, concretizada através da RNBP – Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (municipais, adiante-se), constitui desde meados da década de oitenta do século passado uma vertente fundamental das políticas públicas do livro e da leitura em Portugal. Aquela política de leitura pública foi objecto de um relatório fundador⁵ em 1986 (Moura, Almeida, Portilheiro e Calçada, 1986), institucionalizada no ano seguinte através do Decreto-Lei nº 111/87, de 11 de Março, e em 1988 abriu ao público a primeira biblioteca da Rede, a Biblioteca Municipal da Chamusca.

Pretendia-se assim dotar todos os concelhos do País de uma biblioteca pública, de acordo com os princípios e normas estabelecidos internacionalmente.

O investimento com as infra-estruturas (em parceria com os municípios) consome parte muito significativa dos recursos do organismo de tutela. Entre 1987 e 1995, com excepção de 1994, significou sempre mais de 70% da despesa e, em vários anos, aproximou-se dos 90%, (Santos e outros, 1998: 218).

Na generalidade das bibliotecas da RNBP o investimento em infra-estruturas não foi acompanhado do investimento em conteúdos culturais. O reconhecimento dessa lacuna – já diagnosticada no relatório de 1986 relativamente às bibliotecas públicas então existentes (Moura, Almeida, Portilheiro e Calçada, 1986: 11) – motivou a criação em 1997 do então designado Programa Nacional de Promoção da Leitura⁶ pelo então IPLB. Lançado publicamente no dia 23 de Abril desse ano, por ocasião da celebração do Dia Mundial do Livro⁷, e após uma fase experimental, entrou em funcionamento em 1998.

Na sua génese, o Programa tinha como objectivos *1. Desenvolver um programa integrado de promoção da leitura e de difusão do livro, visando a criação e a consolidação de hábitos de leitura no nosso país; 2. Apoiar e colaborar com outras entidades na realização de **projectos** específicos no domínio da leitura, de âmbito nacional, regional ou local dirigidos a públicos diversificados, que contribuam para minorar o iletrismo e a exclusão social; 3. Apoiar e promover acções concertadas no domínio da difusão do autor e do livro no País, em articulação com entidades e instituições culturais* (Oliveira, 1998).

Tal como foi concebido inicialmente, o Programa era receptivo a um conjunto diversificado de projectos de promoção da leitura a serem concretizados em diversas instituições (que não exclusivamente as bibliotecas municipais) tendo como princípios

⁵ Um segundo relatório, centrado na relação entre biblioteca pública, a sociedade da informação e as novas tecnologias, foi realizado em 1996 (Moura, Silva, Figueiredo, Rodrigues e Casteleiro, 1996).

⁶ Será doravante designado por Programa de Acções de Promoção da Leitura/Itinerâncias culturais, PAPL/Itinerâncias culturais ou simplesmente PAPL.

⁷ A referida comemoração ficou ainda marcada pela iniciativa “Maratona das Bibliotecas” e pela divulgação do Manifesto Leitura, Liberdade, Cidadania.

orientadores a *descentralização*, o *regime de parceria* com entidades várias, a *conjugação de esforços* e a *potenciação de recursos* (Oliveira, 1998).

Actualmente, as suas finalidades são a difusão do livro e a promoção da leitura, com especial atenção ao público infante-juvenil, e a formação de mediadores da leitura. Consiste na oferta de um conjunto de acções de vários tipos, descritas anualmente numa Carteira, que a DGLB selecciona e coloca à disposição das bibliotecas⁸. O Programa continua em funcionamento – em 2009 vai no seu 12^o ano – mantendo as principais características mas com ajustamentos vários: na Carteira de acções (por exemplo ao carácter de agenda semestral de eventos por biblioteca e por tipo dos primeiros anos sucedeu o actual modelo de catálogo anual organizado por tipo de acção); na quantidade de acções oferecidas a cada biblioteca (presentemente, por norma, até 4); nos tipos de acções (por exemplo as Comunidades de Leitores foram introduzidas no primeiro semestre de 2001); nos objectivos e públicos-alvo (em 2003 foi definido como objectivo estratégico potencial os hábitos de leitura entre a população infantil e juvenil); no âmbito das bibliotecas abrangidas (desde 2007, com o PNL, todas as bibliotecas públicas municipais).

Este Programa tinha portanto um percurso já longo quando, com o lançamento do PNL, nele foi integrado com duas alterações principais: o alargamento da sua aplicação a todas as bibliotecas municipais, e não apenas as integrantes da RNBP, por um lado, e o aumento do número de acções de formação, por outro.

Nos anos mais recentes, a DGLB criou o portal da Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas no qual disponibiliza informação vária, tanto aos profissionais como aos demais interessados, incluindo uma base de dados de *projectos continuados e serviços de leitura em diversos espaços*, desenvolvidos e divulgados pelas bibliotecas e consultável segundo diversos critérios⁹.

A DGLB tutela ainda uma biblioteca pública – a Biblioteca Pública de Évora.

1.3. AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NA ACÇÃO DA FCG

É sobejamente conhecido o papel da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) quanto às bibliotecas públicas e à leitura em Portugal. Durante várias décadas desenvolveu uma

⁸ A propósito da Carteira de Acções há que salientar um aspecto que, embora indirectamente, a valoriza: ela é apropriada como uma montra de divulgação de acções sancionadas pela DGLB com a consequente notoriedade para os seus responsáveis. As bibliotecas podem optar por não receber acções através do PAPL e contratualizar directamente com os seus responsáveis, ou então acrescentar às recebidas no âmbito do PAPL outras contratualizadas directamente com os responsáveis pelas acções.

⁹ Endereço do portal: <http://rcbp.dglb.pt>.

acção directa quer na promoção, quer na animação, quer ainda no apoio ao apetrechamento e abastecimento de fundos bibliográficos de bibliotecas públicas. A partir de 2003 passou a conceder esse apoio sob a forma de concurso anual – o Concurso Apoio a Projectos de Promoção da Leitura em Bibliotecas Públicas. De acordo com o respectivo regulamento, entende-se por *projectos de promoção da leitura os projectos que, de um modo continuado, pretendam aproximar o livro dos potenciais leitores, criando uma relação entre as acções a desenvolver e o público-alvo, transformando-o em sujeito activo, de modo a formar leitores e diminuir, a médio e longo prazo, os níveis de iliteracia*¹⁰.

Para além do referido Concurso, a FCG tem, desde 2008, um outro em funcionamento – o Concurso Apoio a Pequenas Bibliotecas Públicas. Este Concurso pretende apoiar instituições que, ao longo dos anos, se têm dirigido à FGC solicitando ajuda para aquisição de obras para as pequenas bibliotecas por elas geridas. Por pequenas bibliotecas públicas a FCG entende *todas as unidades públicas, ou privadas inseridas em instituições sem fins lucrativos, que promovam a leitura junto das populações de localidades onde estão sedeadas e com âmbito territorial inferior ao das Bibliotecas Municipais*.

Voltando ao Concurso Apoio a Projectos de Promoção da Leitura em Bibliotecas Públicas (aquele que será mais detalhadamente analisado), podem candidatar-se a financiamento todas as bibliotecas públicas (do Continente e das Regiões Autónomas), individualmente ou em grupo. Cada entidade só pode submeter a concurso uma única candidatura por ano. As propostas devem contemplar todas as acções enquadráveis no concurso que ocorram durante dois anos civis. Podem ser apresentados projectos que já estejam em curso, mas o eventual financiamento não contempla as despesas já realizadas. As despesas elegíveis financiadas pela FCG não podem ser objecto de financiamento de qualquer outra entidade ou programa. Podem ser apresentados a concurso projectos com financiamento de fundos comunitários ou de outras entidades, nacionais ou estrangeiras. Não são admitidas candidaturas de entidades cujos projectos tenham obtido apoio por parte da FCG nos concursos dos dois anos anteriores. O apoio financeiro não ultrapassa o montante de €30.000 por candidatura aprovada. As candidaturas são avaliadas e seleccionadas de acordo com uma série de critérios: adequação do projecto apresentado aos objectivos do concurso, adequação dos custos, mérito dos proponentes, qualidade do projecto apresentado, modelos de boas práticas na formação de públicos leitores, relevância do projecto face à população onde está inserida a Biblioteca, viabilidade de alargamento e generalização dos resultados do projecto. As entidades beneficiárias devem apresentar um relatório de progresso a meio do prazo de

¹⁰ Regulamento do Concurso disponível em http://www.gulbenkian.pt/media/files/actividades/bolsas_subsidios/Regulamento_BIBLIOTECAS_P_BLICAS_200850803774.pdf.

execução do projecto e um relatório final, após a sua conclusão. O relatório final deve descrever de forma detalhada a execução dos trabalhos efectuados, devendo discriminar os elementos necessários para a avaliação dos seus efeitos: objectivos alcançados, impacto das acções, eventual disseminação das acções, público abrangido, material produzido, custos.

A partir da informação disponibilizada pelo Serviço de Educação e Bolsas da FCG sobre os dois concursos construiu-se um conjunto de indicadores que permite dar conta do seu impacto nas bibliotecas públicas de um duplo ponto de vista: das candidaturas apresentadas e dos projectos aprovados.

1.4. AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NA ACÇÃO DO PNL

Como se sabe, na primeira fase (2006-2011), o PNL tem como públicos-alvo prioritários as crianças e os jovens¹¹. Entre os seus objectivos principais está a promoção da leitura e o desenvolvimento de competências de leitura em diferentes contextos, incluindo as bibliotecas públicas. Atribui um papel estratégico às redes de bibliotecas – RBE e RNBP – como suporte para o desenvolvimento das acções programadas, designadamente o apoio a escolas e bibliotecas escolares na gestão das actividades de leitura (Costa, Ávila e Pegado, 2008). O envolvimento das bibliotecas públicas em acções do PNL inclui a participação de algumas delas na Semana da Leitura que decorre anualmente nas escolas desde o ano lectivo de 2006/2007 (em 2007/2008 foram 8 bibliotecas) e no Concurso Nacional de Leitura, dirigido a escolas do 3º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário, que se realiza também desde 2006/2007, e que envolve 18 bibliotecas municipais, uma por cada final distrital.

O PNL visa também a melhoria das competências dos vários agentes que intervêm na promoção da leitura, incluindo os bibliotecários, com acções de formação e disponibilização de orientações para o desenvolvimento das várias actividades inscritas no Plano. Determinou o reforço das acções de formação sobre promoção da leitura dirigidas a professores. Porém, neste último aspecto, a avaliação externa do Plano detectou dificuldades várias na concretização dessas acções nos anos mais recentes, tais como o reduzido número de inscrições e a elevada taxa de desistência, dificuldades atribuídas ao facto das acções decorrerem em horário pós-laboral (Costa, Ávila e Pegado, 2008: 18-19). Essas dificuldades estão também patentes nos relatórios de algumas bibliotecas, realizados no âmbito do PAPL/Itinerâncias culturais, que referem dificuldades colocadas pelo Ministério da Educação à dispensa dos professores em período lectivo e motivaram uma referência por parte da DGLB, na Nota Informativa da Carteira de acções de 2009 do referido Programa¹². Dificuldades a que, aliás, haverá que acrescentar outras como o facto de o Ministério da Educação não reconhecer as Acções de Formação do PAPL/Itinerâncias culturais em função das suas próprias regras no tocante à formação contínua de professores (designadamente quanto às creditações)¹³. Não sendo o momento nem o local apropriado para aprofundar estas questões, também não se pode deixar de a elas fazer referência.

¹¹ Resolução do Conselho de Ministros nº 86/2006, de 12 de Julho.

¹² Disponível no endereço

http://rcbp.dglb.pt/pt/promocao/programa/Documents/Carteira_Itinerancias2009.pdf.

¹³ A este propósito consultar o portal do Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua, <http://www.ccpfc.uminho.pt/>. Adiante-se que, na listagem de 5.773 acções de formação nele constante em Abril de 2009, 181 reportam-se, de uma ou outra forma, a temáticas relacionadas com a leitura, e entre elas muitas visam objectivos próximos dos das acções de promoção da leitura.

Como já se disse, com a integração do PAPL no PNL alargou-se o âmbito das acções propostas às bibliotecas exteriores à RNBP.

Outra iniciativa promovida pelo PNL foi a realização de reuniões com bibliotecários que decorreram entre 16 e 29 de Abril de 2008 e nas quais participaram 69.

O PNL articula as administrações públicas central e local. Ao nível central, para além do Ministério dos Assuntos Parlamentares, nele estão representados os ministérios da Educação (RBE) e da Cultura (RNBP). E ao nível local relaciona-se directamente com as câmaras que, por sua vez, tutelam as bibliotecas públicas municipais.

De modo a assegurar o acompanhamento dos protocolos celebrados, o PNL definiu um formulário, designada Plano de Desenvolvimento (PD), com o qual visa recolher informações várias, incluindo sobre as actividades de animação/promoção da leitura que o município prevê realizar. No capítulo 5 apresenta-se a análise realizada com base nos dados desse formulário.

SÍNTESE

No que toca às bibliotecas públicas municipais em Portugal, após uma fase marcada pelo investimento público central apenas em infra-estruturas e respectivos serviços, que tem início na segunda metade dos anos oitenta, segue-se, uma década depois, uma outra caracterizada pela preocupação com os conteúdos, a oferta cultural, a formação de mediadores da leitura, preocupação formalizada através da criação do PAPL/Itinerâncias culturais em 1997.

As opções programáticas dos diversos Governos Constitucionais enquadram as referidas fases e são marcadas ainda por duas grandes orientações: o desígnio de articulação entre os sectores cultural e educativo, traduzido na prática pelo apoio das bibliotecas públicas municipais às bibliotecas escolares; e a ênfase nas crianças e jovens como destinatários privilegiados das suas actividades.

No que toca à promoção da leitura nas bibliotecas, para além da actuação da tutela da Cultura, juntaram-se mais recentemente a Fundação Calouste Gulbenkian e o Plano Nacional de Leitura. A descrição dos contornos das respectivas actuações e a descrição das acções e projectos que vêm orientando e suportando será feita nos próximos capítulos.

2. ASPECTOS CONCEPTUAIS

2.1. BIBLIOTECA PÚBLICA E BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL

De acordo com o Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas, de Novembro de 1994, e na sequência do relatório de um grupo de trabalho criado pela então Secretária de Estado da Cultura Teresa Patrício Gouveia (Moura, Almeida, Portilheiro e Calçada, 1986), em 1987 foi publicada legislação que viabilizava o estabelecimento de contratos-programa entre o então Instituto Português do Livro e da Leitura (actual DGLB) e os municípios, para *execução de uma política integrada de desenvolvimento da leitura pública, no quadro da rede de bibliotecas municipais*¹⁴. Essa legislação foi depois completada por outra, de aplicação mais genérica¹⁵.

Do ponto de vista processual, à apresentação de candidaturas por parte dos municípios, e eventual reconhecimento (selecção) por parte da tutela, segue-se a celebração de um contrato-programa.

Actualmente, os contratos-programa têm um período de vigência mínimo de cinco anos, competindo aos municípios a iniciativa da criação da biblioteca e a responsabilidade pelo seu posterior funcionamento, e à administração central o apoio técnico-financeiro que permita a sua criação e desenvolvimento. A participação do Estado pode atingir 50% dos custos orçamentados para cada projecto, incluindo honorários da equipa projectista, obra de construção civil, mobiliário e equipamento específico, fundos documentais e tecnologias da informação e comunicação.

Para além dos requisitos quanto ao edifício (localização e relação com a envolvente urbana, serviços públicos, serviços internos, TIC, conforto, segurança, etc.), as bibliotecas apoiadas devem cumprir um conjunto de requisitos quanto aos fundos documentais, à organização e disponibilização do catálogo, ao mobiliário, aos espaços e equipamentos, ao quadro de pessoal, etc.

Faz parte da documentação orientadora da RNBP a referência à importância de que a *biblioteca pública tenha outras valências para além da leitura e que possa ser utilizada*

¹⁴ Decreto-lei n.º 111/87, de 11 de Março.

¹⁵ Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro.

*pela comunidade para conferências, encontros, exposições, etc*¹⁶. Adiante-se que é aqui que o PAPL/Itinerâncias culturais encontra parte da sua fundamentação, designadamente a que respeita à animação da biblioteca.

O Programa RNBP tem como uma das suas principais variáveis a população que visa servir. Assim, inicialmente limitado ao Continente, o seu regulamento prevê três programas-tipo de biblioteca em função da população do concelho:

BM 1 (concelhos com menos de 20.000 habitantes);

BM 2 (concelhos com uma população situada entre os 20.000 e os 50.000 habitantes);

BM 3 (concelhos com mais de 50.000 habitantes).

Prevê ainda as Bibliópolis, ou seja, um subprograma específico destinado a apoiar bibliotecas situadas em grandes centros urbanos, onde já existam outras unidades de informação, nomeadamente bibliotecas universitárias (Braga e Porto). Relativamente a municípios de menor dimensão, e sobretudo numa fase inicial do Programa, foi criado um apoio específico (designado BM D – Bibliotecas em desenvolvimento) destinado a bibliotecas de pequena dimensão, de montagem relativamente rápida, de modo a possibilitar a criação de condições inerentes a um dos programas-tipo. Actualmente ainda permanecem como BM D as bibliotecas de Óbidos, Setúbal, Moura e Vimioso.

Paralelamente, para as regiões autónomas dos Açores e da Madeira foram concebidos programas distintos, tendo em consideração a especificidade das respectivas situações. Nos municípios das regiões autónomas a participação da administração central vai até aos 30%.

Na sequência da parceria estabelecida em 2002 entre o Governo da Região Autónoma dos Açores e o Governo da República, através da Direcção Regional de Cultura e do IPLB, foi criada a Rede de Bibliotecas Municipais (RBM) dos Açores¹⁷ de acordo com o modelo da RNBP. À semelhança do Continente prevê uma tipologia específica de bibliotecas, adequada à realidade do arquipélago¹⁸:

BM A (concelhos com menos de 6.000 habitantes);

BM B (concelhos com uma população situada entre 6.000 e 12.000 habitantes);

BM C (concelhos com mais de 12.000 habitantes).

Possivelmente em virtude do forte impacto que o Programa RNBP naturalmente teve (e tem), há alguma tendência para associar as bibliotecas públicas às bibliotecas da RNBP, o que não corresponde à realidade. Há bibliotecas públicas que não pertencem à

¹⁶http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Português/bibliotecasPublicas/programaBibliotecas/Documents/Doco1_Programa%20de%20Apoio2009.pdf.

¹⁷ Resolução nº 184/2002, de 7 de Novembro.

¹⁸ Nos concelhos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta existem Bibliotecas Públicas Regionais.

Rede. Por outro lado, tende igualmente a esquecer-se que a RNBP é uma rede de bibliotecas públicas municipais. Há bibliotecas públicas que não são municipais. Neste estudo consideram-se as *bibliotecas públicas municipais*, independentemente de integrarem ou não a Rede.

2.2. ANIMAÇÃO CULTURAL E PROMOÇÃO DA LEITURA

Entre as actividades que visam aproximar as bibliotecas das populações podem distinguir-se duas grandes linhas de força patentes nas expressões *animação da biblioteca* e *promoção da leitura*. Podem ser, e frequentemente são, utilizados como sinónimos, mas podem também designar actividades com finalidades diversas.

No âmbito do já referido estudo *Práticas de Promoção da Leitura nos Países da OCDE* (Neves, Lima e Borges, 2008: 10), a noção de *promoção (ou de fomento) da leitura* relaciona-se com a criação, junto de uma dada população, de competências de compreensão do código escrito (alfabetização), com a elevação dos níveis de leitura em geral ou relativamente a um suporte em particular (designadamente o livro), em quantidade e/ou em qualidade, e dos níveis de compreensão do texto escrito e da sua utilização quotidiana (literacia) ou ainda com o enraizamento dos hábitos e do gosto pela leitura como prática cultural, ou seja, como prática de lazer. Nesta última acepção é também designada por *animação à leitura* (Escribano, 2002: 81).

Como foi referido anteriormente, do ponto de vista do regulamento de 2008 do Concurso Apoio a Projectos de Promoção da Leitura em Bibliotecas Públicas da FCG entende-se por *projectos de promoção da leitura* os projectos que, *de um modo continuado, pretendem aproximar o livro dos potenciais leitores, criando uma relação entre as acções a desenvolver e o público-alvo, transformando-o em sujeito activo, numa tentativa de, assim, formar leitores e diminuir, a médio e longo prazo, os níveis de iliteracia*.

De acordo com outra definição, designa *o conjunto das actividades culturais que são levadas a cabo com o objectivo de impulsionar a procura e fomentar o progresso da acção de ler e da instrução que daí resulta* (Faria e Pericão, 2008: 1009-1010).

Uma outra abordagem enfatiza os diversos elementos constituintes dos projectos de promoção da leitura. Assim, o público-alvo preferencial devem ser crianças e jovens com idades até aos 15 anos. Devem implicar activamente as famílias e devem cumprir ainda os seguintes requisitos: Leitura voluntária, continuada e descolarizada; Leitura completa de obras; Adequação das obras aos interesses das crianças e ao seu desenvolvimento cognitivo (sem descurar a qualidade literária); Desenvolvimento de actividades lúdicas que estimulem e reforcem os hábitos de leitura e aprofundem a compreensão. A promoção da leitura terá dois públicos-alvo distintos, a que correspondem duas tipologias diferenciadas de projectos e dois objectivos, também eles distintos: formar (público-alvo privilegiado situa-se entre os 0 e os 15 anos de idade) e resgatar leitores (público-alvo privilegiado é adulto). De acordo com esta perspectiva, a promoção da leitura é distinta da *animação*. Esta última designa as acções de divulgação/informação

(exposições, visitas de escritores, feiras do livro, etc.), acções lúdico/festivas (teatro de fantoches, dramatização de textos, actividades plásticas, etc.), em que a leitura é secundária ou está mesmo ausente (Prole, S/data).

Quanto aos públicos-alvo, uma perspectiva defende que a orientação prioritária visando a prevenção do insucesso escolar, tendo portanto como públicos-alvo as crianças e alunos do ensino básico, deverá dar lugar a uma outra etapa, a do acolhimento aos públicos jovens e adultos, vítimas do iletrismo (Gattegno, 1989: 5).

Ainda segundo uma outra aceção, por *animação* pode entender-se o conjunto de bens, mensagens e serviços propostos ao público por profissionais (Seibel, 1983: 3-4) ou, mais genericamente, o conjunto de actividades culturais realizadas pelas bibliotecas e não apenas as directamente relacionadas com os acervos documentais. Deste ponto de vista, animação distingue-se de promoção da leitura porque esta designará as actividades mais especificamente direccionadas para a dinamização do acervo documental e a leitura do ponto de vista das competências e, ou, das práticas.

Porém, importa notar que tal distinção é feita num contexto geral cujo fulcro é a leitura, seja ela de livros, de jornais, de suportes multimédia, etc.

Assim, no âmbito do presente estudo considera-se *promoção da leitura* o conjunto de actividades culturais levadas a cabo com a finalidade de elevar os níveis de literacia e de fomentar as práticas de leitura de lazer, designadamente de livros e *animação da leitura* o conjunto de actividades ou acções que visam aproximar a população da biblioteca e promover a sua frequência.

2.3. ACTIVIDADE E PROJECTO

Nas actividades realizadas nas e pelas bibliotecas é possível encontrar umas mais próximas da animação da biblioteca e outras mais de acordo com a promoção da leitura. Embora as fronteiras nem sempre sejam claras. É comum, de acordo com o termo mais utilizado em cada momento, encontrar actividades de animação designadas como de promoção, e vice-versa.

O mesmo se passa quanto aos termos actividade e projecto, sendo que, também aqui, importa fazer algumas distinções.

Um projecto remete para uma organização transitória, um planeamento de acções de modo a ser alcançado um resultado específico, num dado período de tempo e de acordo com meios (humanos e materiais) estabelecidos. Assim, enquanto actividade extraordinária, um projecto distingue-se da rotina administrativa, das actividades

normais das organizações (Cerezuela, 2006[2004]; Thiry-Cherques, 2006). Pode ter diferentes horizontes temporais e abrangências espaciais. São normalmente identificadas quatro grandes fases dos projectos: diagnóstico ou contextualização, desenho do projecto, implementação e avaliação.

A complexidade e a duração de cada medida em concreto levam, normalmente, à utilização de diversas expressões tais como (do mais complexo para o mais simples): plano, programa, projecto, acção. Assim, um plano corresponde a um conjunto de grandes linhas que orientam uma vontade de intervenção, deriva de directrizes políticas e abarca um conjunto amplo de temas ou aspectos a concretizar a médio ou longo prazo; um programa corresponde a uma primeira concretização do plano, aplicando as linhas directrizes a um aspecto concreto; o projecto é a linha mais operativa da intervenção e corresponde ao desenvolvimento dos programas através de acções concretas. De acordo com esta perspectiva, o projecto é a unidade mínima de actuação com sentido global em si mesma. O projecto concretiza-se em actividades ou acções que só têm razão de ser quando são parte do projecto e este, por sua vez, deriva de um programa definido anteriormente (Cerezuela, 2006[2004]: 27-28). O que quer dizer que dada biblioteca, e não apenas a tutela do sector, deve integrar os seus projectos de promoção da leitura num programa (Ventura, 2001: 161). Dito de outra forma, será conveniente que as bibliotecas disponham de um qualquer documento orientador da promoção da leitura, um documento que dê coerência aos projectos a realizar. Nos termos de um estudo internacional realizado no âmbito da IFLA, trata-se de formalizar uma *written policy to promote reading as leisure activity* (Train, 2002).

Os projectos são, por definição, limitados no tempo, pelo que haverá, talvez, que pugnar pela continuidade dos programas e dos planos, não dos projectos. Contudo, os resultados de um projecto constituem, frequentemente, o ponto de partida para o desenho de novo(s) projecto(s), o que aliás tem a vantagem acrescida de, regra geral, permitir diagnósticos mais nítidos e desenhos mais eficientes.

A formalização de um projecto é um instrumento de organização da intervenção numa dada realidade. É também disso que se trata na promoção da leitura: intervir no sentido de criar condições de aproximação à leitura, em particular para aqueles que lêem pouco ou não lêem de todo.

Também seria importante ter em conta o trabalho dos promotores ou mediadores da leitura e a metodologia de cada projecto. Deste ponto de vista, o trabalho do mediador ligado à biblioteca municipal consistirá em ir ao encontro daqueles que não a frequentam habitualmente: ele é o *artesão* da circulação entre o interior e o exterior das bibliotecas, o conteúdo do seu trabalho não está predeterminando, antes decorre de uma negociação permanente *a partir de un ir y venir entre la oferta y la demanda, con el fin de que pueda emerger, después de la evaluación, una función realmente novedosa, adaptada a*

las exigencias del terreno. Es por inducción y a partir de las experiencias, o sea, en función de la especificidad del terreno, que se considera que se puede formalizar la labor y la formación misma de los mediadores (Peroni, 2004: 5). É aqui que a noção de projecto ganha todo o seu sentido como proposta de intervenção a partir do diagnóstico do terreno em que actua.

A utilização da noção de projecto deriva do aparelho conceptual mobilizado, o qual se afigura adequado tendo em conta os objectivos visados pela promoção da leitura e os instrumentos utilizados: a resolução inovadora de determinado problema ou insuficiência, a experimentação, a inovação, a duração limitada, a avaliação dos resultados em função dos objectivos traçados. De facto, uma definição ou especificação clara dos objectivos, ou seja, o que se pretende obter com o projecto (e que se distingue da finalidade pelo maior nível de concretização) é condição para o êxito, se não mesmo para a exequibilidade, da avaliação do processo e dos resultados, para determinar a eficácia da intervenção.

Do mesmo modo se poderá colocar a questão quanto aos destinatários, grupos ou públicos-alvo, ou seja, o grupo de pessoas com características comuns a quem se dirige o projecto. Seja qual for a via utilizada para a determinação dos destinatários, haverá que fazer um planeamento profundo no sentido de conhecer bem as características que os definem. Daqui decorre que haverá que evitar a ideia de que um projecto deve dirigir-se a todos. Não existe praticamente nenhum projecto válido para *toda a população*, expressão frequentemente utilizada na administração pública, uma vez que está em causa o carácter universal dos seus serviços. Porém, uma coisa é o dever de actuar para todos os públicos, outra é que isso possa ser feito num único projecto (Cerezuela, 2006[2004]: 100).

SÍNTESE

No âmbito do presente estudo, falar de bibliotecas é, em boa medida, falar de bibliotecas públicas municipais. Não existe em Portugal um enquadramento geral para o domínio cultural das bibliotecas. O Programa Rede Nacional de Bibliotecas Públicas estabelece, de certo modo, um enquadramento para a instalação e funcionamento através dos contratos-programa celebrados entre a tutela da cultura e os municípios. Contudo, tal como nem todas as bibliotecas públicas são bibliotecas municipais, também nem todas as bibliotecas públicas municipais integram a Rede. Estas distinções são relevantes porque permitem entender os contextos de decisão em que se situam (as municipais) e as

regras de criação e funcionamento (as que integram a Rede). São também relevantes porque os enquadramentos institucionais tidos em conta se dirigem, ou dirigiram, a diferentes universos de bibliotecas: o PAPL/Itinerâncias culturais primeiro às bibliotecas públicas municipais da RNBP, desde 2007 também às que não integram a Rede; o Concurso da FCG às bibliotecas públicas, e o PNL às bibliotecas públicas municipais por via dos protocolos estabelecidos com as autarquias.

A promoção da leitura é entendida como uma parte das actividades realizadas nas bibliotecas e distingue-se da animação cultural. Não se perde de vista, contudo, que promoção da leitura e animação cultural são actividades cujo fulcro se situa nos equipamentos por excelência da difusão da leitura – as bibliotecas públicas.

Uma outra distinção conceptual adoptada neste estudo é entre actividades normais, rotinizadas (no sentido de prática constante, recorrente) e projectos (no sentido de prática extraordinária).

Pretende-se, desse modo, partindo dos termos em uso no domínio das bibliotecas, contribuir para uma melhor definição dos processos de construção das intervenções e das práticas que lhe estão associadas.

3. A TUTELA DA CULTURA E A LEITURA

Da recolha de informação realizada na primeira fase desta investigação resultou um vasto conjunto de indicadores sobre as actividades das bibliotecas, construídos a partir da informação de carácter administrativo proveniente de três fontes: DGLB, PNL e FCG.

Quanto à DGLB – fonte abordada no presente capítulo –, a informação reporta-se ao funcionamento administrativo de dois programas: o programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e o Programa de Acções de Promoção da Leitura/Itinerâncias culturais e ainda aos Projectos Continuados (difundidos no Portal Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas da DGLB).

Ainda quanto ao Programa de Acções de Promoção da Leitura/Itinerâncias culturais, detalham-se três planos: o da oferta, o da procura e o dos participantes nas Acções de Formação realizadas.

3.1. REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Importa fazer uma síntese da situação da RNBP no ano de referência deste estudo (2008), de acordo com indicadores como concelhos com candidatura seleccionada, concelhos com contrato-programa estabelecido com a DGLB para a construção de biblioteca, bibliotecas inauguradas, ano de inauguração, tipologia, serviços de que dispõe e número de pólos fixos¹⁹.

São ao todo 261 os municípios que a DGLB reconheceu como tendo condições para integrar o Programa RNBP, ou seja, são municípios com candidatura seleccionada.

Desde o início do Programa e até 31 de Dezembro de 2008, foram celebrados 194 contratos-programa entre municípios e a tutela para criação de bibliotecas municipais segundo princípios e normas estabelecidos e foram formalmente inauguradas 173 bibliotecas distribuídas pelo território nacional como se pode observar no mapa nº 1.

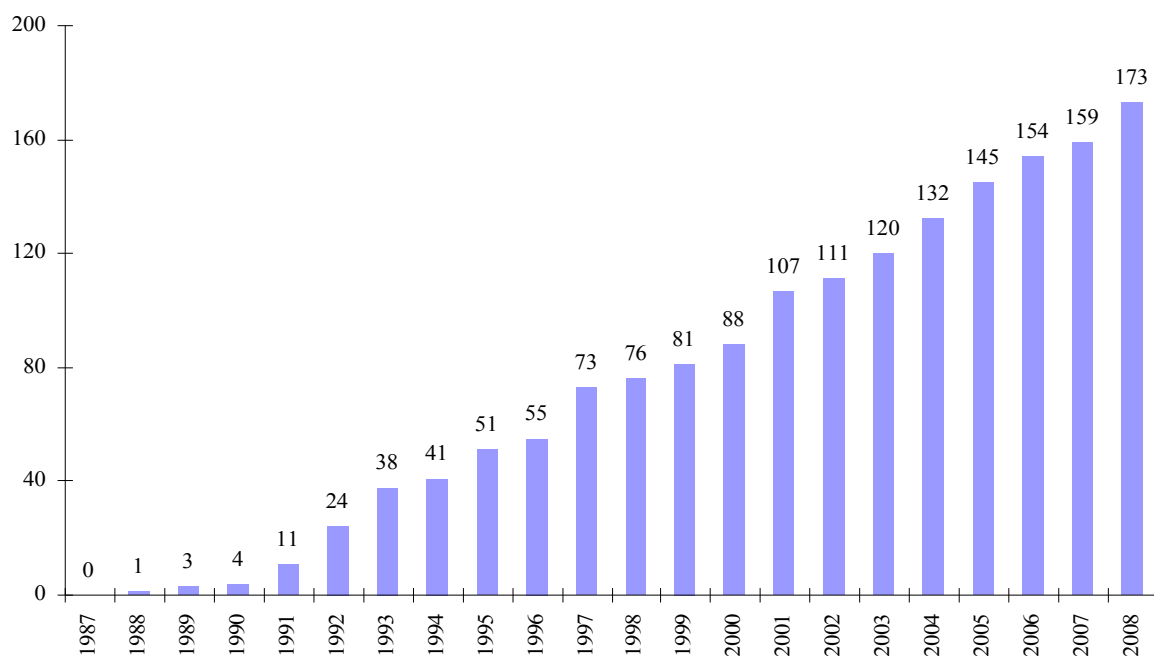
¹⁹ Outros indicadores (1993-2007) estão disponíveis no Portal da Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas <http://rcbp.dglb.pt/pt/ServProf/Estat%c3%adstica/Paginas/default.aspx>.

Esse número significa que, àquela data, 56% dos concelhos portugueses tinham uma biblioteca da Rede RNBP.

Repare-se que a diferença entre o número de contratos-programa celebrados (194) e o de bibliotecas inauguradas (173) faz prever a abertura de mais bibliotecas num futuro mais ou menos próximo²⁰.

O gráfico nº 1 mostra a evolução anual das bibliotecas inauguradas desde o início do Programa. Os anos de 1997 e 2001 são marcos importantes 18 e 19 bibliotecas inauguradas, respectivamente. Em 2008 foram inauguradas 14 bibliotecas.

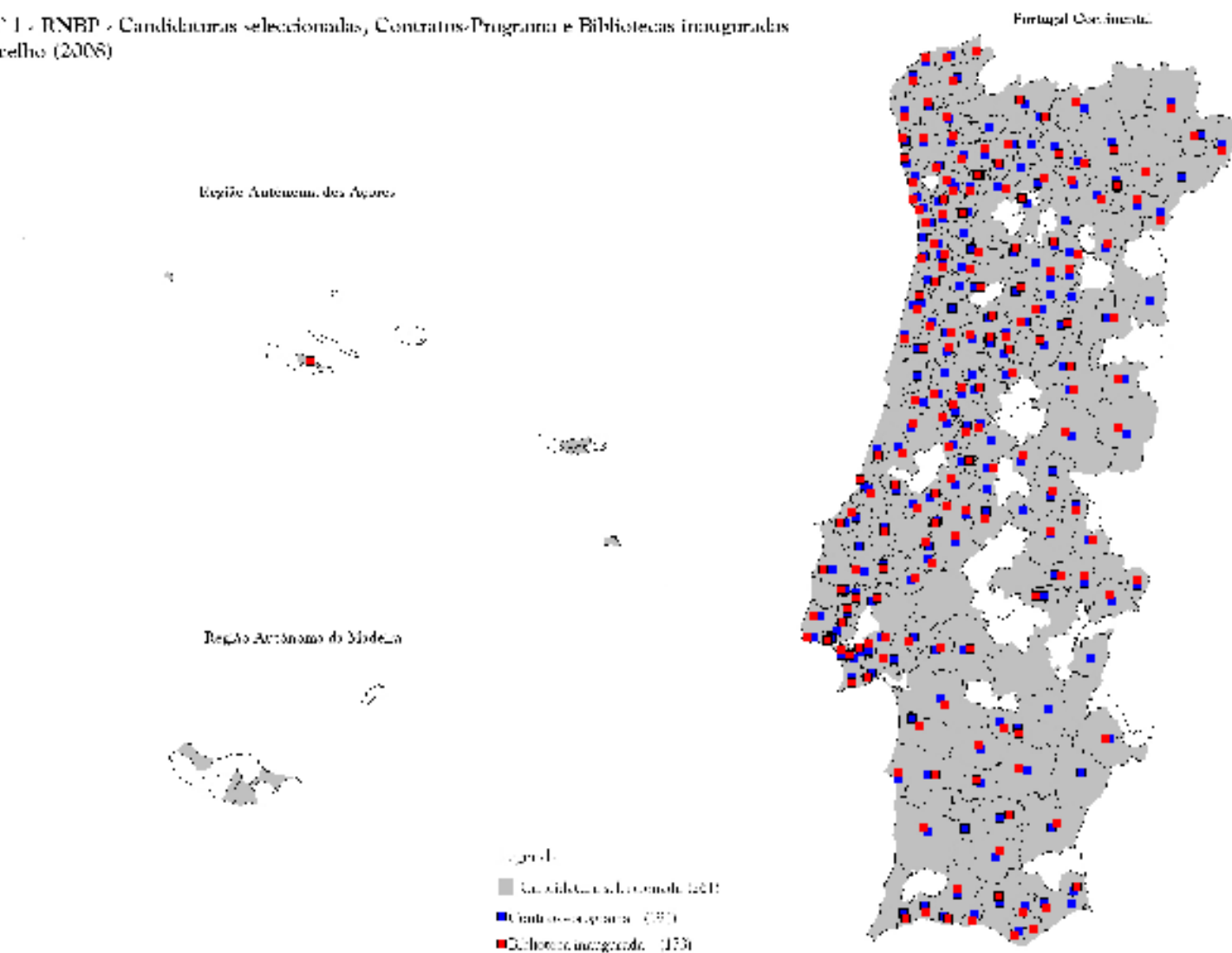
Gráfico nº 1
RNBP – Bibliotecas inauguradas por Ano (1987-2008)
N = 173



Fonte: OAC a partir de DGLB.

²⁰ Entre Janeiro e Setembro de 2009 (data de conclusão do presente estudo) foram inauguradas 11 bibliotecas da RNBP: Almeida, Amadora, Cadaval, Câmara de Lobos, Castelo de Paiva, Mogadouro, Serpa, Sever do Vouga, Vieira do Minho, Vila Real de Santo António, Vila Velha de Ródão.

Mapa nº 1 - RNBP - Candidaturas seleccionadas, Contratos-Programa e Bibliotecas inauguradas por concelho (2008)



Fonte: OAC a partir de DGLB.

Quanto à distribuição das bibliotecas inauguradas por Tipologia²¹, as percentagens mais pesadas reportam-se ao Tipo BM1 (50%) e BM2 (39%) (quadro nº1).

Quadro nº 1
RNBP – Bibliotecas inauguradas por Tipologia (1998/2008)
N = 173

Tipologia	Percentagem
BM 1	49,7
BM 2	38,7
BM 3	7,5
BM A (R. A. Açores)	0,6
BM D	2,3
Bibliopólis	1,2
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

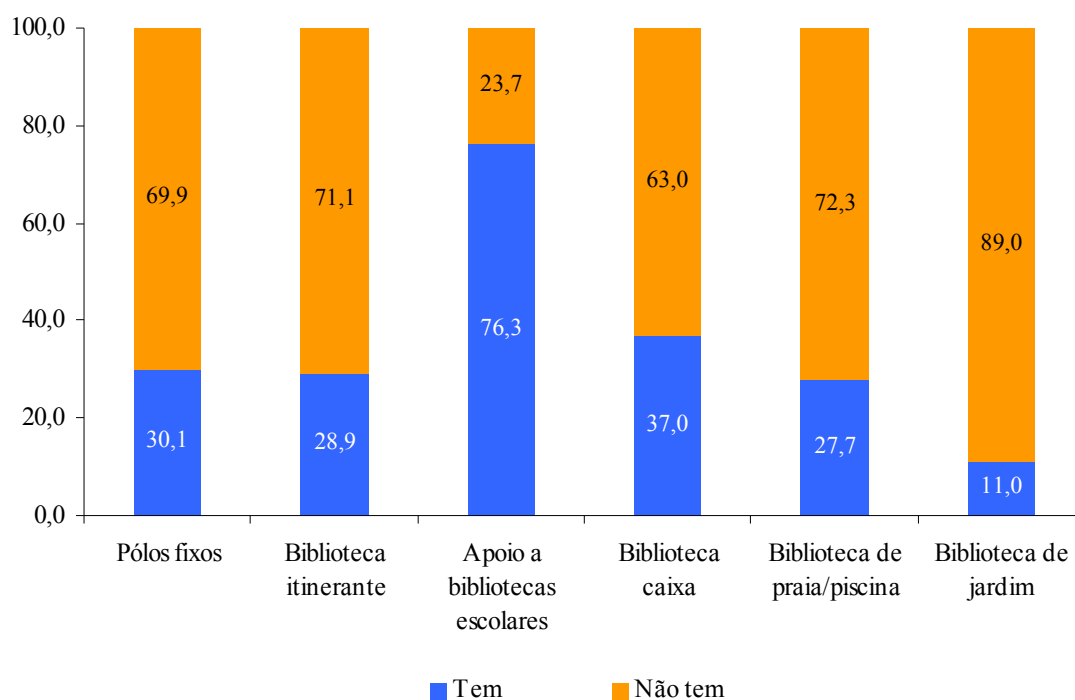
Fonte: OAC a partir de DGLB.

O mapa nº 2 permite uma perspectiva complementar – a distribuição por concelho dos vários tipos de bibliotecas.

Relativamente a um conjunto de seis Serviços disponibilizados pelas bibliotecas inauguradas, o mais frequente é o Apoio a bibliotecas escolares (76%) (gráfico nº 2). Pelo contrário, o menos frequente é Biblioteca de jardim (11%). Adiante-se ainda que 30% têm Pólos fixos e 27% Biblioteca itinerante.

²¹ Sobre a Tipologia adoptada pela RNBP ver anterior Capítulo 2, ponto 2.1.

Gráfico nº 2
RNBP – Bibliotecas inauguradas por Serviço
 N = 173



Fonte: OAC a partir de DGLB.

Importará fazer uma referência mais detalhada aos Pólos fixos uma vez que eles são, no fundo, bibliotecas permanentes e que, para além de corresponderem a um investimento significativo dos municípios no sentido de aproximação às populações, no seu conjunto têm um significado quantitativo não despidendo, como se pode ver pelo quadro nº 2. De facto, os Pólos fixos são 126, dependentes de 52 bibliotecas. São 24 as bibliotecas com um único pólo fixo, sendo que uma tem sete destes pólos.

Mapa nº 2 - RNBP - Bibliotecas por Tipologia (2008)

173

Região Autónoma dos Açores



Região Autónoma da Madeira



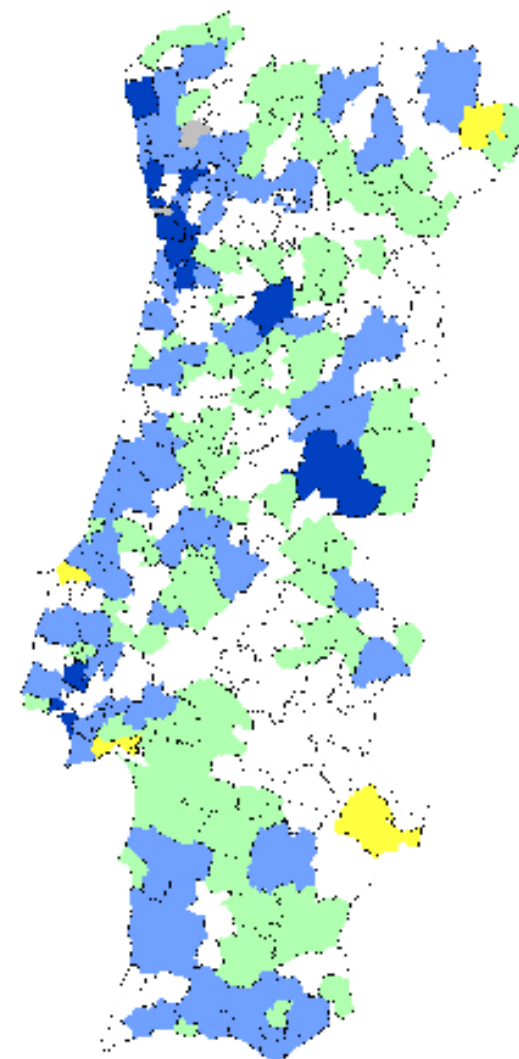
Castelo

24

Legenda

33696	21
2841	859
2812	1570
3512	1120
45115	24
4515	10

Portugal Continental



Quadro nº 2
RNBP – Bibliotecas por Número de Pólos fixos
(número e percentagem)

Número de Pólos fixos	Bibliotecas		Total Pólos fixos
	Número	Percentagem	
0	121	69,9	–
1	24	13,9	24
2	9	5,2	18
3	5	2,9	15
4	7	4,0	28
5	2	1,2	10
6	4	2,3	24
7	1	0,6	7
<i>Total</i>	<i>173</i>	<i>100,0</i>	<i>126</i>

Fonte: OAC a partir de DGLB.

3.2. PROGRAMA DE ACÇÕES DE PROMOÇÃO DA LEITURA/ITINERÂNCIAS CULTURAIS

Com o objectivo de criar e consolidar os hábitos de leitura dos portugueses, em particular dos mais novos, a tutela da Cultura (designada pelo organismo actualmente existente, a DGLB) tem desenvolvido, desde 1997, milhares de acções de difusão do livro e de promoção da leitura em vários contextos, em particular nas bibliotecas municipais, incidindo na realização descentralizada de acções.

Na sua génese, o referido Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais (PAPL) insere-se num conjunto de políticas da administração central complementares ao investimento na construção e qualificação de equipamentos culturais e de incentivo à itinerância cultural²².

O PAPL/Itinerâncias culturais²³ consiste numa série de acções, apresentadas à DGLB ou encomendados por esta Direcção-Geral a especialistas em leitura. Essas acções são realizadas em parceria com as autarquias, através das respectivas bibliotecas municipais. Estas formalizam um pedido à Direcção-Geral, uma intenção em receber a acção, que

²² Cita-se, a título de exemplo, o *Projecto SEC /Autarquias Locais (1986-1996)* e o *Programa Circuitos/Itinerários* do antigo Instituto Português das Artes do Espectáculo (Santos e outros, 2004: 23).

²³ Outros programas de promoção da leitura promovidos pela DGLB, aqui não desenvolvidos por não se dirigirem especificamente às bibliotecas públicas, são o programa *Leitura sem Fronteiras* (uma parceria entre a DGLB e a Direcção-Geral dos Estabelecimentos Prisionais), um outro *A Hora do Conto* dirigido à promoção da leitura em hospitais pediátricos e prisões femininas com creche em parceria com a Fundação do Gil, e comemorações dos Dias Mundiais ligados ao livro (Dia Mundial da Poesia, Dia Internacional do Livro Infantil e Dia Mundial do Livro).

será submetido a aprovação. A parte dos custos da acção relativos aos agentes envolvidos (os *cachets*) é assegurada pela tutela, sendo os custos com transporte, alimentação e estadia suportados pela autarquia que acolhe a acção. O agendamento é feito directamente entre as bibliotecas e os responsáveis das acções. De acordo com as regras de funcionamento definidas pela DGLB, as acções devem ser objecto de relatórios por parte das bibliotecas (bibliotecário responsável) e dos agentes envolvidos.

As acções são disponibilizadas anualmente às bibliotecas numa Carteira organizada em seis tipos (tomando como referência a de 2008): Acções de Formação, Ateliês, Espectáculos, Comunidades de Leitores, Cursos Breves de Literatura e Exposições.

As Acções de Formação destinam-se a agentes promotores²⁴/mediadores da leitura como professores, animadores, bibliotecários e técnicos de biblioteca e visam partilhar, aprofundar e diversificar técnicas de *animação à leitura* cruzando várias metodologias de apropriação do livro; os Ateliês dirigem-se a crianças e jovens mas também ao público em geral e são, tal como os Espectáculos, próximos dos textos, procurando familiarizar os públicos com a literatura e, quando os destinatários são crianças, procura-se que o espectáculo encene o acto de ler e a exploração do livro; as Comunidades de Leitores proporcionam momentos de debate e reflexão informais moderados por um líder; os Cursos Breves de Literatura procuram actualizar e aprofundar os níveis de conhecimento e informação da comunidade, formar públicos que interiorizem hábitos de consumo e fruição culturais e são abertos a todos os interessados; as Exposições têm por tema autores, géneros e movimentos literários.

Actualmente cada biblioteca pode candidatar-se até um total de 8 acções por ano, sendo que a DGLB atribui, normalmente, até 4. O número de acções atribuídas é condicionado pelas disponibilidades financeiras do Programa em cada ano.

Em traços gerais o processo desenvolve-se do seguinte modo. A DGLB selecciona um conjunto de acções. A selecção dá lugar a uma lista que é disponibilizada anualmente numa Carteira em formato papel e/ou em formato electrónico na página Internet da DGLB. Na Carteira, as acções são descritas e organizadas por tipo. Tomando como referência a Carteira de 2008, a descrição de cada acção segue uma estrutura que, em geral, inclui os seguintes campos: nome do responsável pela concepção e/ou realização; título; objectivos (em alguns casos sinopse); metodologia e ficha técnica. Esta última, por seu turno, subdivide-se em: (responsáveis pela) concepção e realização; público-alvo; número limite de participantes²⁵; duração; encargos para a biblioteca. Para algumas

²⁴ Este é o termo utilizado nas Carteiras que serve aqui de referência à descrição dos vários tipos de acções (1º semestre de 2001 e de 2002). Porém, o termo normalmente utilizado para designar o referido conjunto de agentes é mediador da leitura.

²⁵ Importará talvez dar uma ideia das recomendações quanto ao número de participantes: Acções de Formação, normalmente entre mínimo de 15 e máximo de 25; Ateliês, entre 15 e 25 (ou 1 turma); máximo de 40 ou 50 pessoas (ou 2 turmas); Cursos Breves de Literatura, mínimo de 10 e máximo de 15 pessoas.

acções são dados ainda outros elementos úteis como: limitações geográficas ou área geográfica preferencial; materiais necessários; interpretação, sonoplastia, produção, condições técnicas e materiais (no caso dos espectáculos); calendário de disponibilidade, etc.

As acções que a DGLB coloca à disposição das Bibliotecas devem ser acompanhadas pelo bibliotecário ou por um técnico da biblioteca por ele designado. Quanto à divulgação das acções, deverá ser incluída uma menção explícita à parceria com a DGLB, em qualquer das formas que a divulgação possa revestir.

Quanto aos encargos, a DGLB assegura os *cachets* dos formadores / animadores. No período 2005-2009 a despesa do organismo de tutela do Programa totalizou mais de um milhão de Euros²⁶ repartidos do modo patente no quadro nº 3.

Quadro nº 3
Despesa do organismo de tutela com o PAPL/Itinerâncias culturais (2005-2009)

Ano	Valor (€)
2005	194.390
2006	189.035
2007	243.509
2008	191.473
2009	185.818
<i>Total</i>	<i>1.004.225</i>

Fonte: DGLB.

A biblioteca assegura a alimentação, o alojamento e o transporte dos formadores/animadores responsáveis pela acção (que podem ser professores universitários, escritores, jornalistas, actores, animadores de leitura, contadores de histórias...). Para alguns ateliês a biblioteca assegura também o material. E, para algumas exposições, a montagem, desmontagem e respectivo seguro.

A biblioteca deve enviar um relatório detalhado sobre o modo como cada acção decorreu. Os animadores / formadores também devem elaborar um relatório a enviar para a DGLB.

Nas acções de formação, os formandos e os formadores respondem a questionários-tipo da responsabilidade da DGLB para onde devem ser enviados depois de preenchidos. Contudo, verifica-se que nem sempre tal acontece. Os que são recebidos por esta

²⁶ Este valor inclui acções desenvolvidas em Bibliotecas Municipais no âmbito de projectos extra-carteira de itinerâncias. Em 2008, por exemplo, realizaram-se 147 destas acções na sua maioria *Scriptorium móvel* de João Lizardo.

entidade são todos apreciados, mas a informação não tem sido (nem está estruturada de modo a ser) tratada de forma sistemática.

Ao longo dos 12 anos de funcionamento, o Programa sofreu alterações significativas no que diz respeito ao modo de funcionamento, aos procedimentos adoptados, ao tipo de acções abrangidas, aos municípios participantes, etc.

Uma das alterações mais recentes prende-se com a articulação – estabelecida em 2007 – entre o Programa e o Plano Nacional de Leitura (PNL). Esta articulação resultou na continuidade das acções até então em carteira reforçando-as com novas acções, em particular com as de formação de promotores da leitura. Isto do lado da Oferta. Do lado da Procura, é importante salientar a extensão do Programa às bibliotecas que se encontram fora da RNBP.

Disso se dará conta ao longo dos tópicos seguintes onde se procurará caracterizar a evolução do Programa a partir de três perspectivas: i) a Oferta de acções (acções em carteira), ii) a Procura por parte dos municípios (ou seja, aqueles que acolhem as acções); e, finalmente, iii) o dispositivo, implementado pela tutela, de recolha de informação junto de bibliotecários, formadores e formandos no sentido de obter informações de carácter avaliativo sobre as acções realizadas. As fontes são de carácter documental ou bases de dados da DGLB trabalhadas pelo OAC. Tenha-se em conta que, no respeitante à procura (acções realizadas), a fonte não dispõe de dados para 2003 e, quanto às Acções de Formação, não chegaram ao OAC quaisquer fichas referentes ao ano de 2004. Essas lacunas serão assinaladas, nos indicadores, por *sd* (sem dados).

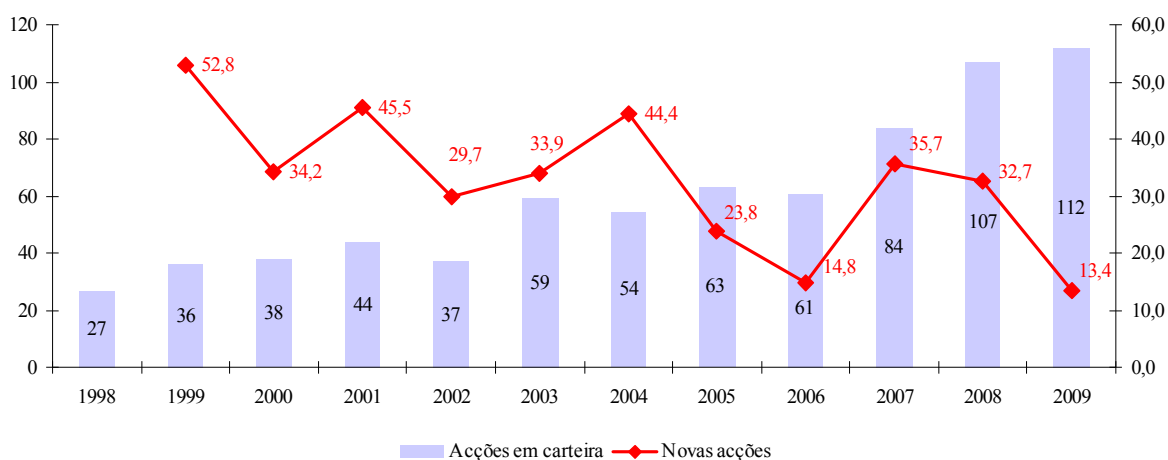
A oferta: Acções em Carteira

A partir das carteiras do PAPL/Itinerâncias culturais, construiu-se uma base de dados das acções aí constantes de modo a permitir a extracção de um conjunto de indicadores de caracterização da oferta quanto às acções e quanto aos responsáveis.

Assim, 234 é o número total das acções diferenciadas que integraram o Programa nos 12 anos de funcionamento (1998-2009)²⁷. O número de acções anualmente à disposição das bibliotecas passou de 27 em 1998 para 112 em 2009 (gráfico nº 3). Este significativo aumento resulta de uma tendência de crescimento visível ao longo do período em que importa assinalar três excepções: 2002, 2004 e 2006. Nos últimos 3 anos verifica-se um volume de acções significativamente superior aos anos anteriores, e em crescimento, como resultado da integração do Programa no PNL.

²⁷ Mas várias acções estiveram em Carteira mais do que um ano. De facto, somando as acções de todas as Carteiras dos 12 anos chega-se a 722, o que significa que cada acção foi proposta, em média, em 3 Carteiras.

Gráfico n.º 3
PAPL – Acções em carteira e Novas acções (1998-2009)
(número e percentagem)

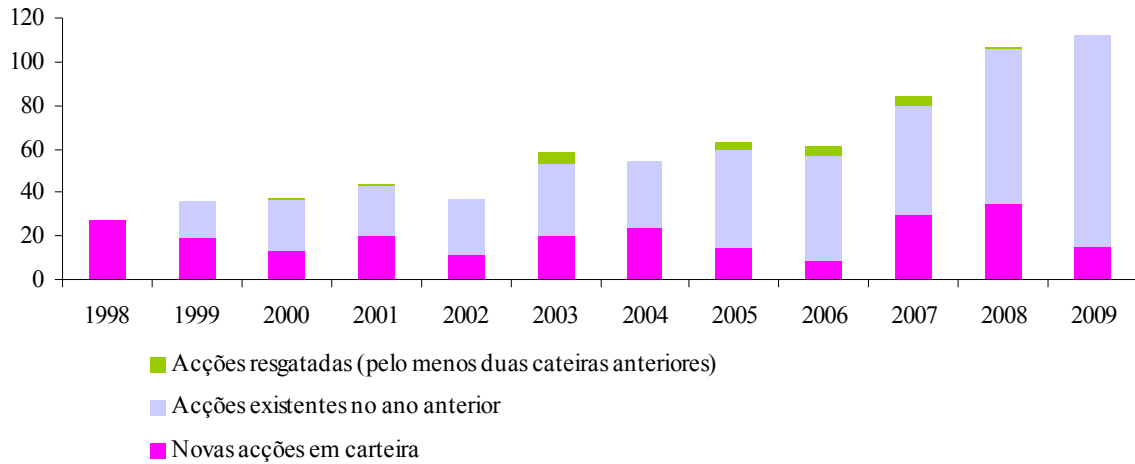


Fonte: OAC a partir de DGLB.

Um outro aspecto da caracterização da oferta que importa reter é o da renovação da carteira. O referido gráfico mostra também a percentagem correspondente a novas acções em cada carteira. Como se pode ver essa percentagem é muito irregular e varia entre 53% em 1999 e 12% em 2009. Constituem ainda anos de forte renovação 2001 (46%) e 2004 (44%). Pelo contrário, 2006 é o ano que regista a segunda menor taxa de renovação (15%).

A relação entre as acções pré-existentes e as novas acções é talvez mais visível no gráfico n.º 4. Nele se pode ainda verificar que o número de acções que estiveram, saíram e voltaram a estar em Carteira (aqui designadas por Acções resgatadas) são relativamente poucas (20 no total dos 12 anos) e situam-se preferencialmente nos anos de 2003, 2005, 2006 e 2007. De resto, o traço a reter é o da permanência das acções.

Gráfico n° 4
PAPL – Acções em carteira por Permanência (1998-2009)
 (número)



Fonte: OAC a partir de DGLB.

Mas confirma-se também que o efeito PNL, patente a partir de 2007, se reflecte não apenas no aumento das acções em números absolutos, mas também em novas acções, efeitos que são mais nítidos em 2007 e 2008.

E quanto à permanência de cada acção em carteira? Trata-se de um aspecto importante porque permite aferir da continuidade ou não das acções propostas. De acordo com o quadro n° 4, 44% teve uma permanência Esporádica (ou seja, entre 2 ou 3 anos em carteira). Este é o tipo mais volumoso. Por outro lado, 3% podem ser considerados Permanentes (entre 10 a 12 anos em carteira), contra 29% que tiveram uma Única presença.

Quadro nº 4

Tempo de permanência das acções em carteira por Tipologia de permanência

Tipologia de permanência	Número	Percentagem
Única	67	28,6
Esporádica	103	44,0
Temporária	56	23,9
Permanente	8	3,4
<i>Total</i>	<i>234</i>	<i>100,0</i>

Base: 234 acções patentes em carteira durante o período 1998/2009.

Nota: Única, que esteve um único ano em carteira; Esporádica que esteve dois ou três anos; Temporária que permaneceu, continuamente ou não, entre quatro e nove anos; e Permanente que esteve em carteira entre 10 e 12 anos.

O quadro nº 5 permite apreender de forma mais clara qual o tipo de permanência das acções.

Quadro nº 5

Tipologia de permanência por Tipologia de acções
(número e percentagem)

Tipologia de acções	Tipologia de permanência				Total	Número
	Única	Esporádi	Temporári	Permanent		
Acção de Formação	20,8	48,6	23,6	6,9	100,0	72
Ateliê	25,5	50,9	23,6	–	100,0	55
Curso Breve de Literatura	37,5	37,5	25,0	–	100,0	16
Comunidade de Leitores	43,3	36,7	20,0	–	100,0	30
Espectáculo	33,3	41,0	23,1	2,6	100,0	39
Exposição	26,7	20,0	40,0	13,3	100,0	15
Outras	28,6	57,1	14,3	–	100,0	7
<i>Total</i>	<i>28,6</i>	<i>44,0</i>	<i>23,9</i>	<i>3,4</i>	<i>100,0</i>	<i>234</i>

Base: 234 acções patentes em carteira durante o período 1998/2009.

Notas: (i) sobre a construção da Tipologia de permanência ver notas do anterior quadro nº 4; ii) sobre construção da Tipologia de acções ver adiante quadro nº 6; iii) 'Outras' inclui o tipo Acção Articulada; (iv) o critério determinante para a contagem das Comunidades de Leitores é o líder.

Deste ponto de vista, valerá a pena sublinhar que Comunidade de Leitores (43%) e, embora menos significativamente, Curso Breve de Literatura (38%) são os que se destacam no Tipo de permanência Única, no primeiro tipo explicado pela rotação dos líderes; quanto ao tipo de permanência Esporádica refiram-se Ateliê (51%) e Acção de Formação (49%); e, relativamente aos restantes dois tipos, importa referir Exposição, com percentagens relevantes tanto no tipo Temporária (40%) como no tipo Permanente (13%).

Tipologia de acções

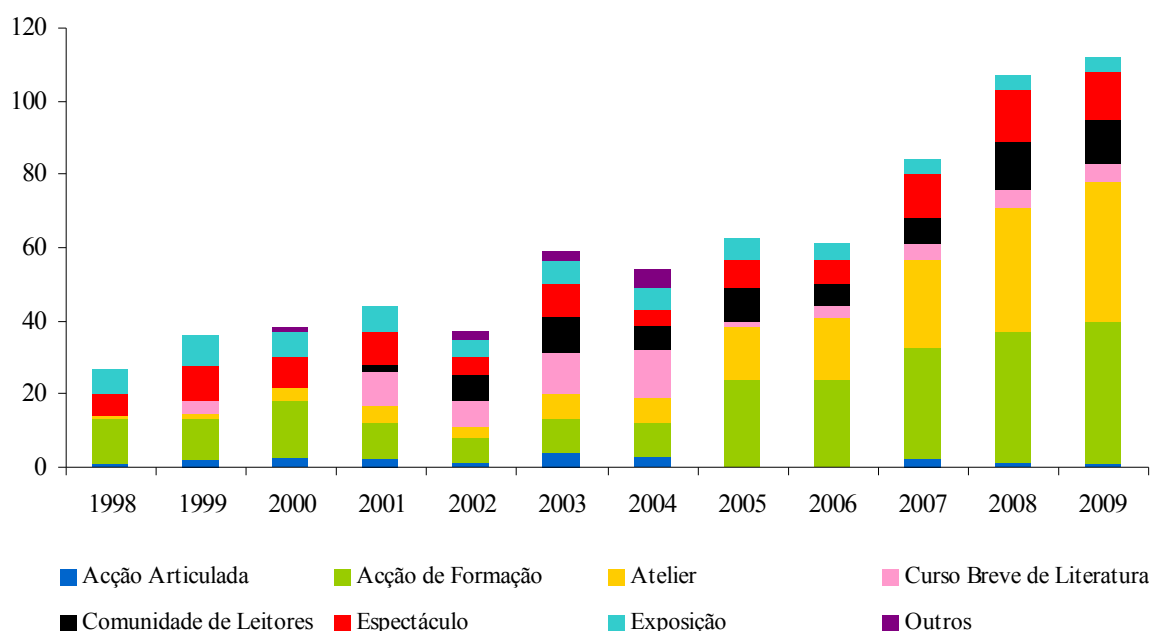
Como se referiu anteriormente, a Carteira estrutura-se por tipos (ou áreas ou modalidades) de acções. A análise diacrónica comparativa segundo este ponto de vista é seguramente uma das mais reveladoras das características do Programa. Apresentava inicialmente, contudo, algumas dificuldades uma vez que ao longo do Programa os tipos de acções (e respectivos conteúdos) sofreram algumas alterações e ajustes. No trabalho de harmonização realizado conservou-se a designação que consta nas diversas carteiras de acções mas procedeu-se, em alguns tipos, a agregações de forma a permitir a construção de indicadores de evolução. Houve, assim, lugar a uma nova tipologia cujos critérios de correspondência com os tipos constantes das carteiras e respectivos apuramentos constam do quadro nº 6. O único tipo *novo* é Acção Articulada. Entende-se por Acção Articulada aquela que se desdobra (ou que integra) diferentes tipos. Em alguns casos o agendamento destas acções por parte das bibliotecas poderá corresponder a dois tipos de acções (por exemplo um espectáculo seguido de um ateliê) noutros a apenas um desses tipos (só espectáculo, por exemplo).

Quadro nº 6
Correspondência entre a tipologia de acções utilizada nas carteiras e a definida pelo OAC (número)

Tipologia de acção (carteiras)	Número	Tipologia de acções (OAC)	Número
Acção de formação	227	Acção de Formação	227
Ateliê	143	Ateliê	156
Ateliê de animação à leitura	13		
Ateliê + Acção de Formação	14	Acção Articulada	20
Ateliê + Espectáculo	2		
Ateliê + Pequena Acção de Formação	1		
Ateliê integrado na apresentação	1		
Espectáculo + exposição	1		
Espectáculo seguido de Ateliê	1		
Curso Breve	2	Curso Breve de Literatura	62
Curso Breve de Literatura	36		
Curso de Literatura para a Infância e a Juventude	10		
Curso Livre	5		
Curso Livre de Literatura e Cultura	9		
Espectáculo	105	Espectáculo	105
Comunidade de leitores	72	Comunidade de Leitores	73
Grupos de leitores	1		
Exposição	68	Exposição	68
Ciclo de debates	1	Outro	11
Projectos de Itinerância em parceria com outras entidades	6		
Seminário	2		
Curso Breve (outro que não literatura)	2		
<i>Total</i>	<i>722</i>		<i>722</i>

O gráfico nº 5 mostra o contributo, em números absolutos, de cada Tipo para o conjunto da oferta anual de acções. Acção de Formação, Ateliê, Espectáculo e Exposição estão presentes em todo o período do Programa, sendo, no caso dos dois primeiros, bem patente o reforço da oferta desde 2005. Embora com presenças mais modestas, também os Espectáculos e as Comunidades de Leitores mostram um reforço de presenças nos anos de 2008 e 2009. Por outro lado, os Cursos Breves de Literatura, com presenças relevantes entre 2001 e 2004, vêm perdendo importância a favor das Acções de Formação.

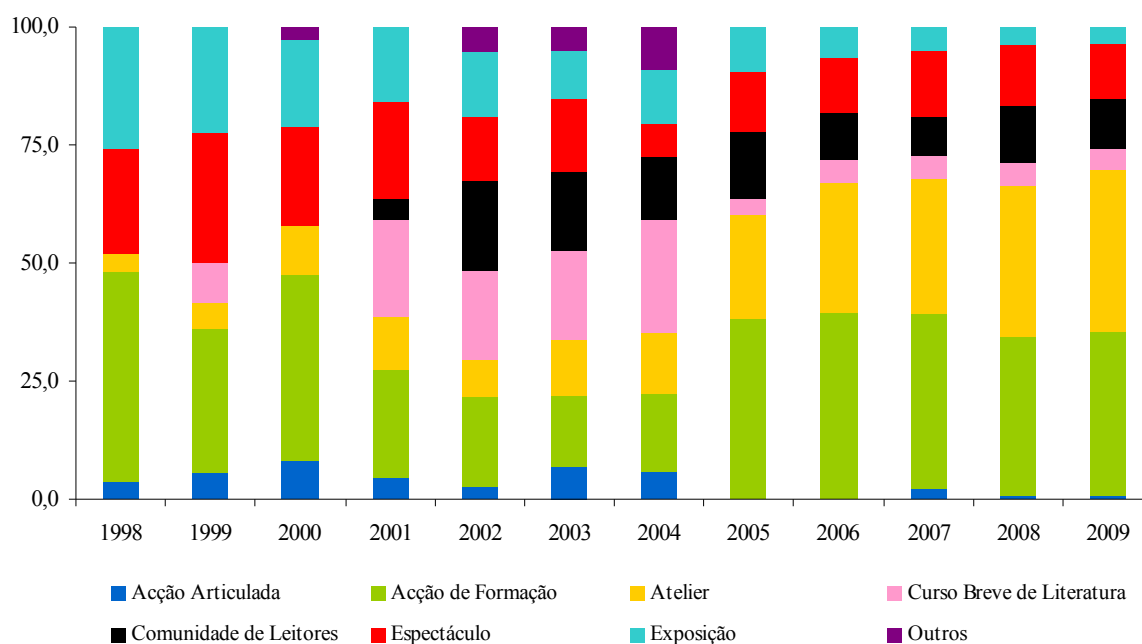
Gráfico nº 5
PAPL – Acções em carteira por Tipo e por Ano (1998-2009)
 (número)



Fonte: OAC a partir de DGLB.

A estrutura por tipo de acções e por ano está patente no gráfico nº 6. Como aí se pode verificar, a estrutura tipológica sofreu alterações consideráveis ao longo dos anos. Embora com algumas oscilações, é possível detectar os tipos que ganham relevo ao longo do período (os Ateliês); os que perdem importância (significativamente as Exposições, os Cursos Breve de Literatura e as Acções Articuladas; moderadamente os Espectáculos e as Comunidades de Leitores); por sua vez, as Acções de Formação ganham um peso particularmente significativo após 2006.

Gráfico nº 6
PAPL – Estrutura das acções em carteira por Tipo e por Ano (1998-2009)
 (percentagem)



Fonte: OAC a partir de DGLB.

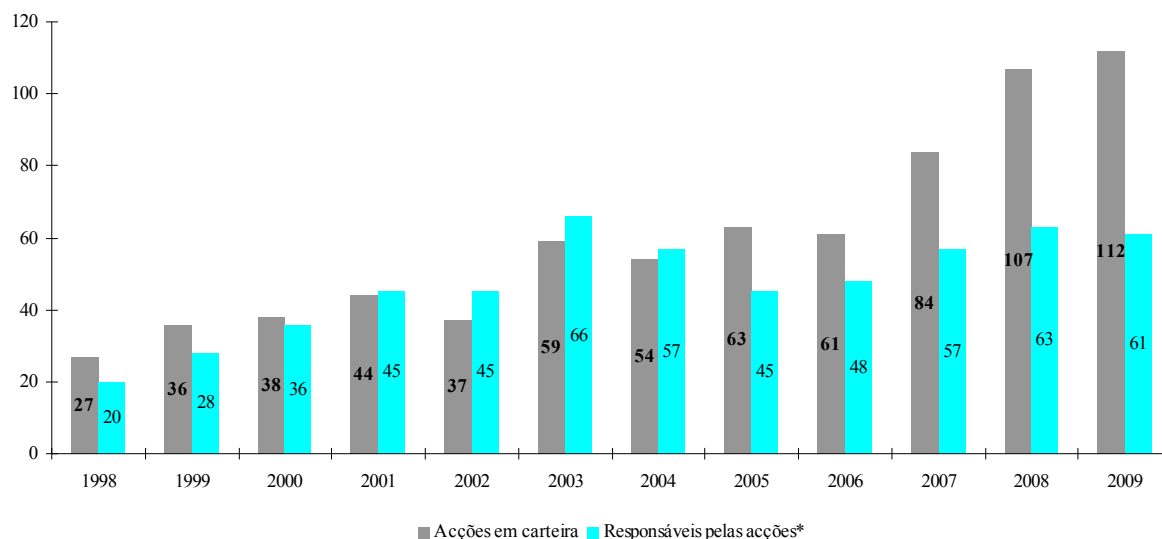
Responsáveis pelas acções

O Programa constitui também uma oportunidade de apresentação de projectos por parte de diversos agentes (individuais e também colectivos) com competências muito diversificadas, tais como professores universitários, escritores, jornalistas, actores, animadores de leitura, contadores de histórias, comissários de exposições, etc. que se afiguram como responsáveis pelas diversas acções em carteira.

Às 234 acções correspondem 167 responsáveis (142 individuais e 25 colectivos), o que significa que cada responsável teve, em média, 1,4 acções nas carteiras. Mas esta é uma medida que não dá conta da grande diversidade de situações, uma vez que as presenças variam entre 1 e 54 vezes, o que significa que não só as presenças se prolongam frequentemente por vários anos como cada responsável o é, também com alguma frequência, por mais do que uma acção. O gráfico nº 7 mostra a relação entre acções e responsáveis. Note-se que o aumento da oferta de acções verificado a partir de 2007 (de 84 para 112) não tem correspondência no número de responsáveis que permaneceu relativamente estável, embora com pequenas oscilações (57, 63 e 61 respectivamente para 2007, 2008 e 2009). A DGLB procura, deste modo, manter o nível qualitativo das

acções propostas através da inclusão de responsáveis com provas dadas em acções anteriormente em carteira.

Gráfico n.º 7
PAPL – Acções e Responsáveis pelas acções em carteira (1998-2009)
 (número)



Nota: * Consideram-se aqui os agentes culturais com responsabilidade nas acções em Carteira quer a título individual (professores universitários, escritores, actores, animadores de leitura, contadores de histórias, comissários de exposições, etc.) quer a título colectivo (companhias de teatro, associações culturais, comissões comemorativas, organismo do MC de tutela do sector, editoras, etc.) cujos dados foram sistematizados pelo OAC.

Fonte: OAC a partir das Carteiras de Acções do PAPL.

O mesmo exercício de tipificação antes realizado com as acções, agora aplicado aos responsáveis pelas acções propostas, mostra que a estrutura percentual é similar com ligeiras variações (quadro n.º 7). As percentagens correspondentes aos tipos Única e Esporádica baixam em favor do tipo Temporária.

Quadro n.º 7
Tipologia de permanência em carteira dos responsáveis pelas acções

Tipologia de permanência dos responsáveis	Número	Percentagem
Única	39	23,4
Esporádica	69	41,3
Temporária	50	29,9
Permanente	9	5,4
<i>Total</i>	<i>167</i>	<i>100,0</i>

Nota: Única, que esteve um único ano em carteira; Esporádica que esteve dois ou três anos; Temporária que permaneceu, continuamente ou não, entre quatro e nove anos; e Permanente que esteve em carteira entre 10 e 12 anos.

Fonte: OAC a partir das Carteiras de Acções do PAPL.

A procura: dados relativos às acções realizadas

Passa-se agora aos dados relativos à procura, ou seja, à abordagem das acções do ponto de vista da sua realização. O quadro nº 8 dá conta, para cada um dos anos em que foi possível obter informação, das acções que foram realizadas pelo menos uma vez, o número total de realizações e ainda a percentagem resultante da relação entre acções em carteira e acções realizadas pelo menos uma vez.

Quadro nº 8
**Acções com pelo menos uma realização e
Total de realizações por Ano (1998-2002 e 2004-2008)**

Ano	Acções em carteira (A)	Acções em carteira realizadas pelo menos uma vez (B)	Percentagem de (B) sobre (A)	Total de realizações
1998	27	27	100,0	124
1999	36	35	97,2	195
2000	38	36	94,7	200
2001	44	44	100,0	224
2002	37	34	91,9	228
2003	59	<i>sd</i>	<i>sd</i>	<i>sd</i>
2004	63	40	74,1	205
2005	61	55	87,3	426
2006	84	56	91,8	434
2007	107	78	92,9	578
2008	112	93	86,9	456

Fonte: OAC a partir de DGLB.

Nota: *sd* – sem dados.

As acções realizadas pelo menos uma vez passaram de 27 em 1998 para 93 em 2008. Note-se que o seu número mais do que triplicou no período em análise. Quanto ao total de realizações, passaram de 124 em 1998 para 456 em 2008, o que significa que quase quadruplicaram. A relação entre acções em carteira e acções realizadas pelo menos uma vez varia entre 74% (2004) e 100% (1998 e 2001).

O número de bibliotecas/municípios em que se realizaram acções do PAPL/Itinerâncias culturais passou de 49 em 1998 para 194 em 2008, ou seja, também quadruplicaram (quadro nº 9). Contudo, nem todas as bibliotecas inauguradas da RBNP acolheram tais acções. De facto, entre 1998 e 2006 a percentagem correspondente oscila entre 61% (2004) e 90% (2000). Relembre-se que a partir de 2007, por efeito da integração no PNL, o âmbito do PAPL foi alargado a todas as bibliotecas e não apenas às inauguradas. Os dados confirmam que, por efeito desta alteração, o número de

bibliotecas com pelo menos uma acção concretizada supera o número de bibliotecas inauguradas da RNBP em 11% e 12% em 2007 e 2008, respectivamente.

Quadro nº 9
Bibliotecas/Municípios com pelo menos uma acção concretizada por Ano (1998-2002 e 2004-2008)

Ano	Bibliotecas com pelo menos uma acção	Bibliotecas RNBP inauguradas	Percentagem de bibliotecas com pelo menos uma acção/Bibliotecas RNBP inauguradas	Média de acções por biblioteca
1998	49	76	64,5	2,5
1999	72	81	88,9	2,7
2000	79	88	89,8	2,5
2001	87	107	81,3	2,6
2002	90	111	81,1	2,5
2003	<i>sd</i>	120	<i>sd</i>	<i>sd</i>
2004	81	132	61,4	2,5
2005	126	145	86,9	3,4
2006	118	154	76,6	3,7
2007	176	159	110,7	3,3
2008	194	173	112,1	2,4

Fonte: OAC a partir de DGLB.

Nota: *sd* – sem dados.

Porém, fica sem se saber qual a percentagem de bibliotecas da RNBP com acções do PAPL nesses dois anos, questão a que o quadro nº 10 pretende responder. De acordo com este indicador, a percentagem de bibliotecas situa-se dentro dos parâmetros verificados em anos anteriores. Pode também confirmar-se que o aumento total de bibliotecas com acções do PAPL se deve efectivamente a bibliotecas que não integram, como bibliotecas inauguradas, a RNBP.

Quadro nº 10
Bibliotecas inauguradas da RNBP com acções PAPL/Itinerâncias culturais (2007-2008)

Ano	Número	Percentagem
2007	134	84,3
2008	144	83,2

Fonte: OAC.

Voltando ao quadro nº 9, ele mostra ainda a média anual de acções por biblioteca e, como aí se pode verificar, varia entre 2,4 (2008) e 3,7 (2006) situando-se, portanto, no número de acções por biblioteca que a DGLB, por norma, viabiliza no âmbito do Programa.

Qual o grau de fidelização das bibliotecas ao Programa? De acordo com o quadro nº 11, nos 10 anos para os quais existem dados (1998-2002 e 2004-2008), dois anos de participação é o que regista a percentagem mais elevada (19%). Note-se ainda que 28% participaram em mais de oito anos, dos quais 6% nos 10 anos em análise²⁸.

Quadro nº 11
Bibliotecas por Número de anos de participação no PAPL (1998-2002 e 2004-2008)

Número de anos	Bibliotecas	Percentagem
Um	23	10,6
Dois	42	19,3
Três	16	7,3
Quatro	28	12,8
Cinco	23	10,6
Seis	17	7,8
Sete	11	5,0
Oito	23	10,6
Nove	23	10,6
Dez	12	5,5
<i>Total</i>	<i>218</i>	<i>100,0</i>

Fonte: OAC a partir de DGLB.

Uma perspectiva complementar pode ser obtida com a distribuição por concelho das acções realizadas por ano (1998-2003 e 2005-2008) e no conjunto dos 10 anos (mapas nº 3 a nº 13). Tenha-se em conta que, apesar do Programa não estar formalmente confinado ao Continente, as bibliotecas situadas nas Regiões autónomas não têm disponibilidade orçamental para custear os encargos em transporte dos monitores e demais intervenientes nas acções.

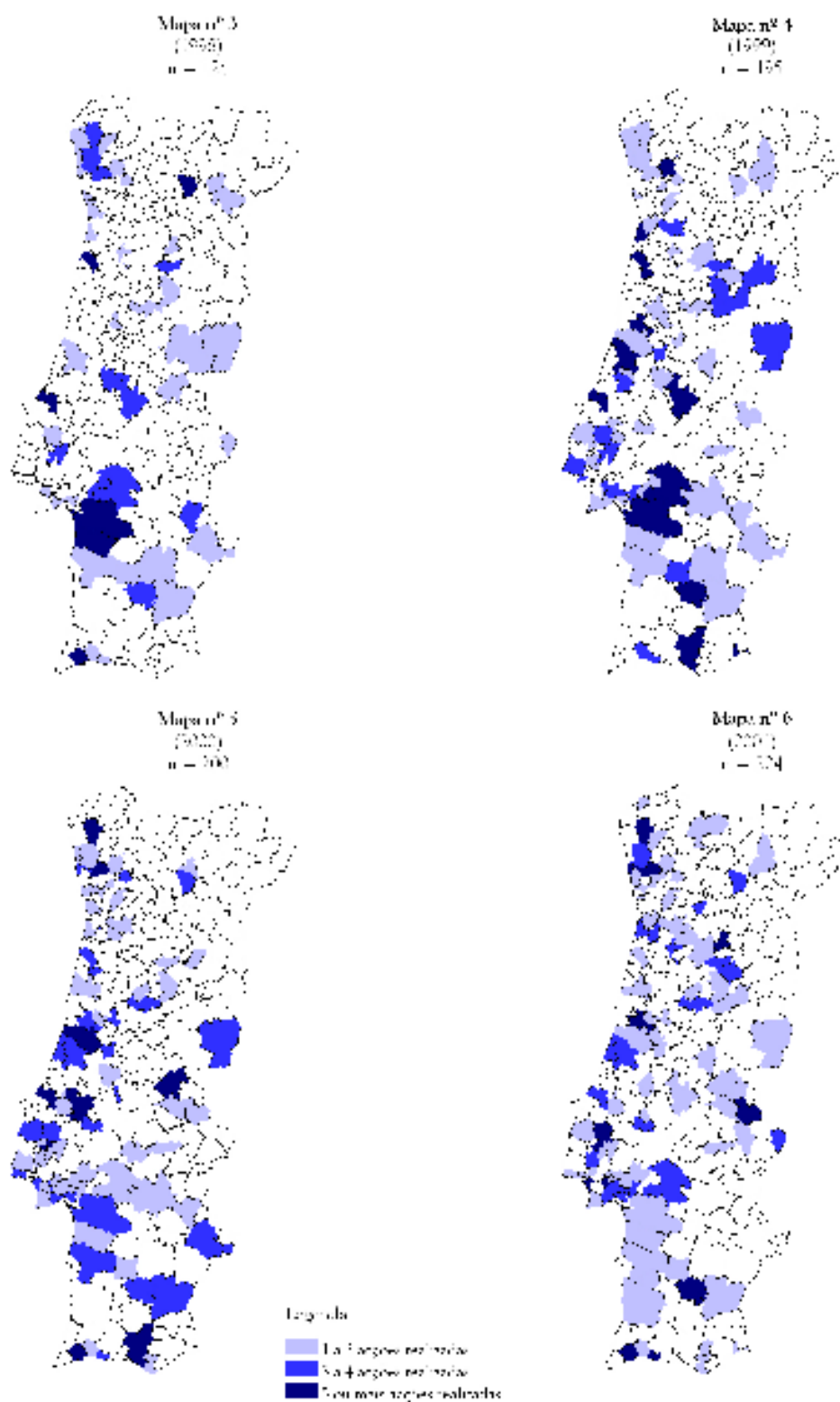
Apenas alguns apontamentos a propósito da distribuição das acções por concelho.

(i) o impacto relativamente forte do Programa nos municípios do interior em 1999; (ii) o progressivo alastramento pelo País ao longo dos anos de funcionamento, talvez com maior incidência no Litoral; (iii) a densificação da mancha correspondente aos municípios aderentes em 2007 e 2008, a que corresponde também um tom mais acentuado da cor uma vez que são substancialmente mais os concelhos com 3 a 4 acções

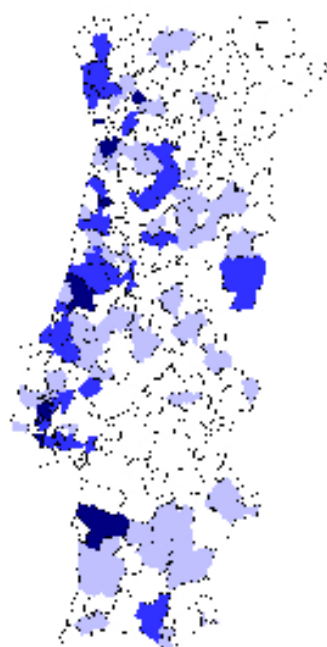
²⁸ Trata-se das bibliotecas de Aljustrel, Barcelos, Caldas da Rainha, Castro Verde, Guimarães, Idanha-a-Nova, Mangualde, Ovar, Ponte de Lima, Portimão, Seia e Vila Nova de Famalicão.

realizadas (situação que se inverte ligeiramente no ano seguinte); (iv) do ponto de vista da totalidade das acções realizadas no período em análise, importa realçar a predominância das acções nos municípios/bibliotecas do litoral a Norte de Setúbal e, sobretudo ao Interior Sul, ao Litoral Alentejano e ao Litoral Algarvio.

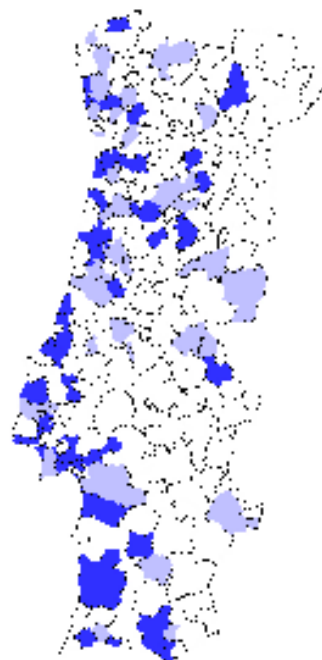
PAPL - Ações realizadas por Ano



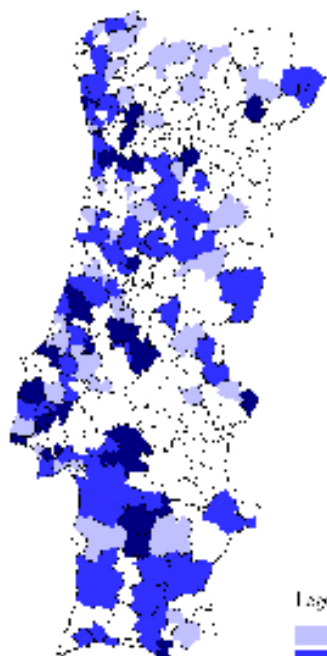
Mapa n° 7
(2002)
 $\lambda = 228$



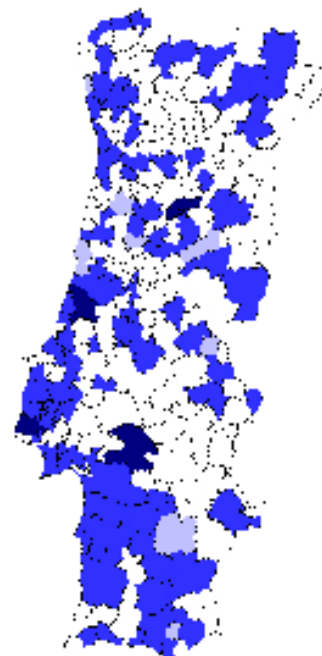
Mapa n° 8
(2003)
 $\lambda = 233$



Mapa n° 9
(2004)
 $\lambda = 426$



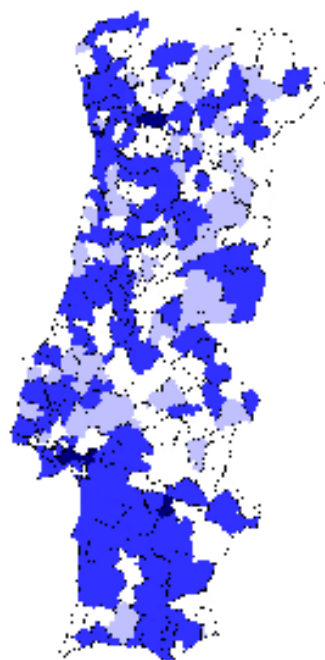
Mapa n° 10
(2006)
 $\lambda = 434$



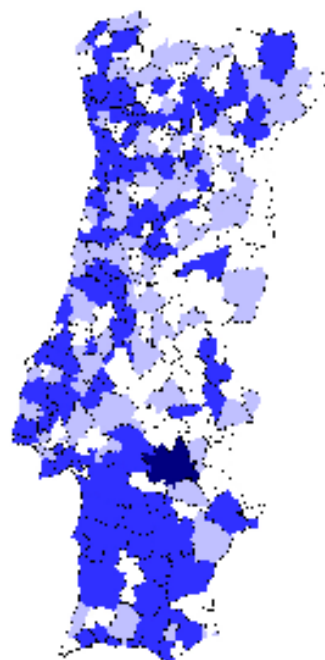
Legenda

- 15 e mais anos
- 20 e mais anos
- 50 e mais anos

Mapa nº 11
(2007)
n = 376



Mapa nº 12
(2009)
n = 400

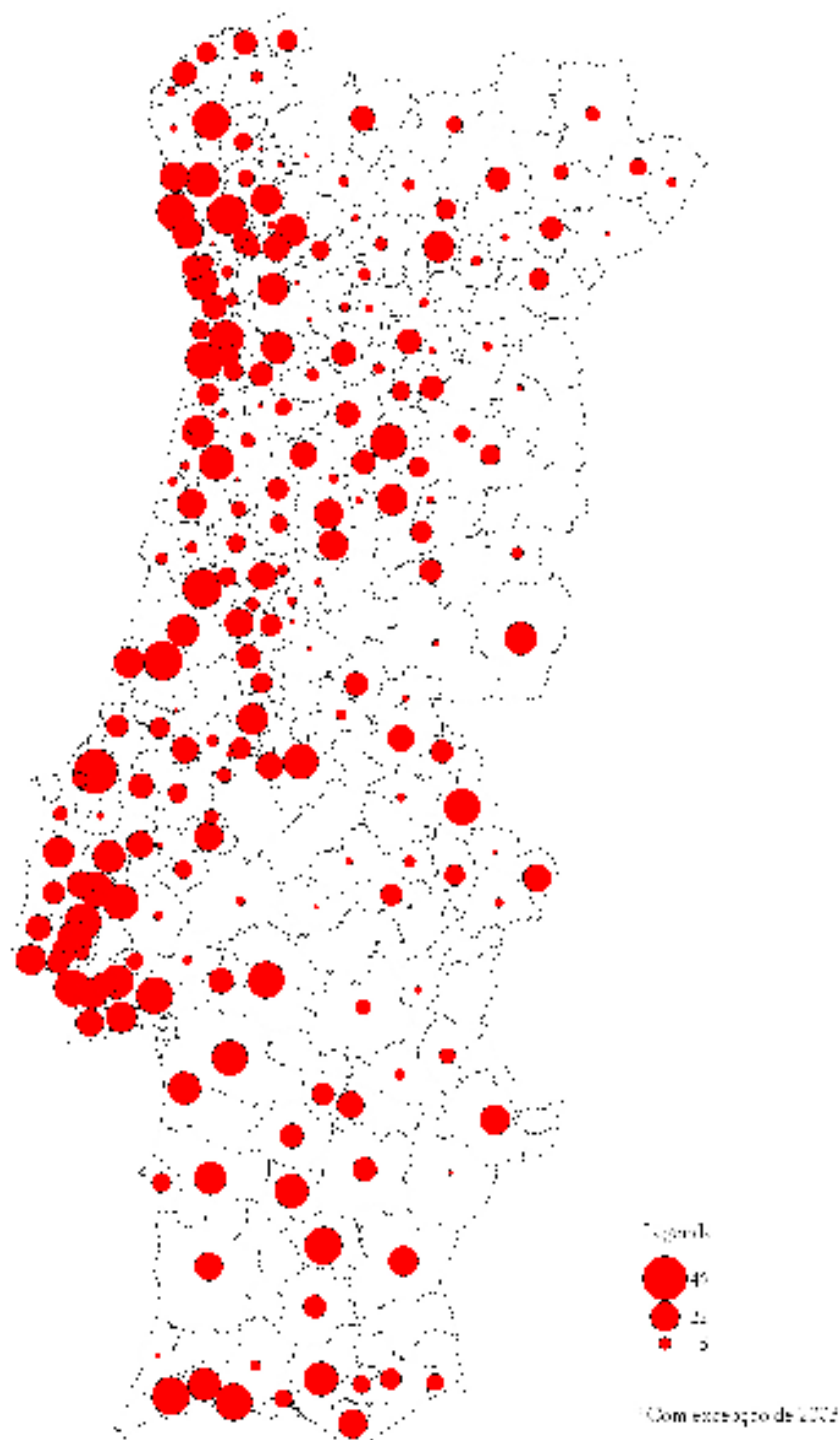


Legend:

- 1 a 2 produtos agrícolas
- 3 a 4 produtos agrícolas
- 5 ou mais produtos agrícolas

Mapa nº 13 - PAPL - Acções realizadas no Período 1998-2008*

em 3.070



Carteira de Acções 2008: Objectivos, públicos-alvo e duração

A partir da Carteira de acções do PAPL/Itinerâncias culturais de 2008 construiu-se uma base de dados que inclui os objectivos, o público-alvo e a duração de cada uma das 107 acções nela constantes. As três variáveis são consideradas, quando adequado, para os seis tipos de acções: Acção de Formação, Ateliê, Comunidade de Leitores, Curso Breve de Literatura, Espectáculo e Exposição. Note-se que os resultados a seguir apresentados resultam de agregações dos conteúdos descritivos das acções expressos na Carteira, uma vez que eles são muito variados, mas muitas vezes mais na forma do que na essência.

Na impossibilidade de realizar semelhante exercício para todas as carteiras de acções, pareceu relevante a sua realização para 2008, o segundo de integração do PAPL no PNL, de modo a melhor se entender as características da oferta de promoção da leitura proporcionada pela DGLB.

Antes relembre-se a distribuição das acções por tipologia e que serão as bases utilizadas (quadro nº 12).

Quadro nº 12
Tipologia das acções em carteira (2008)

Tipologia	Número
Acção de Formação	36
Ateliê	35
Comunidade de Leitores	13
Curso Breve de Literatura	5
Espectáculo	14
Exposição	4
<i>Total</i>	<i>107</i>

Fonte: OAC a partir de Carteira de Acções do PAPL (2008).

Objectivos

Relativamente aos objectivos, nas Acções de Formação, a grande maioria pretende favorecer a Familiarização com autores, ilustradores, contos e literatura para crianças/jovens (78%) (quadro nº 13). Têm igualmente peso significativo outros objectivos como Actividades de promoção/animação da leitura (42%) e Salientar a importância da escola, família, biblioteca (33%).

Quadro nº 13
Objectivos das Acções de Formação (2008)

Objectivos das Acções de Formação	Número	Percentagem
Familiarização com autores, ilustradores, contos e literatura para	28	77,8
Actividades de promoção/animação da leitura	15	41,7
Salientar a importância da escola, família, biblioteca	12	33,3
Técnicas para dramatizar, contar histórias	8	22,2
Familiarização com as TIC e a Internet	2	5,6
Definição de projecto, animação, promoção da leitura	2	5,6
Técnicas de escrita criativa	1	2,8
Instrumentos para desenvolver o gosto pela poesia	1	2,8

Fonte: OAC a partir de PAPL Carteira de Acções 2008.

Quanto aos Ateliês, os objectivos (mesmo após agregação) são mais dispersos e não há propriamente um com forte destaque em termos percentuais (quadro nº 14). Contudo, dois deles são comuns a uma parte significativa das acções em Carteira – Criar/Escrever/Contar histórias (37%) e Ateliês de formação (34%).

Quadro nº 14
Objectivos dos Ateliês (2008)

Objectivos dos Ateliês	Número	Percentagem
Criar / escrever / contar histórias	13	37,1
Ateliês de formação	12	34,3
Familiarização com o objecto livro	6	17,1
Desenvolver capacidades de expressão escrita/oral	6	17,1
Audição de contos tradicionais / histórias	5	14,3
Desenvolver a criatividade	5	14,3
Familiarização com a língua, poesia...	4	11,4
Promoção da leitura / escrita	4	11,4
Conhecer a obra de autores	1	2,9
Aprender a utilizar o dicionário	1	2,9
Familiarização com a leitura através das TIC	1	2,9
Sem informação	1	2,9

Fonte: OAC a partir de PAPL Carteira de Acções 2008.

No ano em análise as Comunidades de Leitores distinguem-se entre aquelas dirigidas ao público em geral (11 casos) e as direccionadas especificamente a alunos do 3º ciclo e do secundário (2 casos). Apresentam grande homogeneidade de objectivos, como se pode ver pelo quadro nº 15, uma vez que, para cada público-alvo, os objectivos são comuns. Os

dirigidos ao *público em geral* (talvez mais os adultos) pretendem partilhar leituras e debater temas, livros e autores, mas também desenvolver elos de sociabilidade entre os seus membros, ao passo que os dirigidos aos alunos têm um carácter mais acentuado de motivar para a leitura recreativa e divulgar obras.

Quadro nº 15
Objectivos das Comunidades de Leitores (2008)

Objectivos das Comunidades de Leitores	Número	Percentagem
Público em geral		
<i>Partilha de leituras</i>	11	84,6
<i>Reflexão e debate em torno de temas, livros e autores</i>	11	84,6
<i>Fortificar elos de sociabilidade</i>	11	84,6
Alunos		
<i>Motivar para a leitura recreativa</i>	2	15,4
<i>Divulgar obras</i>	2	15,4
<i>Dar a conhecer os fundos da biblioteca municipal</i>	2	15,4

Fonte: OAC a partir de PAPL Carteira de Acções 2008.

Os Cursos Breves de Literatura têm como objectivo comum Alargar conhecimentos sobre literatura – objectivo que obviamente coincide com a finalidade de tais Cursos (quadro nº 16).

Quadro nº 16
Objectivos dos Cursos Breves de Literatura (2008)

Objectivos dos Cursos Breves de Literatura	Número	Percentagem
Alargar conhecimentos sobre literatura	5	100,0
Valorizar o livro e a leitura enquanto factores de desenvolvimento	3	60,0
Dar a conhecer autores, temas, géneros	3	60,0
Alargar conhecimentos sobre temáticas culturais do século XX	1	20,0

Fonte: OAC a partir de PAPL Carteira de Acções 2008.

Os objectivos das acções Espectáculos passam em grande medida por Dar a conhecer textos da literatura portuguesa/mundial (50%) e por valorizar a vertente da Promoção da leitura enquanto fonte de prazer e conhecimento (43%) (quadro nº 17).

Quadro n^o 17
Objectivos dos Espectáculos (2008)

Objectivos dos Espectáculos	Número	Percentagem
Dar a conhecer textos da literatura portuguesa/mundial	7	50,0
Promoção da leitura enquanto fonte de prazer e conhecimento	6	42,9
Dar a conhecer a obra de determinados autores	3	21,4
Promoção do gosto pela poesia, teatro	3	21,4
Descolarização de textos	2	14,3
Incentivar a participação das escolas na promoção da leitura	1	7,1
Desenvolver a criatividade/imaginação	1	7,1

Fonte: OAC a partir de PAPL Carteira de Acções 2008.

Finalmente, e quanto às Exposições, 3 delas têm por objectivo Dar a conhecer a obra de determinados autores (Aquilino Ribeiro, Eça de Queiroz e David Mourão-Ferreira) e a outra dar a conhecer, mais genericamente, a literatura portuguesa do século XX.

Quadro n^o 18
Objectivos das Exposições (2008)

Objectivos das Exposições	Número	Percentagem
Dar a conhecer a obra de determinados autores	3	75,0
Dar a conhecer a literatura portuguesa do século XX	1	25,0

Fonte: OAC a partir de PAPL Carteira de Acções 2008.

No seu conjunto, os objectivos apontados parecem ser muito gerais, raramente permitindo identificar com precisão o que se pretende alcançar uma vez terminada a acção. A leitura e o livro, naturalmente, mas também a escrita (criativa), bem como as TIC, são temáticas muito presentes, em particular nas Acções de Formação e nos Ateliês. Nalguns casos visam aprofundar a missão das bibliotecas quanto à promoção da leitura num sentido mais estrito, noutros o objectivo é essencialmente o de proporcionar conteúdos culturais de acordo com as valências das bibliotecas – designadamente as têm valências que permitem a realização de espectáculos e, ou, a realização de exposições, assim se aproximando mais de uma dimensão de animação da biblioteca.

Públicos-alvo

Os públicos-alvo referidos nas Acções de Formação são vários mas privilegiam claramente os mediadores da leitura, seja em contexto escolar (97%) seja nas bibliotecas (92%) (quadro nº 19). Também os Animadores assumem relevo em termos percentuais (72%). Em 19% das Acções referem-se explicitamente Pais e/ou encarregados de educação.

Quadro nº 19
Públicos-alvo das Acções de Formação (2008)

Públicos-alvo das Acções de Formação	Número	Percentagem
Professores e/ou Educadores	35	97,2
Bibliotecários e/ou Técnicos de biblioteca	33	91,7
Animadores	26	72,2
Pais e/ou Encarregados de educação	7	19,4
Profissionais e/ou Técnicos de saúde	3	8,3
Público em geral e/ou Adultos em geral	2	5,6
Voluntários	1	2,8
Outros	3	8,3

Fonte: OAC a partir de PAPL Carteira de Acções 2008.

Os públicos-alvo dos Ateliês apresentam alguma dispersão (quadro nº 20). Podem assinalar-se os alunos do Ensino básico (43%) e os mediadores – Professores e /ou Educadores (31%). Bibliotecários e/ou Técnicos de bibliotecas e Animadores (14% cada) vêm a seguir aos Pais e/ou Encarregados de Educação (17%).

Quadro nº 20
Públicos-alvo dos Ateliês (2008)

Públicos-alvo dos Ateliês	Número	Percentagem
Alunos do ensino básico	15	42,9
Professores e/ou Educadores	11	31,4
3 - 15 anos	7	20,0
Pais e/ou Encarregados de educação	6	17,1
Bibliotecários e/ou Técnicos de biblioteca	5	14,3
Animadores	5	14,3
Público em geral e/ou Adultos em geral	3	8,6
Alunos do secundário	3	8,6
Seniores	1	2,9
Alunos do pré-escolar	1	2,9
Filhos	1	2,9
8 - 80 anos	1	2,9

Fonte: OAC a partir de PAPL Carteira de Acções 2008.

Entre os públicos-alvo das Comunidades de Leitores, pelo contrário, a concentração é bastante clara: Público em geral (85%) e Alunos (15%) (quadro nº 21).

Quadro nº 21
Públicos-alvo das Comunidades de Leitores (2008)

Públicos-alvo das Comunidades de Leitores	Número	Percentagem
Público em geral	11	84,6
Alunos	2	15,4

Fonte: OAC a partir de PAPL Carteira de Acções 2008.

Os Cursos Breves de Literatura destinam-se todos ao Público em geral (quadro nº 22).

Quadro nº 22
Públicos-alvo dos Cursos Breves de Literatura (2008)

Públicos-alvo dos Cursos Breves de Literatura	Número	Percentagem
Público em geral	5	100,0

Fonte: OAC a partir de PAPL Carteira de Acções 2008.

E os dos Espectáculos voltam a referir o Público em geral ou, um pouco mais especificamente, adultos em geral, com um peso significativo (50%) evidenciando-se também entre os destinatários os alunos do ensino básico (36%) e do secundário (29%) (quadro nº 23).

Quadro nº 23
Públicos-alvo dos Espectáculos (2008)

Públicos-alvo dos Espectáculos	Número	Percentagem
Público em geral e/ou adultos em geral	7	50,0
Alunos do ensino básico	5	35,7
Alunos do secundário	4	28,6
Jovens e/ou Jovens adultos	3	21,4
7 - 12 anos	1	7,1
Professores	1	7,1
Outros mediadores de leitura	1	7,1
Pais	1	7,1
Público escolar	1	7,1

Fonte: OAC a partir de PAPL Carteira de Acções 2008.

Em resumo, oscila-se entre alguma especificação de públicos-alvo, de acordo aliás com a definição de tal noção, essencialmente nas Acções de Formação e nos Ateliês – correspondendo, muito possivelmente, às orientações traçadas pela DGLB para tais acções – e a noção muito vaga de Público em geral, o que constitui a marca das Comunidades de Leitores, dos Cursos Breves de Literatura e, em menor escala, dos Espectáculos.

Duração

A terceira variável utilizada para descrever as acções é a Duração. Relativamente às Acções de Formação, a maioria não ultrapassa as 7 horas (quadro nº 24). Pode dizer-se que 6 ou 7 horas é a duração normal. Mas podem ter durações superiores, chegando às 15 horas.

Quadro nº 24
Duração das Acções de Formação (2008)

Duração das Acções de Formação	Número	Percentagem
3 horas	1	2,8
6 horas	8	22,2
7 horas	11	30,6
8 horas	2	5,6
10 horas	1	2,8
12 horas	4	11,1
14 horas	6	16,7
15 horas	2	5,6
1 ou 2 dias	1	2,8

Fonte: OAC a partir de PAPL Carteira de Acções 2008.

Quanto aos Ateliês as durações apresentam diferenças assinaláveis: variam entre 45 minutos e 10 horas (quadro nº 25). Mas há duas durações que se destacam: 90 minutos (29%) e 3 horas (26%).

Quadro nº 25
Duração dos Ateliês (2008)

Duração dos Ateliês	Número	Percentagem
45 minutos	2	5,7
1 hora	3	8,6
75 minutos	2	5,7
80 minutos	1	2,9
90 minutos	10	28,6
2 horas e 30 minutos	1	2,9
3 horas	9	25,7
6 horas	4	11,4
7 horas	1	2,9
10 horas	1	2,9
Sem informação	1	2,9

Fonte: OAC a partir de PAPL Carteira de Acções 2008.

As Comunidades de Leitores têm uma duração de 120 minutos por sessão. Na maioria dos casos são de 6 sessões, 2 casos têm 7 sessões (dirigidas aos alunos do 3º ciclo e secundário) (quadro nº 26).

Quadro nº 26
Duração das Comunidades de Leitores (2008)

Duração das Comunidades de Leitores	Número	Percentagem
6 x 120 minutos	11	86,6
7 x 120 minutos	2	15,4

Fonte: OAC a partir de PAPL Carteira de Acções 2008.

Os Cursos Breves de Literatura têm todos a mesma duração: 15 horas divididas por 5 dias em horário pós-laboral (quadro nº 27).

Quadro nº 27
Duração dos Cursos Breves de Literatura (2008)

Duração dos Cursos Breves de	Número	Percentagem
15 horas	5	100,0

Fonte: OAC a partir de PAPL Carteira de Acções 2008.

Nota: 15 horas divididas por 5 dias em horário pós-laboral.

A duração das acções Espectáculos situa-se preferencialmente entre os 50 e os 60 minutos (quadro nº 28).

Quadro nº 28
Duração dos Espectáculos (2008)

Duração dos	Número	Percentagem
30 minutos	1	7,1
50 minutos	6	42,9
60 minutos	4	28,6
2 x 60 minutos	1	7,1
Sem informação	2	14,3

Fonte: OAC a partir de PAPL Carteira de Acções 2008.

Resumidamente, as durações dos vários tipos de acções são, como seria de esperar, diferenciadas entre si. As Acções de Formação e, sobretudo, os Ateliês são os que apresentam maior diversidade interna. De resto, Comunidades de Leitores, Cursos Breves de Literatura e Espectáculos mostram grande homogeneidade.

Acções de Formação: Algumas características dos participantes

Como já foi referido, as bibliotecas municipais que acolhem as acções do PAPL/Itinerâncias culturais devem enviar à DGLB um relatório detalhado sobre a forma

como elas decorreram. Quando se trata de Acções de Formação²⁹, tanto os formadores como os formandos devem preencher um questionário.

Um primeiro comentário que se pode fazer relativamente aos questionários é que, embora a DGLB tenha modelos bem definidos, em várias acções os questionários aplicados são distintos devido a alterações introduzidas pelas bibliotecas. Assim, foi possível identificar dois tipos de questionários de formadores, três tipos de questionários de bibliotecários e dez tipos de questionários de formandos. Esta multiplicação de questionários constitui, desde logo, e porque não controlada, uma forte limitação ao seu tratamento e análise e, logo, às conclusões a tirar. Mas outra limitação, mais drástica, refere-se ao facto de o número de questionários remetidos à DGLB ser muito baixo. De facto, quanto aos formandos (os únicos que, apesar de tudo, têm um volume que permite algum tipo de análise), os questionários preenchidos são 1.079 e reportam-se a 51 acções. Estas 51 acções, por seu turno, significam apenas 8% das Acções de Formação realizadas em 2003 e no período 2005-2008 (quadro nº 29).

Quadro nº 29
Indicadores dos questionários das Acções de Formação – formandos (2003 e 2005-2008)

Indicadores	Número
Acções realizadas	668
Acções com questionários	51
% de acções com questionários face às realizadas	7,6
Questionários preenchidos	1076
Questionários preenchidos com dados sociográficos	921
% de questionários com dados sociográficos face aos	85,6
Média de questionários por acção com dados	18
Modelos de questionários formandos	10

Nota: sem dados para 2004.

Fonte: OAC.

Mas outras limitações se colocam: uma refere-se à diversidade de itens e escalas utilizadas para avaliar as acções o que torna inviável a sua análise; a outra refere-se ao facto de algumas bibliotecas retirarem ou não solicitarem o preenchimento dos dados

²⁹ Apesar de, entre a documentação da DGLB, constarem questionários de 7 ateliês e de 1 Curso Breve de Literatura, num total de 196, não serão considerados na análise que se segue porque não correspondem a uma exigência do Programa.

sociográficos³⁰; e uma última refere-se à desigual distribuição por ano o que inviabiliza uma análise da evolução por variáveis sociográficas e por ano³¹ (quadro nº 30).

Quadro nº 30
Questionários dos formandos por Ano

Ano	Número
2003	41
2005	386
2006	44
2007	151
2008	279
Não	20
<i>Total</i>	<i>921</i>

Nota: sem dados para 2004.
Fonte: OAC

Contudo, pareceu adequado, apesar das limitações e das precauções que a informação disponível aconselha, tratar e analisar a informação possível. Assim, a análise a seguir realizada reporta-se a 921 questionários de formandos de 51 acções realizadas ao longo do período considerado (2003 e 2005-2008). Detalha-se a informação resultante dos dados sociográficos no quadro nº 31 e sintetizam-se posteriormente as sugestões de temas que os formandos entenderam deixar para futuras acções bem como a forma como tomaram conhecimento da acção de formação em que participaram.

De acordo com os dados disponíveis, um esboço de perfil social predominante sugere que os formandos são sobretudo mulheres (86%), têm idades compreendidas entre os 30 e os 49 anos (52%), com formações ao nível da licenciatura ou superior (71%) e – o que está de acordo com os destinatários de tais acções – estão ligados ao sistema de ensino, em particular como professores (38%) ou como educadores de infância (23%).

³⁰ Algumas bibliotecas remetem as fichas de inscrição e/ou as folhas de presença muitas delas com dados sociográficos. No entanto, não é possível estabelecer a relação entre estas e os questionários preenchidos.

³¹ Uma outra informação analiticamente relevante seria o concelho de residência dos formandos.

Quadro nº 31

Formandos por Sexo, Idade, Grau de escolaridade e Profissão (2003 e 2005-2008)

n = 921

Variáveis	Percentagem
Sexo	
Feminino	85,8
Masculino	7,4
Não é possível apurar	6,8
Idade	
Até 18 anos	0,8
19 - 22 anos	5,1
23 - 29 anos	19,8
30 - 39 anos	26,5
40 - 49 anos	25,7
50 - 59 anos	10,5
60 e mais anos	1,1
Não respostas	10,5
Grau de escolaridade	
Ensino básico	1,8
Frequência do ensino secundário	4,5
Ensino secundário	10,6
Frequência do ensino universitário	7,3
Bacharelato	0,9
Licenciatura	66,6
Mestrado/Doutoramento	3,9
Não respostas	4,5
Profissão	
Professor	38,4
Educador de infância	22,8
Bibliotecário / Técnico de biblioteca	13,1
Estudante	5,8
Animador (sociocultural)	3,9
Auxiliar de acção educativa	2,8
Outras	8,0
Não respostas	5,1

Fonte: OAC.

Quanto às sugestões de temas que gostariam de ver tratados em futuras Acções de Formação – solicitadas em alguns³² dos questionários aplicados aos formandos –, em primeiro lugar verifica-se que há um interesse por acções de formação sobre a dinamização e animação de bibliotecas (escolares e não escolares). Há também várias respostas que apontam para um interesse em acções que facultem técnicas e instrumentos para contar histórias, para organizar vários tipos de actividade (como, por

³² Mais precisamente em oito dos 10 tipos de questionários analisados. Foram 469 os formandos, de 40 acções de formação, que deixaram sugestões.

exemplo, a hora do conto) ou para dramatizar textos. Há ainda manifestações de interesse na literatura em geral, e na literatura infanto-juvenil em particular, e também nos contos tradicionais. São vários os formandos que sugerem acções que ensinem a analisar textos. Há ainda sugestões de outros temas, muito diversificados: educação sexual, ambiente, prevenção rodoviária, dificuldades de aprendizagem, História, etc.

Há também várias referências à necessidade de realizar acções de formação que tenham como objecto a matemática. Linguagem gestual, psicologia infantil ou actividades para portadores de deficiência/doentes são outros dos interesses dos formandos.

A aplicação das TIC nas bibliotecas, ou enquanto ferramenta de leitura, é também apontada por vários dos inquiridos.

A poesia, a escrita, a ilustração, a música, a expressão plástica são igualmente sugeridas como possíveis temáticas para acções de formação.

Por último, observa-se também um interesse na realização de acções de formação com autores e ilustradores.

Quanto à questão sobre a forma como tomaram conhecimento da acção de formação em que participaram destaca-se claramente a Biblioteca Municipal. Segue-se a Escola ou o Jardim-de-infância. As três respostas coincidem com os locais de exercício das profissões mais representadas entre os inquiridos (como se viu atrás): professor, educador de infância e bibliotecário/técnico de biblioteca.

É também considerável o grupo de inquiridos que refere ter sabido da acção através de colegas, em muitos casos por professores. Os e-mails, a agenda cultural municipal e as cartas enviados pelos municípios são igualmente apontados, bem como o correio recebido em casa ou os folhetos e desdobráveis.

São também vários os casos que referem terem tido conhecimento da acção através do portal da DGLB na Internet, por terem sido informados pelo próprio formador ou por terem participado anteriormente noutras acções de formação³³.

3.3. PROJECTOS CONTINUADOS

No portal Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas, a DGLB disponibiliza uma base de dados de projectos de promoção da leitura maioritariamente desenvolvidos em bibliotecas públicas, mas também em associações, livrarias, museus, etc. São designados

³³ Este seria outro aspecto interessante a ter em conta na recolha de informação: número de acções de formação PAPL em que participou e se pensa vir a frequentar outras.

por Projectos continuados e incluem projectos e serviços de leitura em diversos espaços em que crianças, jovens e adultos podem ler, ouvir ler, ouvir contar histórias, jogar com objectos e palavras ou requisitar livros para casa. Os projectos descritos (pelas bibliotecas segundo um formulário previamente definido pela DGLB) não integram o PAPL/Itinerâncias culturais.

Esta base de dados pretende ser uma fonte de partilha de informação e de conhecimento sobre a promoção da leitura, é alimentada a partir da informação que os promotores dos projectos disponibilizam através do preenchimento de um formulário que inclui, entre outros campos, o nome da instituição, o distrito e o concelho, uma descrição sumária, tipo e nome do projecto, público-alvo, financiamento, data de início e de fim.

A base de dados disponibilizada ao OAC em Julho de 2008 é composta por 121 projectos. Os dados foram trabalhados de modo a criar categorias operativas adequadas à descrição dos projectos, de acordo com os objectivos do presente estudo.

Os referidos 121 projectos distribuem-se por 44 concelhos, dos quais se destacam Sesimbra e Faro (mapa nº 14). Importa ter em conta que nem todos os projectos – mais precisamente 7% - são da responsabilidade de bibliotecas municipais (quadro nº 32).

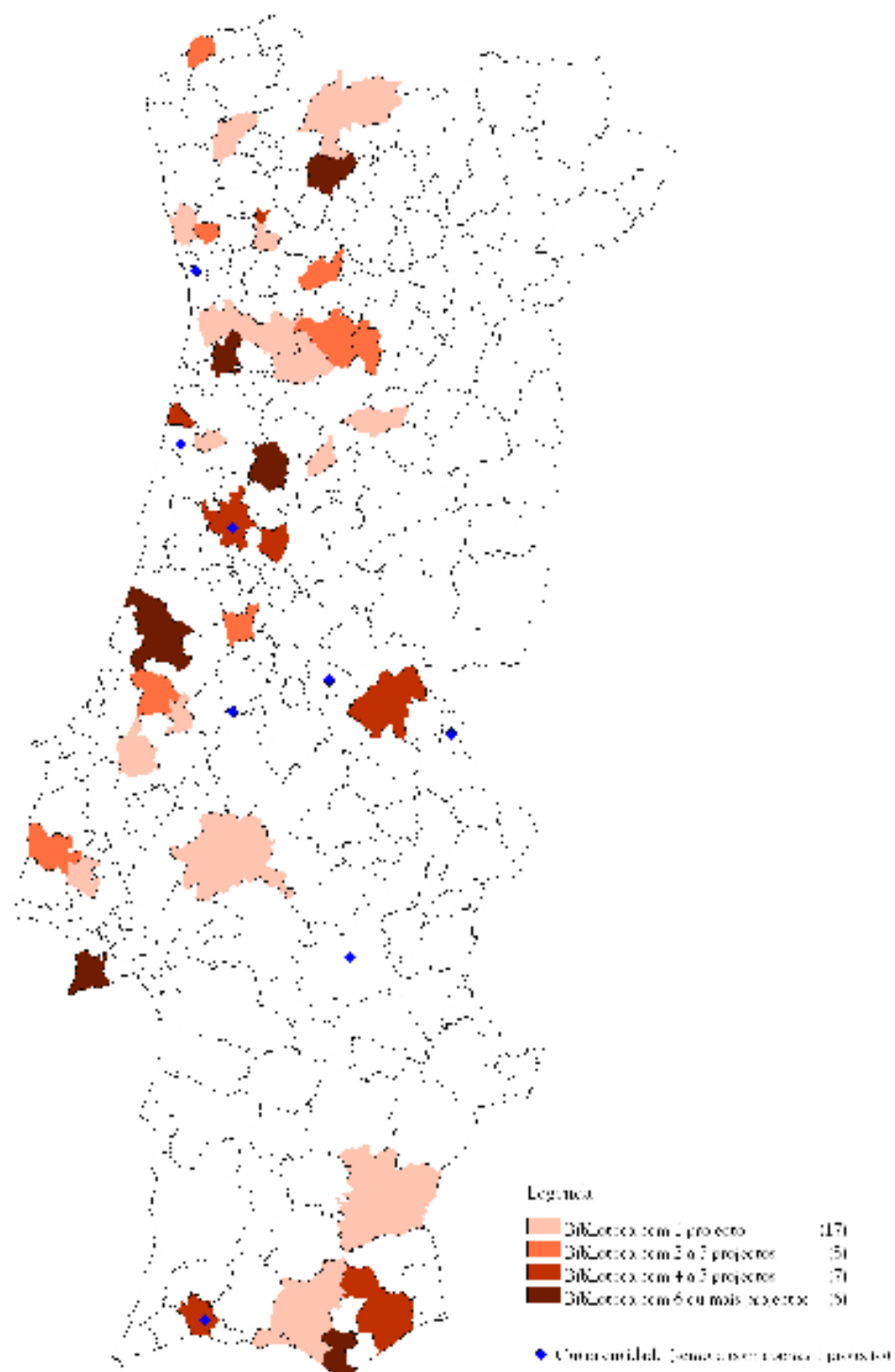
Quadro nº 32
Projectos continuados por Tipo de entidade
n = 121

Tipo de entidade	Percentagem
Biblioteca	93,4
Outra	6,6
Total	100,0

Fonte: OAC a partir de DGLB (Julho 2008).

Mapa nº 14 - Proyectos continuados por Tipo de entidad e por Número de proyectos (2008)

n = 121



Entre as bibliotecas municipais, estão presentes projectos de bibliotecas da RNBP já Inauguradas (81%), mas também de bibliotecas não inauguradas (14%) (quadro nº 33). E 4% não pertencem à Rede.

Quadro nº 33
Projectos continuados por Biblioteca municipal
n = 113

Biblioteca municipal	Percentagem
Não pertencente à	4,4
RNBP Inaugurada	81,4
RNBP Não inaugurada	14,2
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

Fonte: OAC a partir de DGLB (Julho 2008).

Os projectos são de diferentes tipos, com diferentes conteúdos, contextos de realização e públicos-alvo. Muito sucintamente, são feiras do livro, bedetecas, bibliotecas de praia, comunidades de leitores, edições de livros, jornais escolares, leitura em inglês, etc. Em termos quantitativos os mais comuns são as *horas do conto especiais* (14), os *bibliokits* (9), as bibliotecas itinerantes (7), os clubes de leitura (5), os concursos (4) e as visitas guiadas à biblioteca (4).

Do ponto de vista do financiamento, em 92% dos projectos é da responsabilidade das câmaras municipais.

Quanto aos públicos-alvo, a informação analisada foi abordada segundo quatro pontos de vista: o Contexto, a Idade (em anos), a Idade (grandes grupos) e o Grau de Escolaridade. Antes de passar à apresentação dos resultados importa referir que 17% dos projectos têm como destinatários o *público em geral* (quadro nº 34).

Naqueles projectos em que é possível apurar o contexto a que se dirige, o Escolar evidencia-se com grande nitidez (41%), contra 7% do Familiar.

Quadro nº 34
Projectos continuados por Contexto do público-alvo
n = 121

Contexto	Percentagem
Escolar	41,3
Familiar	7,4
Outro	9,9
Sem informação	24,0
Não se aplica (público em	17,4
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

Fonte: OAC a partir de DGLB (Julho 2008)

Quanto à segmentação por Idade, a informação recolhida é escassa e não permite outras ilações senão que raramente é explicitada e, quanto tal acontece, os intervalos utilizados são muito diversos e só esporadicamente comparáveis entre si. O quadro nº 35 mostra os resultados de acordo com os escalões que foi possível construir.

Quadro nº 35
Projectos continuados por Idade (anos) do público-alvo
n = 121

Idade	Percentagem
Dos 0 aos 18 anos	1,7
Mais de 3 anos	1,7
Entre os 3 e os 14 anos	5,8
Até 6 anos	9,9
Dos 6-12 anos	4,1
A partir de 14 anos	1,7
Sem informação	57,9
Não se aplica (público em geral)	17,4
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

Fonte: OAC a partir de DGLB (Julho 2008)

A distribuição do público-alvo dos projectos de acordo com a Idade (grandes grupos) apresenta outra legibilidade, a qual permite confirmar as tendências já observadas: diversidade de públicos-alvo mas elevada concentração nos mais jovens, em concreto nas Crianças (57%) (quadro nº 36).

Quadro nº 36
Projectos continuados por Idade (grandes grupos) do público-alvo
n = 121

Idade (grandes grupos)	Percentagem
Crianças	57,0
Jovens	0,8
Adultos	1,7
Idosos	5,8
Crianças + Jovens	4,1
Crianças + Adultos	0,8
Crianças + Idosos	1,7
Sem informação	10,7
Não se aplica (público em geral)	17,4
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

Fonte: OAC a partir de DGLB (Julho 2008)

No tocante ao Grau de escolaridade, é também reduzido o número de projectos que permitem uma classificação, embora, apesar de tudo, seja possível tecer algumas considerações. Assim, de acordo com o quadro nº 37, há projectos dirigidos para públicos-alvo com diversos graus de escolaridade (e mesmo para não escolarizados). Contudo, a percentagem mais significativa reporta-se ao 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico (18%). Aliás, até ao 3º ciclo situam-se 31% dos projectos.

Quadro nº 37
Projectos continuados por Grau de escolaridade do público-alvo
 n = 121

Grau de escolaridade	Percentagem
Pré-escolar	1,7
Pré-escolar e 1º Ciclo Ensino	10,7
1º e 2º Ciclos Ensino Básico	18,2
2º e 3º Ciclos Ensino Básico	0,8
Ensino Secundário	0,8
Ensino Universitário	1,7
Todos os ciclos de ensino	0,8
Não escolarizados	0,8
Sem informação	47,1
Não se aplica (público em geral)	17,4
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

Fonte: OAC a partir de DGLB (Julho 2008).

Os locais de realização são também muito diversos, embora a biblioteca municipal (46% isoladamente, 60% tendo em conta os pólos e outros locais) e a Escola (15% isoladamente, 22% considerando as diversas combinatórias e ainda os jardins-de-infância) ocupem as posições centrais (quadro nº 38).

Quadro nº 38
Projectos continuados por Local de realização
n = 121

Local de realização	Percentagem
Biblioteca Municipal	46,3
Biblioteca Municipal (Pólos)	7,4
Biblioteca Municipal + Escola	0,8
Biblioteca Municipal + Jardim-de-infância	2,5
Biblioteca Municipal + Museu	2,5
Escola	14,9
Biblioteca escolar	2,5
Associação + Fundação	2,5
Jardim-de-infância + Escola	5,8
Jardim-de-infância	0,8
Café, Restaurante	2,5
Espaço público (jardim, praia, parque, rua)	2,5
Estabelecimento prisional	1,7
Hospital, Centro de saúde	1,7
Lar, Centro de dia	3,3
Lar, Centro de dia + Escola	0,8
Livraria	0,8
Museu	0,8
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

Fonte: OAC a partir de DGLB (Julho 2008).

Os projectos descritos têm espessuras temporais diversificadas, mas em alguns casos são relativamente antigos. O mais antigo remonta a 1986. Todos os outros foram iniciados depois de 1995. A maioria (66%) é muito recente, uma vez que datam de 2005 em diante (quadro nº 39).

Quadro nº 39
Projectos continuados por Ano de início
n = 121

Ano de início	Percentagem
1986 - 1994	0,8
1995 - 2004	9,9
2005 - 2008	66,1
Impossível	23,1
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

Fonte: OAC a partir de DGLB (Julho 2008).

Refira-se ainda, quanto à data de termo, que para 38% dos projectos tal já se verificou, com destaque para o ano de 2007 em que terminaram 27% dos projectos (quadro nº 40).

Quadro nº 40
Projectos continuados por Ano de fim
n = 121

Ano de fim	Percentagem
2001	0,8
2006	5,8
2007	27,3
2008	4,1
Não prevista / Em curso	24,0
Impossível de determinar	14,9
Sem informação	23,1
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

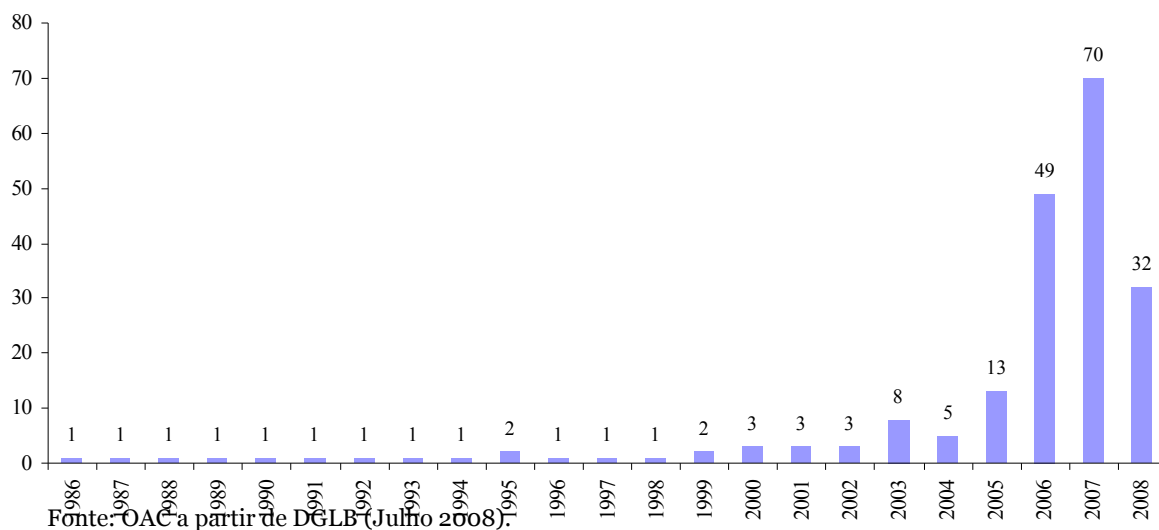
Fonte: OAC a partir de DGLB (Julho 2008).

Embora sejam elevadas as percentagens relativas aos projectos cuja data de termo é Impossível de determinar face aos dados disponíveis e Sem informação (38% no conjunto), pode ainda dizer-se que parte substancial dos projectos tem uma longevidade assinalável em número de anos.

Quanto ao tempo de vigência do projecto, ou seja, o período em que o projecto foi repetido, embora essa informação seja solicitada e seja mencionada, os dados não permitem uma leitura adequada. Uma vez porque com muita frequência se confunde o tempo de duração correspondente a cada repetição/realização do projecto com o período em que pode ser repetido. Por exemplo, um ateliê que dura 2 horas mas que pode ser repetido ao longo de 6 meses. Outras vezes porque uma iniciativa, embora designada por projecto (noção que implica, entre outras características, uma duração delimitada), pelos seus contornos se aproxima mais de uma actividade normal da biblioteca (designadamente porque se repete indefinidamente, como a hora do conto). Pode contudo dizer-se que com alguma frequência o período de vigência é de vários meses e mesmo anos.

Em todo o caso, de acordo com o tratamento que foi possível fazer dos dados disponíveis, jogando com o ano de início e o ano de termo, chegou-se a um gráfico que mostra, em cada ano, o número de projectos vigentes (gráfico nº 8). Como se pode verificar (tendo em conta que não se pretende com tal ilustração fazer uma leitura retrospectiva, que não é sequer possível), os Projectos continuados descritos têm o seu apogeu, em termos de vigência, nos anos de 2006 e 2007.

Gráfico n.º 8
Projectos continuados vigentes por Ano (1986-2008)
 (número)
 n = 121



SÍNTESE

O PAPL/Itinerâncias culturais tem sido um Programa muito relevante pelas acções disponibilizadas e pela sua persistência no tempo. Ao longo deste capítulo apresentaram-se pela primeira vez indicadores relevantes sobre o seu funcionamento. Ele permitiu criar condições para que um conjunto alargado de bibliotecas – nos últimos anos mesmo aquelas que não integram a RNBP – disponibilizassem (mais) actividades de animação das suas valências culturais e promovessem a leitura. Tem sido particularmente relevante nas Acções de Formação de mediadores da leitura e nos Ateliês para crianças e jovens, sendo que o número daquelas aumentou nos últimos anos correspondendo aos objectivos do PNL. Porém, como a avaliação externa do PNL mostra, e a própria DGLB confirma (na Carteira de Acções de 2009), as referidas Acções de Formação enfrentam algumas dificuldades junto do seu principal público-alvo – os professores – o que se pode atribuir a diversos factores, entre os quais sobressaem dois: o aumento do número de horas nas escolas e conseqüente menor disponibilidade para a frequência das acções em horário laboral; o facto de o Ministério da Educação dispor de regras próprias quanto aos requisitos da formação dos docentes, as quais não coincidem com as das Acções de Formação do PAPL/Itinerâncias culturais. De um outro ponto de vista, o alargamento

dos horários escolares – e uma maior e melhor oferta de bibliotecas escolares – poderá também ter implicações numa fatia importante dos utilizadores das bibliotecas municipais, ou seja, na diminuição dos frequentadores em idade escolar. Também o alargamento da cobertura do ensino pré-escolar poderá ter implicações, a curto prazo, noutra público-alvo privilegiado: as crianças.

Todas estas alterações sugerem que se está a atravessar um processo de mudança. Todas elas decorrem da imbricação entre funções culturais e funções educativas das bibliotecas públicas, a qual tem sido uma marca das políticas culturais públicas para as bibliotecas municipais, pelo que importa reflectir sobre novas formas de relação entre cultura e educação, bem como, necessariamente, nos desafios que tais novas relações acarretam – nos utilizadores e, logo, nos objectivos e nos públicos-alvo prioritários das bibliotecas públicas municipais. Como todos os processos de mudança, também o actual acarreta ameaças e oportunidades. Entre estas últimas, situa-se, porventura, o recentrar num dos seus principais desafios – como se referiu no Capítulo 1, o de tornar perenes hábitos de leitura após a saída do sistema de ensino, ou seja, entre a população adulta. Isto sem deixar de atender às necessidades que outras faixas etárias mais jovens continuarão a manifestar.

Relativamente aos Projectos continuados, a amostra em causa e a análise que foi possível fazer dão conta de características (tipo, públicos-alvo, locais de realização, etc.) e de problemas (quanto à aferição com os parâmetros que definem um projecto) que constituem importantes elementos a considerar para a descrição das actividades e projectos de promoção da leitura realizados nas bibliotecas em Portugal.

4. A FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN E OS CONCURSOS DE APOIO A BIBLIOTECAS PÚBLICAS

4. A FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN E OS CONCURSOS DE APOIO A BIBLIOTECAS PÚBLICAS

4.1. CANDIDATURAS E PROJECTOS

A partir da informação disponibilizada pelo Serviço de Educação e Bolsas (SEB) da FCG sobre o Concurso Apoio a Projectos de Promoção da Leitura em Bibliotecas Públicas (2003-2008) e o Concurso Apoio a Pequenas Bibliotecas Públicas (2008) construiu-se um conjunto de indicadores que permite dar conta do impacto desses concursos nas bibliotecas públicas.

Relembre-se que os concursos implicam a apresentação de candidatura sujeita a provação pela FCG. O primeiro abrange bibliotecas públicas municipais, o segundo destina-se a pequenas bibliotecas públicas de entidades públicas ou privadas, sem fins lucrativos, com âmbito territorial inferior ao das bibliotecas municipais.

O quadro nº 41 sintetiza a informação quantitativa do Concurso Apoio a Projectos de Promoção da Leitura em Bibliotecas Públicas no período de vigência (2003-2008)³⁴. No conjunto dos anos em apreço, foram apresentados 425 Projectos por 201 Municípios, dos quais foram aprovados 77 Projectos de 76 Municípios. Adiante-se que 67 municípios tiveram um projecto aprovado e 9 municípios dois projectos (sempre tendo como referência o período em análise). O montante total correspondente ao Programa é de €1.086 milhões, o que significa uma média de €14.109 por projecto.

³⁴ Em 2009 foram apresentadas 53 candidaturas de 35 municípios e foram aprovados 18 projectos de 17 municípios e uma comunidade intermunicipal. O montante dos apoios é de €192.250.

Quadro nº 41
**Candidaturas e projectos Aprovados no Concurso Apoio a Projectos de Promoção da
 Leitura em Bibliotecas Públicas por Ano (2003-2008)**

Ano	Candidaturas		Aprovados		Valor (€)
	Projectos	Municípios	Projectos	Municípios	
2003	81	86	14	19	240.000
2004	76	73	13	13	147.113
2005	69	65	10	13	155.778
2006	74	66	10	10	176.326
2007	71	73	20	20	199.900
2008	54	58	10	10	167.310
<i>Totais</i>	<i>425</i>	<i>201</i>	<i>77</i>	<i>76</i>	<i>1.086.427</i>

Notas: (i) Em 2003 duas Associações de Municípios apresentaram candidatura; (ii) Em 2004 e 2005 uma Associação de Municípios apresentou candidatura; vários municípios apresentaram mais do que uma candidatura; (iii) Nos anos de 2007 e 2008 uma Comunidade Intermunicipal apresentou candidatura.

Fonte: OAC a partir de FCG/SEB.

Quanto ao Concurso Apoio a Pequenas Bibliotecas Públicas, foram aprovados, em 2008³⁵, 19 projectos de 18 municípios com um valor total de €18.000 (quadro nº 42). O valor médio do apoio por projecto é de €947.

Quadro nº 42
Concurso Apoio a Pequenas Bibliotecas Públicas (2008)

Indicadores	Número
Projectos candidatos	53
Projectos apoiados	19
Municípios com candidaturas	18
Municípios com projectos	18
Montante (€)	18.000

Fonte: OAC a partir de FCG/SEB.

³⁵ Em 2009 foram apresentadas 65 candidaturas de 30 municípios e foram aprovados 18 projectos de 17 municípios. O montante dos apoios manteve-se nos €18.000.

SÍNTESE

Em síntese, o Concurso Apoio a Projectos de Promoção da Leitura em Bibliotecas da FCG dirige-se especificamente a projectos e à promoção da leitura. Mais do que o número de projectos apoiados – embora sem dúvida relevante em si mesmo – será talvez a sua continuidade, associada ao facto de se tratar de um concurso, exigindo, portanto, uma preparação de candidaturas – e elas são centenas – que dará um contributo mais relevante ao nível da própria formalização da noção de projecto, tão utilizada como, em diversos casos, pouco dominada nas suas diversas fases, designadamente na de desenho, por exemplo na identificação dos objectivos específicos e dos públicos-alvo das intervenções.

Por outro lado, o Concurso Apoio a Pequenas Bibliotecas Públicas, dirige-se, em boa parte, a outras entidades que não municípios, e seguramente não às bibliotecas municipais, entidades nas quais prolonga os efeitos de um investimento inerente à própria formalização de candidaturas.

5. A ANIMAÇÃO/PROMOÇÃO DA LEITURA NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO
DAS AUTARQUIAS (PNL)

5. A ANIMAÇÃO/PROMOÇÃO DA LEITURA NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO DAS AUTARQUIAS (PNL)

De modo a criar condições para a concretização dos seus objectivos o Plano Nacional de Leitura procura estabelecer parcerias com diversas instituições públicas e da sociedade civil. Entre aquelas estão as autarquias. Desde Novembro de 2006 que a comissão do PNL vem celebrando com as câmaras municipais do continente protocolos que visam determinar as modalidades de cooperação entre as partes. No seu quadro procura-se que as bibliotecas e os serviços de educação e cultura ampliem as actividades de promoção da leitura destinadas à população e reforcem o apoio financeiro e técnico às escolas do concelho. Em 2006 e 2007 aderiram 103 e em 2008 aderiram 29, o que perfaz um total de 132 câmaras municipais com protocolo nesse período.

Para o acompanhamento dos protocolos celebrados, o PNL definiu um formulário, a ser preenchido anualmente pelas câmaras, designado Plano de Desenvolvimento (PD), com o qual pretende recolher informações sobre as iniciativas que cada câmara planeia desenvolver em várias áreas, incluindo apoio técnico a escolas, reforço de fundos bibliográficos do concelho e actividades de animação/promoção de leitura. O PD inclui uma ficha própria, destinada à caracterização destas últimas actividades, que contempla, entre outros campos de informação, os relativos à descrição, aos locais de realização, aos destinatários e aos objectivos gerais e específicos. Neste capítulo analisam-se alguns dos dados assim recolhidos

5.1. ENQUADRAMENTO E MÉTODO

O PD reporta-se ao planeamento de actividades e não à sua execução, pelo que os dados a seguir apresentados devem ser lidos como actividades que a câmara prevê concretizar e não como realizações. Note-se ainda que as actividades descritas não se limitam às realizadas nas ou pelas bibliotecas públicas municipais.

O formulário foi aplicado em 2007 e em 2008 e preenchido por 33 e 40 câmaras municipais, respectivamente. Os dados relativos a 2007 foram introduzidos e tratados em suporte informático pelo PNL, os de 2008 pelo OAC.

Antes de passar à análise dos dados importa fazer quatro notas: quanto à inserção das câmaras municipais com protocolo no Programa RNBP (com biblioteca inaugurada, com contrato-programa sem biblioteca inaugurada ou sem contrato-programa); quanto aos PD em análise; quanto às fichas de Actividades de animação/promoção da leitura; e quanto às Actividades de promoção da leitura nas bibliotecas públicas que serão aqui consideradas e quais os critérios de selecção utilizados.

Relativamente ao primeiro aspecto, o quadro nº 43 mostra que 58% dos municípios que assinaram protocolo com o PNL têm biblioteca integrada na RNBP já inaugurada. Os restantes 42% repartem-se entre aqueles que não têm contrato-programa com a DGLB e, portanto, que não têm biblioteca da Rede (31%), e os que assinaram contrato-programa com a DGLB mas a respectiva biblioteca ainda não foi inaugurada (11%). Este aspecto é importante porque revela que parte substancial das câmaras que se comprometem a desenvolver os objectivos do PNL não têm uma biblioteca da RNBP, parceira estratégica do Plano.

Quadro nº 43
Câmaras municipais que assinaram protocolo com o PNL por situação face ao Programa RNBP (2008)
(número e percentagem)

Situação face ao Programa RNBP	Número	Percentag
RNBP inaugurada	77	58,3
Com contrato-programa com DGLB sem biblioteca	14	10,6
Sem contrato-programa com DGLB	41	31,1
<i>Total</i>	<i>132</i>	<i>100,0</i>

Fonte: OAC a partir de DGLB e PNL.

Base: 132 câmaras municipais com contrato assinado com PNL entre 2006 e 2008 a partir da listagem de PNL, *Relatório de Actividades 3º Ano*, Lisboa, Junho de 2009, pp. 75-82.

Adicionalmente, refira-se que, apesar da diferença assinalável que se verifica entre o número de câmaras com protocolo e com biblioteca da RNBP inaugurada e o número das câmaras com biblioteca inaugurada da RNBP, as distribuições percentuais dos dois conjuntos mostra grande proximidade, pelo que a decisão de realizar protocolos com o PNL por parte dos municípios não parece ser afectada pelo tipo de biblioteca, que o mesmo é dizer pela dimensão populacional do concelho (quadro nº 44).

Quadro nº 44
**Câmaras municipais com biblioteca da RNBP inaugurada e com protocolo com o PNL
 por Tipo de biblioteca (2008)**
(percentagem em coluna)

Tipo de biblioteca	Municípios	
	Com biblioteca RNBP inaugurada	Com protocolo com PNL
BM 1	50,0	46,8
BM 2	39,0	40,3
BM 3	7,6	7,8
BM D	2,3	3,9
Bibliopólis	1,2	1,3
<i>Bases</i>	<i>172</i>	<i>77</i>

Base: 172 bibliotecas RNBP situadas no continente e inauguradas até 2008.
 Fonte: OAC a partir de DGLB e PNL.

Quanto ao número de formulários PD preenchidos serão considerados 33 e 40, correspondentes a 32% e 30% das câmaras com Protocolo em 2007 e 2008, respectivamente (quadro nº 45).

Quadro nº 45
**Câmaras municipais com protocolo com o PNL por Preenchimento do Plano de
 Desenvolvimento e por Ano (2007 e 2008)**
(número e percentagem)

Preenchimento do PD	2007		2008	
	Número	Percentagem	Número	Percentage m
Preencheram	33	32,0	40	30,3
Não preencheram	70	68,0	92	69,7
<i>Total</i>	<i>103</i>	<i>100,0</i>	<i>132</i>	<i>100,0</i>

Fonte: OAC a partir de PNL.

Note-se que os municípios em causa não coincidem nos dois anos, quer porque celebraram protocolo apenas em 2008, quer porque, apesar de terem protocolo, por qualquer motivo não preencheram o PD. Como se pode ver pelo quadro nº 46, os municípios em análise no conjunto dos dois anos são 58, dos quais 26% preencheram o PD nos dois anos.

Quadro n^o 46
Municípios que preencheram o Plano de Desenvolvimento por Ano (2007 e 2008)
(número e percentagem)

Ano	Número	Percentage m
2007	18	31,0
2008	25	43,1
2007 e 2008	15	25,9
<i>Total</i>	<i>58</i>	<i>100,0</i>

Fonte: OAC a partir de PNL.

No tocante às fichas de Actividades de promoção/animação da leitura identificaram-se, no total, 807 repartidas por 2007 e 2008, as quais se reportam a 49 municípios (quadro n^o 47).

Quadro n^o 47
Indicadores de preenchimento da ficha de Actividades de animação/promoção da leitura por Ano (2007 e 2008)
(número)

Indicadores	Ano		<i>Total</i>
	2007	2008	
Fichas de actividades de promoção/animação da leitura	431	376	807
Municípios que preencheram fichas	33	27	49
<i>Média de fichas por câmara municipal</i>	<i>13</i>	<i>14</i>	<i>17</i>

Notas: (i) Relativamente a 2008, há casos em que os Municípios apresentaram uma lista de actividades, mas não preencheram as fichas, pelo que essas actividades não podem ser aqui consideradas; (ii) o número de fichas preenchidas por município varia entre 3 e 54 (2007) e 1 e 44 (2008).

Finalmente, de acordo com três critérios – i) decorrem nas bibliotecas municipais; ii) embora decorrendo noutras espaços, são organizadas pelas bibliotecas; ou iii) não sendo organizadas nem decorrendo nas bibliotecas, estão directamente relacionadas com a promoção da leitura (por exemplo, acções realizadas no âmbito do PAPL) – identificaram-se 334 (2007) e 289 (2008) actividades vocacionadas para a promoção da leitura nas bibliotecas públicas (quadro n^o 48).

Quadro nº 48
Actividades vocacionadas para a promoção da leitura nas bibliotecas públicas por
Ano (2007 e 2008)
(número e percentagem)

Actividades vocacionadas para a promoção da leitura nas bibliotecas públicas	2007		2008	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem
Sim	334	77,5	289	76,9
Não	97	22,5	87	23,1
<i>Total</i>	<i>431</i>	<i>100,0</i>	<i>376</i>	<i>100,0</i>

5.2. ACTIVIDADES VOCACIONADAS PARA A PROMOÇÃO DA LEITURA NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

A maior parte das actividades vocacionadas para a promoção da leitura nas bibliotecas públicas descritas nas fichas situa-se fora do âmbito do PAPL, tanto em 2007 (87%) como em 2008 (85%) (quadro nº 49). Tal significa que os municípios planeiam realizar um conjunto diversificado de iniciativas não estando dependentes de um Programa específico como o PAPL.

Quadro nº 49
Actividades vocacionadas para a promoção da leitura nas bibliotecas públicas no âmbito do PAPL (2007 e 2008)
(número e percentagem)

Actividades no âmbito do PAPL	2007		2008	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem
Sim	43	12,9	43	14,9
Não	291	87,1	246	85,1
<i>Total</i>	<i>334</i>	<i>100</i>	<i>289</i>	<i>100,0</i>

Um outro exercício teve por objectivo a classificação das actividades identificadas nas fichas de Actividades de animação/promoção da leitura constantes dos formulários dos PD utilizando como referência os tipos de acções do PAPL. Deste ponto de vista, o que se verifica é que as actividades se situam preferencialmente no tipo Ateliê em qualquer dos anos considerados, embora com maior incidência no de 2007 (41%) do que no de 2008

(36%) (quadro nº 50). Uma outra conclusão relevante é que uma parte substancial corresponde a outros tipos que não os do PAPL (25% em 2007 e 36% em 2008).

Quadro nº 50
Actividades vocacionadas para a promoção da leitura por Tipo de acção e por Ano (2007 e 2008)
(número e percentagem)

Tipo	2007		2008	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem
Ateliê	137	41,0	105	36,3
Espectáculo	36	10,8	19	6,6
Acção de Formação	33	9,9	16	5,5
Exposição	28	8,4	15	5,2
Comunidade de Leitores	4	1,2	7	2,4
Curso Breve de Literatura	1	0,3	0	0,0
Outros tipos	84	25,1	105	36,3
Não é possível classificar	11	3,3	22	7,6
<i>Total</i>	<i>334</i>	<i>100,0</i>	<i>289</i>	<i>100,0</i>

5.3. CARACTERIZAÇÃO DOS DESTINATÁRIOS DAS ACTIVIDADES DE ANIMAÇÃO/PROMOÇÃO DA LEITURA

Voltando à totalidade das actividades de animação/promoção da leitura descritas nas fichas constata-se, no que diz respeito aos Destinatários por Nível de escolaridade, que em 2008 abrangem alunos do pré-escolar ao secundário (quadro nº 51). Mas é nos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico que se concentra a parte substancial das actividades planeadas (37%).

Quadro nº 51
Destinatários das actividades de animação/promoção da leitura por Nível de escolaridade (2008)
(número e percentagem)

Nível de escolaridade	Número	Percentagem
Crianças do pré-escolar/jardim-de-infância	68	21,7
Alunos do 1º Ciclo Ensino Básico	116	36,9
Alunos do 2º Ciclo Ensino Básico	47	15,0
Alunos do 3º Ciclo Ensino Básico	34	10,8
Alunos do Ensino Secundário	17	5,4
Alunos (nível não especificado)	32	10,2
<i>Total</i>	<i>314</i>	<i>100,0</i>

Base: 376 fichas de actividades de animação/promoção da leitura.

Notas: i) há actividades com vários destinatários e, portanto, as categorias não são exclusivas; ii) as actividades cujos destinatários não estão aqui incluídos são as que não referem nenhum destinatário e aquelas cujas respostas não podem ser classificadas segundo a variável considerada; iii) em 2007 os destinatários por Nível de escolaridade são Grupos escolares (196 casos, 46% do total das actividades).

Em algumas actividades em causa, embora relativamente poucas, os Destinatários são identificados por Categoria (quadro nº 52). Quando tal acontece é maior a incidência entre os Infanto-juvenis e Crianças (2007, 73% das actividades) e Crianças e Jovens (2008, 67%). Acrescente-se que os Adultos estão presentes em 2007 e 2008 com, respectivamente, 24% e 20%.

Quadro nº 52
Destinatários das actividades por Categoria (2007 e 2008)
(número e percentagem)

Categoria	2007		2008	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem
Bebés	–	–	2	4,3
Crianças	18	32,7	15	32,6
Infanto-juvenis	22	40,0	–	–
Jovens	2	3,6	16	34,8
Adolescentes	–	–	1	2,2
Adultos	13	23,6	9	19,6
Idosos	–	–	3	6,5
<i>Total</i>	<i>55</i>	<i>100,0</i>	<i>46</i>	<i>100,0</i>

Bases: 431 (2007) e 376 (2008) fichas de actividades de animação/promoção da leitura.

Notas: i) há actividades com vários destinatários e, portanto, as categorias não são exclusivas; ii) as actividades cujos destinatários não estão aqui incluídos são as que não referem nenhum destinatário e aquelas cujas respostas não podem ser classificadas segundo a variável considerada.

Relativamente à Profissão dos destinatários, as referências são muito poucas em 2007 e mencionam apenas Docentes e Animadores/mediadores (quadro nº 53). Em 2008 o leque de profissões é mais alargado e o contingente em causa mais significativo (91 casos). Os profissionais ligados à docência voltam a ter valores elevados (Professores e Educadores de infância somam 55% no total das actividades classificadas) tal como os Bibliotecários/técnicos de biblioteca (22%).

Quadro nº 53
Destinatários das actividades por Profissão (2007 e 2008)
(número e percentagem)

Profissão	2007		2008	
	Número	Percentage	Número	Percentage
Docentes	5	41,7	–	–
Animadores/mediadores	7	58,3	–	–
Professores	–	–	34	37,4
Bibliotecários/técnicos de biblioteca	–	–	20	22,0
Educadores de infância	–	–	16	17,6
Animadores	–	–	9	9,9
Funcionários das escolas	–	–	5	5,5
Mediadores de leitura	–	–	4	4,4
Livreiros	–	–	2	2,2
Monitores de ATL	–	–	1	1,1
<i>Total</i>	<i>12</i>	<i>100,0</i>	<i>91</i>	<i>100,0</i>

Bases: 431 (2007) e 376 (2008) fichas de actividades de animação/promoção da leitura.

Notas: i) há actividades com vários destinatários e, portanto, as categorias não são exclusivas; ii) as actividades cujos destinatários não estão aqui incluídos são as que não referem nenhum destinatário e aquelas cujas respostas não podem ser classificadas segundo a variável considerada.

As poucas actividades em que se explicita o Local de realização (apenas 20 e em 2008) mostram que estes são muito diversos não podendo falar-se portanto de locais privilegiados (quadro nº 54). Apesar de tudo, entre os locais mais referidos, confirmam-se aqueles que são normalmente associados à promoção da leitura, para além das escolas: hospitais, lares, centros de dia e, claro, as bibliotecas.

Quadro nº 54
Destinatários das actividades por Local (2008)
(número e percentagem)

Local	Número	Percentagem
Utentes de hospital	4	20,0
Utentes de lares, centros de dia	4	20,0
Utilizadores da biblioteca	4	20,0
ATL's	3	15,0
Utentes de transportes públicos	1	5,0
Utilizadores da piscina	1	5,0
Campos de férias	1	5,0
Frequentadores de associações	1	5,0
Frequentadores de cafés	1	5,0
<i>Total</i>	<i>20</i>	<i>100,0</i>

Base: 376 fichas de actividades de animação/promoção da leitura.

Notas: i) há actividades com vários destinatários e, portanto, as categorias não são exclusivas; ii) as actividades cujos destinatários não estão aqui incluídos são as que não referem nenhum destinatário e aquelas cujas respostas não podem ser classificadas segundo a variável considerada.

Por fim, aborda-se a classificação dos destinatários por Outras situações (quadro nº 55). Deste ponto de vista, ao passo que em 2007 a (omnipresente) categoria Público em geral se destaca claramente (80%) e a categoria Famílias recolhe o essencial das restantes referências que aqui interessam (13%), em 2008 as categorias são, em alguns casos, mais selectivas permitindo alguma segmentação. As Famílias (20%) e a População do concelho (14%) recolhem o maior número de referências, mas várias outras estão presentes, para além da Comunidade escolar, como por exemplo os Visitantes do concelho e Turistas, ou ainda População de outros concelhos.

Quadro nº 55
Destinatários das actividades por Outras situações (2007 e 2008)
(número e percentagem)

Outras situações	2007		2008	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem
Público em geral	133	80,1	65	38,5
Famílias	22	13,3	34	20,1
População do concelho	–	–	23	13,6
Comunidade escolar	–	–	13	7,7
Visitantes do concelho	–	–	12	7,1
População de outros concelhos	–	–	12	7,1
Turistas	–	–	9	5,3
Outros	11	6,6	1	0,6
<i>Total</i>	<i>166</i>	<i>100,0</i>	<i>169</i>	<i>100,0</i>

Bases: 431 (2007) e 376 (2008) fichas de actividades de animação/promoção da leitura.

Notas: i) há actividades com vários destinatários e, portanto, as categorias não são exclusivas; ii) as actividades cujos destinatários não estão aqui incluídos são as que não referem nenhum destinatário e aquelas cujas respostas não podem ser classificadas segundo a variável considerada.

SÍNTESE

Através do formulário Plano de Desenvolvimento, cujo preenchimento é solicitado pelo PNL às câmaras municipais com as quais estabelece protocolo, foi possível obter diversos dados sobre as actividades de animação/promoção da leitura projectadas por cerca de um terço daqueles municípios – aqueles que efectivamente preencheram o formulário para 2007 e 2008. Parte dessas actividades (23% em qualquer dos dois anos) foram identificadas como vocacionadas para a promoção da leitura nas bibliotecas públicas municipais. O cruzamento com a base de dados do PAPL mostra que apenas em pequena parte tais actividades se sobrepõem (13% e 15% em 2007 e 2008) e a aplicação da tipologia de acções do referido Programa confirma, também deste ponto de vista, que

parte substancial das actividades consideradas são de outros tipos que não os do Programa. Parece assim evidenciar-se a diversidade de enquadramentos e de tipos de actividades projectadas pelas autarquias, parte substancial delas concretizadas pelas ou nas bibliotecas públicas municipais.

No que toca aos destinatários das actividades de promoção/animação da leitura, descritas nos Planos de Desenvolvimento, constata-se que as crianças e os jovens em idade escolar constituem um contingente muito importante e ainda que, entre aqueles, os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico são o grupo mais relevante. Entre os adultos, os professores, bibliotecários e outros mediadores da leitura são, apesar do reduzido número de actividades em análise, as profissões mais referidas. Destaca-se ainda, quanto a outras situações, o peso relativamente elevado da categoria público em geral e, mais especialmente, de famílias.

Resulta, assim, que as actividades projectadas se integram nas orientações da actual fase do PNL, confirmando-se três grandes tendências: (i) quantidade e diversidade de actividades; (ii) existência de vários destinatários, mas com claro predomínio das crianças e dos jovens (em particular em contexto escolar, enquanto alunos); (iii) e a atenção particular prestada aos docentes, aos bibliotecários e a outros mediadores da leitura.

6. INQUÉRITO ÀS BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

6. INQUÉRITO ÀS BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Apesar de a informação disponível nas fontes consideradas anteriormente ser vasta e relevante, como se viu pelos indicadores que foi possível construir, ainda assim não permite uma caracterização de determinados aspectos das bibliotecas públicas municipais, nem das actividades desenvolvidas, em particular as de animação da biblioteca e os projectos de promoção da leitura. Por outro lado, importava também conhecer as opiniões dos responsáveis pelas bibliotecas no tocante a vários aspectos relacionados com o livro e a leitura.

Por isso, na segunda fase do estudo foi construído, testado e aplicado um questionário electrónico às *bibliotecas públicas municipais abertas ao público*, dirigido ao responsável pela biblioteca. Note-se que se considerou como unidade de inquirição a biblioteca pública municipal, independentemente do número de pólos ou extensões. A noção de *biblioteca pública municipal* é uma das que delimitam o Inquérito. Outras noções centrais são: *promoção da leitura* – o conjunto de actividades culturais levadas a cabo com a finalidade de elevar os níveis de literacia e de fomentar as práticas de leitura de lazer, designadamente leitura de livros; e a noção de *projecto* de promoção da leitura – um conjunto articulado de acções de modo a alcançar um resultado específico, já realizado ou a realizar, num dado período de tempo, segundo meios humanos e materiais pré-definidos e independentemente do número de realizações.

6.1. METODOLOGIA

O questionário é da responsabilidade da equipa do OAC com contributos dos interlocutores do estudo no PNL e na DGLB, para além de outros contributos a título institucional e pessoal. Uma versão preliminar foi testada com a colaboração de oito responsáveis de bibliotecas³⁶ e as sugestões integradas na versão final do Questionário.

³⁶ Bibliotecas Municipais Eugénio de Andrade (Fundão), Idanha-a-Nova, Mértola, Pombal, Manuel Teixeira Gomes (Portimão), Almeida Garrett (Porto), Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras. Um contributo posterior (enviado por correio electrónico depois de o questionário ter sido respondido) veio da Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira (Leiria), que aqui se reproduz como sugestão para possíveis futuras pesquisas: “faltaram, pelo menos, duas questões (mesmo sendo extenso!) – a dimensão da equipa que está envolvida na Biblioteca e o horário praticado. Há ainda outro aspecto que considero relevante – em Portugal ninguém tem dado importância à qualidade dos Serviços de Referência que são praticados pelas Bibliotecas e, no entanto, isso é objecto de preocupação em países que são tomados por nós como exemplos a seguir. Teria sido relevante que este tipo de serviço tivesse sido considerado no questionário de forma minuciosa como foram considerados os Projectos. Este serviço poderá revelar que trabalho está a ser desenvolvido no âmbito daquilo que é a leitura instrumental.”

Inclui um Módulo Geral e um Módulo Específico (ver Anexo nº 1). No Módulo Geral caracteriza-se a biblioteca quanto a um conjunto de aspectos, enquadram-se as suas actividades e recolhem-se as opiniões dos responsáveis pela biblioteca. No Módulo Específico pede-se ao responsável pelo preenchimento que descreva até 3 projectos de promoção da leitura considerados particularmente significativos para a biblioteca. Esta opção tem a vantagem de, para além de fornecer informação sobre os projectos em causa, dar indicações sobre o que se destaca como projectos de promoção da leitura na perspectiva dos responsáveis, perspectiva particularmente importante neste estudo.

Os dados reportam-se a 2008 e, em algumas dimensões, também a 2007 de modo a identificar as variações registadas.

6.2. TRABALHO DE CAMPO

Relembre-se que o presente estudo não se limitou às bibliotecas que integram a RNBP. Uma vez que não existe um levantamento das bibliotecas públicas municipais em Portugal³⁷, cruzaram-se as várias fontes disponíveis, consultaram-se inúmeras páginas na Internet e contactou-se directamente com vários municípios no sentido de confirmar a existência, ou não, de bibliotecas públicas municipais abertas ao público. O ponto de partida foi, portanto, o conjunto dos municípios portugueses (308).

Ao longo do trabalho de campo verificou-se, na fase de levantamento dos municípios com biblioteca, que 15 não têm biblioteca municipal, ou não está a funcionar, ou não está aberta ao público, chegando-se assim ao universo de partida de 293 municípios (quadro nº 56).

Quadro nº 56

Inquérito por questionário às bibliotecas públicas municipais – indicadores de partida (número)

Indicador	Número
Municípios portugueses	308
Municípios/Bibliotecas inauguradas da RNBP (abertas ao público até 2008)	173
Municípios sem biblioteca pública municipal	15
Universo de partida	293

³⁷ O INE interrompeu o Inquérito às Bibliotecas em 2004. O Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura do Conselho Superior de Estatística, no Relatório de Actividades de 2006 (DOCT/1928/CSE/DSFA), recomenda a sua reactivação, após reformulação metodológica do projecto e recenseamento das bibliotecas.

O questionário, de resposta *on-line*, foi enviado por correio electrónico a 7 de Abril de 2009 para os responsáveis das 293 bibliotecas que constituíam o universo de partida (ver officios de envio, insistência, e prolongamento do período de resposta no Anexo nº 2). O prazo de resposta inicial era 30 de Abril desse mesmo ano. Face ao número relativamente baixo de respostas completas, foi feita nova insistência por correio electrónico a 27 de Abril de 2009 e o período de resposta prolongado até 20 de Maio. Para além da correspondência via correio electrónico, a equipa estabeleceu inúmeros contactos no sentido de verificar a correcção dos endereços utilizados, donde resultou a afinação da base de dados de expedição e o envio de 2ª via do *link* do questionário para muitas das bibliotecas inquiridas. Entretanto, manteve-se o atendimento (por telefone e por e-mail) para esclarecimento de dúvidas e resolução de alguns problemas que a plataforma informática foi revelando.

Durante a fase de aplicação do questionário verificou-se que outros 15 municípios estavam também fora do universo pelas razões anteriormente referidas. Chegou-se, assim, a um Universo estimado de 278 municípios que (em princípio) têm biblioteca pública aberta ao público (quadro nº 57).

Quadro nº 57
Inquérito por questionário às bibliotecas públicas municipais – indicadores de aplicação
 (número)

Indicador	Número
Municípios que responderam informando que não tem biblioteca ou que não está aberta ao público	15
Universo	278
Bibliotecas com resposta válida	*170
Projectos de promoção da leitura descritos (Módulo Específico)	190

Notas: * (i) Inclui duas bibliotecas que apenas responderam integralmente ao módulo específico; (ii) Inclui Serpa, que foi inaugurada em Janeiro de 2009, e Vagos, cuja “biblioteca” funciona numa sala.

Dessas 278 bibliotecas, 170 preencheram de forma completa o questionário, considerando-se a resposta válida. Os municípios correspondentes representam uma população total de 7,2 milhões de habitantes, o que significa 67% da população total do País. Outras 29 bibliotecas iniciaram o preenchimento mas os questionários não puderam ser considerados válidos pela exiguidade do número de perguntas respondidas. Feitas as contas, não se obteve qualquer resposta por parte de 79 bibliotecas/municípios.

Numa outra perspectiva, as 170 respostas válidas significam uma taxa de resposta de 61% do Universo. Estas 170 bibliotecas preencheram 190 módulos específicos.

Refira-se ainda que ao longo do processo de recolha de informação foram realizados dezenas de contactos com bibliotecas no sentido de validar dados de contacto e de solicitar a colaboração e o preenchimento do questionário.

6.3. RESULTADOS – MÓDULO GERAL (BIBLIOTECAS)

Respostas obtidas

O mapa nº 15 mostra a localização dos municípios que responderam ao Inquérito. Deste ponto de vista importa destacar a dispersão das respostas pelo Continente e as colaborações de bibliotecas de municípios açorianos e madeirenses.

A maioria das bibliotecas (77%) abriu ao público já com o programa Rede Nacional de Bibliotecas Públicas em execução. Sempre de acordo com as respostas obtidas, a amplitude dos anos em questão é grande: desde a Primeira biblioteca central de Lisboa inaugurada em 1883 até à de Serpa, inaugurada formalmente em 2009 mas já antes em funcionamento.

Uma análise agregada, por escalões, mostra que as bibliotecas inauguradas na primeira década do século constituem o principal contingente (37%) (quadro nº 58). De todo o modo, confirma-se que o parque português de bibliotecas públicas municipais é recente e está, aliás, em crescimento uma vez que – tendo apenas em conta a RNB – está ainda longe de ser plenamente concretizado o objectivo de dotar todos os municípios portugueses de pelo menos uma biblioteca que cumpra parâmetros internacionalmente estabelecidos.

Quadro nº 58
Bibliotecas públicas municipais por Ano de abertura
(percentagem)
 n = 170

Ano de abertura ao público	Percentagem
Até 1979	11,2
Entre 1980 e 1989	14,7
Entre 1990 e 1999	34,7
Depois de 2000	36,5
Ns/Nr	2,9
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

Contudo, o número de bibliotecas e de municípios apenas coincide do ponto de vista da gestão. De facto, aos 170 casos em análise correspondem 315 pontos de serviço fixo³⁸, 83 pontos de serviço itinerantes e 64 pontos de serviço temporários.

Como se distribuem em função da dimensão populacional do município? O quadro nº 59 mostra que os pontos de serviço fixo se evidenciam nos municípios com mais de 50.000 habitantes, ao passo que os pontos de serviço temporários, e sobretudo os itinerantes, se evidenciam entre os municípios com até 20.000 habitantes.

Quadro nº 59
Pontos de serviço por Dimensão populacional do município
(percentagem do número de pontos de serviço)

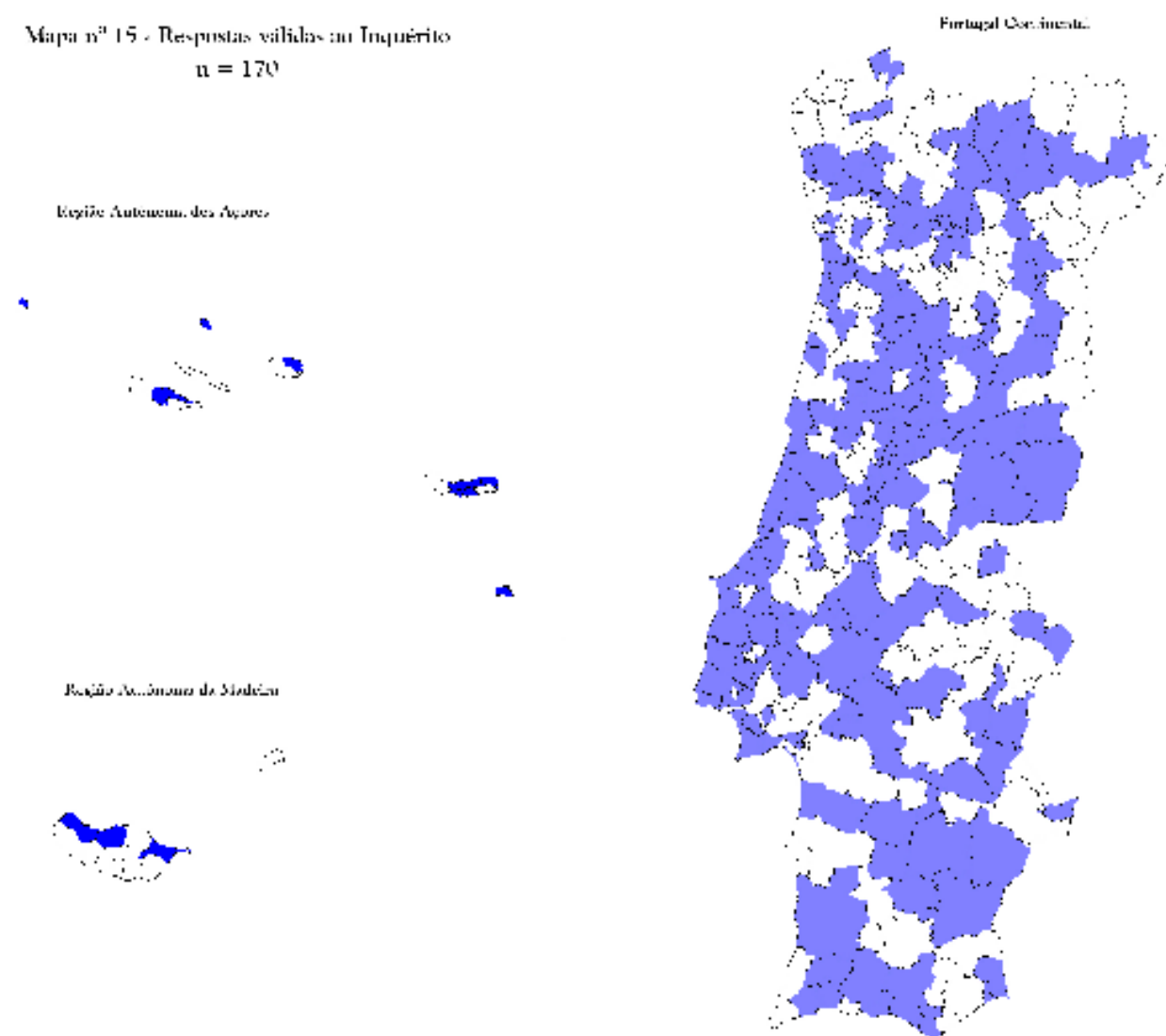
Dimensão populacional	Pontos de serviço		
	Fixos	Itinerantes	Temporários
Até 20.000	36,8	63,9	51,6
20.000 - 50.000	21,6	15,7	18,8
Mais de 50.000	41,6	20,5	29,7
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
Número de pontos de	315	83	64

A ponderação pela população pode ter diferentes leituras consoante o ponto de vista adoptado. Assim, se se tiver em conta apenas a biblioteca/município, isso significa uma biblioteca por cada 42.155 habitantes. Tendo em conta os pontos permanentes (fixos e itinerantes) a proporção baixa para 18.006 habitantes. Se, finalmente, se tiver em conta apenas os pontos de serviço fixos tal significa uma média de 22.750 habitantes por cada um.

Refira-se ainda que, relativamente às 55 bibliotecas que têm mais do que um ponto de serviço permanente fixo, a programação cultural é, para a maioria (66%), comum a todos eles.

³⁸ Os pontos de serviço fixos são, no fundo, bibliotecas permanentes que, inclusivamente, muitas vezes funcionam em rede.

Mapa nº 15 - Respostas válidas ao Inquérito
n = 170



Recursos documentais e despesas com aquisição de monografias

O número de Monografias do conjunto das bibliotecas ascende a mais de 5,8 milhões (quadro nº 60). E, embora, em número ainda modesto, os Documentos electrónicos totalizam perto de 39 mil. Tendo em conta os documentos adquiridos em 2008, os contributos deste ano variam entre 20% nos Seriados correntes e 5% nas Monografias.

Quadro nº 60
Recursos documentais por Tipo de documento
(número e percentagem)
n = 170

Tipo de documento	Recursos documentais		
	Totais em 2008	Adquiridas em 2008	Contributo 2008
Monografias	5.828.413	288.394	4,9
Seriados correntes	69.331	14.151	20,4
Documentos sonoros	154.422	11.210	7,3
Documentos audiovisuais	230.783	24.587	10,7
Documentos electrónicos	38.826	4.670	12,0
Ns/Nr (aos 5 indicadores)	2	2	–

Tendo em conta a existência, ou não, de cada tipo de documento nas bibliotecas, constata-se que os Documentos electrónicos são os que se destacam pela relativamente baixa percentagem – apenas 58% assinalou expressamente a sua existência (quadro nº 61). De resto, globalmente, a percentagem de Não sabe / Não responde (Ns/Nr) é assinalável em qualquer dos tipos.

Quadro nº 61
Existência de documentos por Tipo de documento
(percentagem)
n = 170

Tipo de documento	Tem	Não	Ns/Nr	Total
Monografias	92,9	–	7,1	100,0
Seriados correntes	79,4	2,4	18,2	100,0
Documentos sonoros	76,5	7,6	15,9	100,0
Documentos audiovisuais	84,1	3,5	12,4	100,0
Documentos electrónicos	57,6	17,1	25,3	100,0

Relativamente às despesas com a aquisição de monografias, importa notar o número relativamente elevado de bibliotecas que não as referem em qualquer dos dois anos solicitados, com destaque para 2007. Quanto aos valores apurados em 2008 são cerca de €2,6 milhões, o que representa quase um milhão de euros a mais relativamente ao ano transacto (quadro nº 62).

Quadro nº 62
Despesas com aquisição de Monografias por Ano
(euros)

Ano	Valor	Número de casos
2007	1.647.216	112
2008	2.548.504	130
<i>Variação</i>	<i>901.288</i>	<i>-</i>

Quais as características dos responsáveis pelo preenchimento do questionário?

Quanto ao Sexo (quadro nº 63) e à Categoria profissional (quadro nº 64), os resultados apresentam elevada concentração no sexo feminino (73%) e nos técnicos superiores (72%).

Quadro nº 63
Responsáveis pela resposta ao questionário por Sexo
(percentagem)
n = 170

Sexo do responsável	Percentagem
Feminino	73,5
Masculino	24,7
Ns/Ns	1,8
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

Quadro nº 64
Responsáveis pela resposta ao questionário por Categoria profissional
(percentagem)
n = 170

Categoria profissional do responsável	Percentagem
Técnico superior	71,8
Assistente técnico	8,8
Técnico profissional	5,9
Técnico	2,9
Bibliotecário	2,4
Assistente administrativo	1,8
Chefe de divisão	1,2
Eleito local	0,6
Assessor principal	0,6
Ns/Nr	4,1
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

Já quanto ao Cargo, o traço marcante é a dispersão (quadro nº 65). As categorias Bibliotecário e Responsável são as que mais se destacam (ambas com 21%), seguidas de Coordenador (16%). Repare-se que apenas 4% se inserem na categoria Director.

Quadro nº 65
Responsáveis pela resposta ao questionário por Cargo
(percentagem)
n = 170

Cargo do responsável	Percentagem
Bibliotecário	21,2
Responsável	21,2
Coordenador	15,9
Técnico	11,2
Chefe de divisão	10,6
Director	4,1
Vereador	1,2
Outros	5,9
Ns/Nr	8,8
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

Parece, assim, confirmar-se quanto às bibliotecas públicas municipais, a diversidade de cargos dos responsáveis dos serviços públicos (em que é notória a sobreposição do cargo nos serviços municipais com o cargo na biblioteca), comum noutros sectores culturais, como o dos museus (Santos, Neves, Santos e Nunes, 2005), em que importa destacar a raridade do cargo de Director.

Que relação com a RBNP?

Considerando o total de Bibliotecas RBNP inauguradas até final de 2008 (173), apenas responderam 100, o que significa 59% das respostas válidas ao Inquérito. Tendo em conta o número de bibliotecas inauguradas até 31 de Dezembro de 2008, o valor baixa um ponto percentual (para 58%), o que significa que 42% destas não responderam. A distribuição daquelas bibliotecas pelos tipos considerados na Rede consta do quadro nº 66.

Quadro nº 66
Respostas das bibliotecas da RBNP por Tipo
(percentagem)
n = 173

Tipo	Resposta ao Inquérito		Total	Número
	Responderam	Não		
BM 1	52,3	47,7	100,0	86
BM 2	62,7	37,3	100,0	67
BM 3	53,8	46,2	100,0	13
Bibliopólis	100,0	–	100,0	2
BM A	100,0	–	100,0	1
BM D	75,0	25,0	100,0	4
<i>Total</i>	<i>57,8</i>	<i>42,2</i>	<i>100,0</i>	<i>173</i>

Base: Bibliotecas RBNP inauguradas até final de 2008.

Para além dos tipos com muito poucos casos, os valores das respostas variam entre os 52% (BM 1) e os 63% (BM 2).

Similarmente, que relação com o PNL?

São várias as abordagens da relação das bibliotecas com o PNL contempladas no questionário.

Desde logo a existência de Protocolo do município em questão com o PNL (em 2007 ou 2008), o que se verifica com 91 (ou 54%) das bibliotecas (quadro nº 67).

Quadro nº 67
Existência de Protocolo com PNL
(percentagem)
n = 170

Protocolo com o PNL	Percentagem
Sim	53,5
Não	44,7
Ns/Nr	1,8
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

Contudo, a existência de tal Protocolo não é condição para que a biblioteca tenha adquirido obras recomendadas pelo PNL, uma vez que a percentagem das bibliotecas que responderam afirmativamente a esta última questão é bem mais elevada (85%). De resto, 50% do contingente em análise tem Protocolo com o PNL e adquiriu obras recomendadas (quadro nº 68), 34% adquiriu obras embora sem celebrar Protocolo e, pelo contrário, 3% tem Protocolo mas não adquiriu obras recomendadas pelo PNL.

Quadro nº 68
Existência de Protocolo com PNL por Aquisição de obras recomendadas pelo PNL
(percentagem de n)
n = 170

Protocolo	Aquisição de obras			Total
	Sim	Não	Ns/Nr	
Sim	50,0	2,9	0,6	<i>53,5</i>
Não	33,5	10,0	1,2	<i>44,7</i>
Ns/Nr	1,2	0,0	0,6	<i>1,8</i>
<i>Total</i>	<i>84,7</i>	<i>12,9</i>	<i>2,4</i>	<i>100,0</i>

Entre o contingente que adquiriu obras recomendadas pelo PNL (144 casos) a maioria adquiriu uma obra por título (quadro nº 69).

Quadro nº 69
Modalidade de aquisição de obras recomendadas pelo PNL (2007 ou 2008)
 (percentagem)
 n = 144

Modalidade	Percentagem
Um exemplar por título	65,3
Conjuntos de exemplares de cada título	25,7
Ambas opções*	7,6
Ns/Nr	1,4
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

Nota: * A Modalidade Ambas opções resulta de codificação *a posteriori*. De facto, bibliotecas há que adquiriram livros para a biblioteca e para as escolas em diferentes modalidades. É o caso da Biblioteca Pública de Alvaiázere que, de acordo com a bibliotecária responsável, adquiriu conjuntos de exemplares para o 1º Ciclo e um exemplar por título para a Biblioteca.

Os montantes correspondentes às despesas com as obras recomendadas pelo PNL em 2007 e 2008 ascendem a €209.339 e €275.175³⁹, respectivamente, valores que, face às despesas totais das aquisições com monografias para a biblioteca correspondem a 13% e 11%. Note-se, contudo, que esta diminuição em dois pontos percentuais não deve fazer esquecer que, em valor, se verificou um acréscimo de €66 mil.

Para terminar esta breve resenha, importa ainda referir que 42% das bibliotecas declararam ter tomado iniciativas ou elaborado propostas especificamente destinadas a ampliar a acção do PNL⁴⁰ (quadro nº 70). De novo se constata que a existência de Protocolo parece não ser decisiva para estas iniciativas, uma vez que 29% têm Protocolo e tomaram tais iniciativas, 12% não têm Protocolo e tomaram essas iniciativas e 22% têm Protocolo mas não tomaram essas iniciativas.

³⁹ Número de casos: 2007 (50) e 2008 (64).

⁴⁰ Entre as iniciativas tomadas pelas bibliotecas no sentido de ampliar a acção do PNL pode referir-se, a título de exemplo: aquisição, por concurso, de mais obras; aumento do número de actividades em articulação com as escolas e com as bibliotecas escolares, designadamente através das Actividades de Enriquecimento Curricular, hora do conto, teatralizações, etc. (Biblioteca Municipal de Alvaiázere); reorganização das salas de leitura e exposição permanente com os livros recomendados pelo PNL (Biblioteca Municipal José Saramago, Loures) e a formalização de planos municipais de promoção da leitura de acordo com as linhas orientadoras gerais do PNL (Rede Municipal de Bibliotecas de Lisboa).

Quadro nº 70
Existência de Protocolo com PNL por Iniciativas de ampliação da acção do PNL
 (percentagem de n)
 n = 170

Protocolo	Iniciativas de ampliação			Total
	Sim	Não	Ns/Nr	
Sim	28,8	22,4	2,4	53,5
Não	12,4	30,6	1,8	44,7
Ns/Nr	0,6	0,6	0,6	1,8
<i>Total</i>	<i>41,8</i>	<i>53,5</i>	<i>4,7</i>	<i>100,0</i>

Espaços, serviços e utilizadores das bibliotecas

Os Espaços e os Serviços disponíveis são, naturalmente, elementos condicionadores das actividades e da relação com os públicos. Nas respostas abertas incluídas no questionário, é com alguma frequência que os responsáveis se referem aos limites que os espaços disponíveis determinam. Daí a inclusão de uma pergunta relativa a cada uma dessas dimensões.

Quanto aos Espaços disponíveis os resultados são muito heterogéneos, correspondendo, naturalmente, a bibliotecas com diferentes características e de diversos tipos (quadro nº 71). A Zona de periódicos (89%), a Zona para o serviço de referência e de consulta local (88%) e a área de animação destinada a actividades de grupo (como a hora do conto) (87%) são as que mais se destacam em termos percentuais. Refira-se ainda que 67% têm sala polivalente (ou outro espaço) que Permite a realização de exposições, projecções e audições colectivas e 14% Salas específicas para formação.

Quadro nº 71
Espaços das bibliotecas
 (percentagem em linha)
 n = 170

Espaços da biblioteca	Sim	Não	Ns/Nr	Total
ÁTRIO	78,8	18,8	2,4	100,0
AUDITÓRIO	37,1	55,9	7,1	100,0
ESPAÇO DE EXPOSIÇÕES	58,8	37,1	4,1	100,0
CAFETARIA -BAR	32,9	62,4	4,7	100,0
SALA POLIVALENTE	65,9	31,2	2,9	100,0
... Permite a realização de encontros, conferências e acções de formação?	68,8	21,2	10,0	100,0
... Permite a realização de exposições, projecções e audições colectivas?	66,5	19,4	14,1	100,0
SECÇÃO DE ADULTOS	84,7	2,4	12,9	100,0
... Zona de periódicos	89,4	7,1	3,5	100,0
... Zona para a consulta de documentos sonoros, audiovisuais e multimédia	66,5	28,8	4,7	100,0
... Zona para o serviço de referência e de consulta local	87,6	10,0	2,4	100,0
... Zona de informação à comunidade, auto-formação e aprendizagem à distância	39,4	55,3	5,3	100,0
... Zona vocacionada para adolescentes	50,0	45,3	4,7	100,0
SECÇÃO INFANTIL	71,8	2,9	25,3	100,0
... Espaço próprio para as crianças até aos 3 anos	58,2	38,2	3,5	100,0
... Área de animação destinada a actividades de grupo (como a Hora do Conto)	86,5	10,0	3,5	100,0
... Zona para a consulta de documentos sonoros, audiovisuais e multimédia	68,2	28,2	3,5	100,0
... Atelier de expressão plástica	40,6	54,1	5,3	100,0
... Zona destinada à realização de jogos educativos	58,8	38,2	2,9	100,0
SALAS ESPECÍFICAS PARA FORMAÇÃO	14,1	80,0	5,9	100,0
GABINETES DE LEITURA	10,0	85,9	4,1	100,0

Uma perspectiva analítica complementar, restrita às bibliotecas que integram a RBNBP (100 das que responderam ao Inquérito), mostra, sem surpresa (até porque são espaços que, actualmente, as bibliotecas da Rede devem ter por força dos contratos-programa), que estas registam valores mais elevados na generalidade dos itens considerados do que a totalidade das bibliotecas observadas. É o caso, entre outros, dos espaços Sala polivalente (+18%), Cafeteria-bar (+17%), Zona para a consulta de documentos sonoros, audiovisuais e multimédia (+17%) e Sala polivalente (Permite realização de encontros, conferências e acções de formação) (+16%). Porém, em alguns itens a diferença é irrelevante e, numa, é

mesmo negativa: Zona vocacionada para adolescentes (-7% nas bibliotecas que integram a RNBP relativamente ao conjunto da bibliotecas em análise). Ainda uma referência a Ateliê de expressão plástica, espaço que é uma preocupação recente de algumas bibliotecas, em que se regista uma diferença positiva de 10 pontos percentuais nas bibliotecas da Rede.

Relativamente aos Serviços, os resultados obtidos são menos heterogéneos, embora ainda se registem diferenças assinaláveis entre as várias opções de resposta (quadro nº 72). Para além, naturalmente, do empréstimo domiciliário de livros (presente em praticamente todas as bibliotecas), destaca-se claramente a disponibilização ao público de computadores com ligação à Internet (93%). Também Montra(s) de novidades disponíveis na biblioteca regista uma frequência afirmativa elevada (86%). Valerá a pena destacar os valores alcançados nas opções Painéis ou mesas com sugestões de leitura da biblioteca (69%) e Painéis ou mesas com sugestões de leitura de leitores (31%).

Quadro nº 72
Serviços disponíveis nas bibliotecas
(percentagem em linha)
n = 170

Serviços disponíveis	Sim	Não	Ns/Nr	Total
Catálogo em linha (OPAC)	50,6	45,9	3,5	100,0
Computadores disponibilizados ao público com acesso à Internet	92,9	5,9	1,2	100,0
Internet sem fios para computadores portáteis	63,5	34,7	1,8	100,0
Equipamento próprio para deficientes audiovisuais e amblíopes	20,6	77,1	2,4	100,0
Empréstimo domiciliário de livros	98,8	0,0	1,2	100,0
Empréstimo domiciliário de documentação em outros formatos (CD, DVD, ...)	62,9	34,7	2,4	100,0
Montra(s) temática(s) de livros	71,8	27,1	1,2	100,0
Montra(s) de novidades disponíveis na Biblioteca	85,9	12,9	1,2	100,0
Painéis ou mesas com sugestões de leitura da Biblioteca	68,8	28,2	2,9	100,0
Painéis ou mesas com sugestões de leitura de leitores	30,6	66,5	2,9	100,0
Presença na Internet (sítio próprio)	26,5	71,2	2,4	100,0
Presença na Internet (página alojada no sítio da câmara)	63,5	34,1	2,4	100,0
Presença na Internet (Blog próprio)	12,4	83,5	4,1	100,0
Televisão / Leitor de vídeo / DVD	85,3	12,9	1,8	100,0
Máquina automática de distribuição de bebidas	22,9	72,9	4,1	100,0

O mesmo exercício de comparação entre o contingente total e o que integra a RNBP mostra, novamente, percentagens mais elevadas para este último. As variações positivas são particularmente visíveis em quatro itens: Internet sem fios para computadores

portáteis (+16%); Catálogo em linha (em geral OPAC) (+14%); Máquina automática de distribuição de bebidas (+12%) e Presença na Internet (site próprio) (+11%). Também nesta dimensão se regista um valor de sinal negativo no contingente das bibliotecas da RNBP: Presença na Internet (Blog próprio) (-2%).

Passando aos Utilizadores, apuraram-se diversos indicadores (quadro nº 73). Um deles refere-se aos utilizadores inscritos (com cartão de leitor), que chegam aos 781.350. Destes, 21% têm menos de 15 anos⁴¹. Os utilizadores activos, ou seja, que recorreram aos serviços de empréstimo domiciliário pelo menos uma vez no ano de 2008, representam 39%. Neste ano o número de novos utilizadores representa 11%. Se se tiverem em conta os quantitativos das populações envolvidas constata-se que 111 em cada mil habitantes são utilizadores inscritos, 203 em cada mil habitantes são utilizadores inscritos com menos de 15 anos e 57 por cada mil habitantes são utilizadores activos.

Quanto ao número de frequentadores das bibliotecas – solicitava-se um valor, ainda que estimado – são mais de 4,6 milhões.

Quadro nº 73
Utilizadores das bibliotecas
(número e percentagem)
n = 170

Utilizadores	Número	Em percentagem dos utilizadores inscritos	Número de casos
Total de utilizadores inscritos (com cartão de leitor)	781.350	-	161
<i>... dos quais com menos de 15 anos</i>	159.933	20,5	117
Total de utilizadores activos (que recorreram aos serviços de empréstimo domiciliário pelo menos uma vez no ano)	301.473	38,6	127
Total de novos utilizadores	85.789	11,0	143
Total de frequentadores da biblioteca (estimado)	4.658.171	-	134
Visitas à página Internet (quando aplicável)	550.266	-	28

Destes indicadores talvez o mais adequado para caracterizar as bibliotecas seja o número de utilizadores inscritos (com cartão de leitor). Como se distribuem as bibliotecas de acordo com esse número? É a esta questão que o quadro nº 74 pretende responder.

⁴¹ A Rede Municipal de Bibliotecas de Lisboa considera os menores de 13 anos.

Quadro nº 74
Bibliotecas por Utilizadores inscritos
 (percentagem e número)

Utilizadores	Percentagem	Número
Até 499	14,9	24
500 a 999	13,7	22
1.000 a 1.999	19,9	32
2.000 a 4.999	24,8	40
5.000 a 9.999	12,4	20
Mais de 10.000	14,3	23
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>161</i>

Base: respostas válidas a utilizadores inscritos.

Metade das bibliotecas tem até 2.000 utilizadores inscritos. A percentagem mais elevada refere-se ao escalão 2.000-4.999 (25%). Uma em cada 5 bibliotecas não ultrapassa os 500 utilizadores inscritos, ao passo que 14% tem mais de 10.000.

E quanto aos utilizadores inscritos com menos de 15 anos? Como se viu já, no conjunto das respostas válidas a percentagem correspondente a esses utilizadores é 21%. Se se tiver em conta que aqueles que têm até 15 anos representam 15% da população portuguesa, pode então considerar-se que estes estão sobrerrepresentados entre os utilizadores das bibliotecas. Mas tal percentagem é muito variável segundo a biblioteca em causa. De acordo com o quadro nº 75, 68% das bibliotecas tem até 40% de utilizadores jovens, sendo o escalão que mais se destaca 20% - 40% (com 39%).

Quadro nº 75
Bibliotecas por Utilizadores inscritos menores de 15 anos
 (percentagem e número)

Utilizadores inscritos menores de 15 anos	Percentagem	Número
Até 20%	29,9	35
20% - 40%	38,5	45
40% - 60%	19,7	23
Mais de 60%	12,0	14
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>117</i>

Base: 117 bibliotecas com respostas válidas.

O número de Monografias requisitadas em 2008 ascende a 1.497.646, ao passo que, no seu conjunto, os Outros documentos em pouco ultrapassam os 600 mil (quadro nº 76). Também do ponto de vista do empréstimo domiciliário o principal suporte continua

a ser o livro, embora os outros documentos tenham já algum significado ainda para mais quando se sabe que nem todas as bibliotecas o permitem. Adiante-se ainda que, se se tiver em conta os utilizadores activos (de acordo com os casos válidos), a média anual de empréstimos de Monografias é 5,4 e a de Outros documentos é 3,0.

Quadro nº 76
Documentos com empréstimo domiciliário
(número e média)

Empréstimo domiciliário	Número	Nº de casos com resposta válida	Média de empréstimos por utilizadores activos
Monografias	1.497.646	150	5,4
Outros documentos	632.315	104	3,0

Notas: (i) De acordo com o número de casos com resposta válida as percentagens de Ns/Nr são, para as Monografias, de 12% e, para os Outros documentos, 39%; (ii) A média por utilizadores activos apenas tem em conta os casos válidos, ou seja, as respostas efectivas às perguntas dos utilizadores activos e ao número de documentos com empréstimo domiciliário.

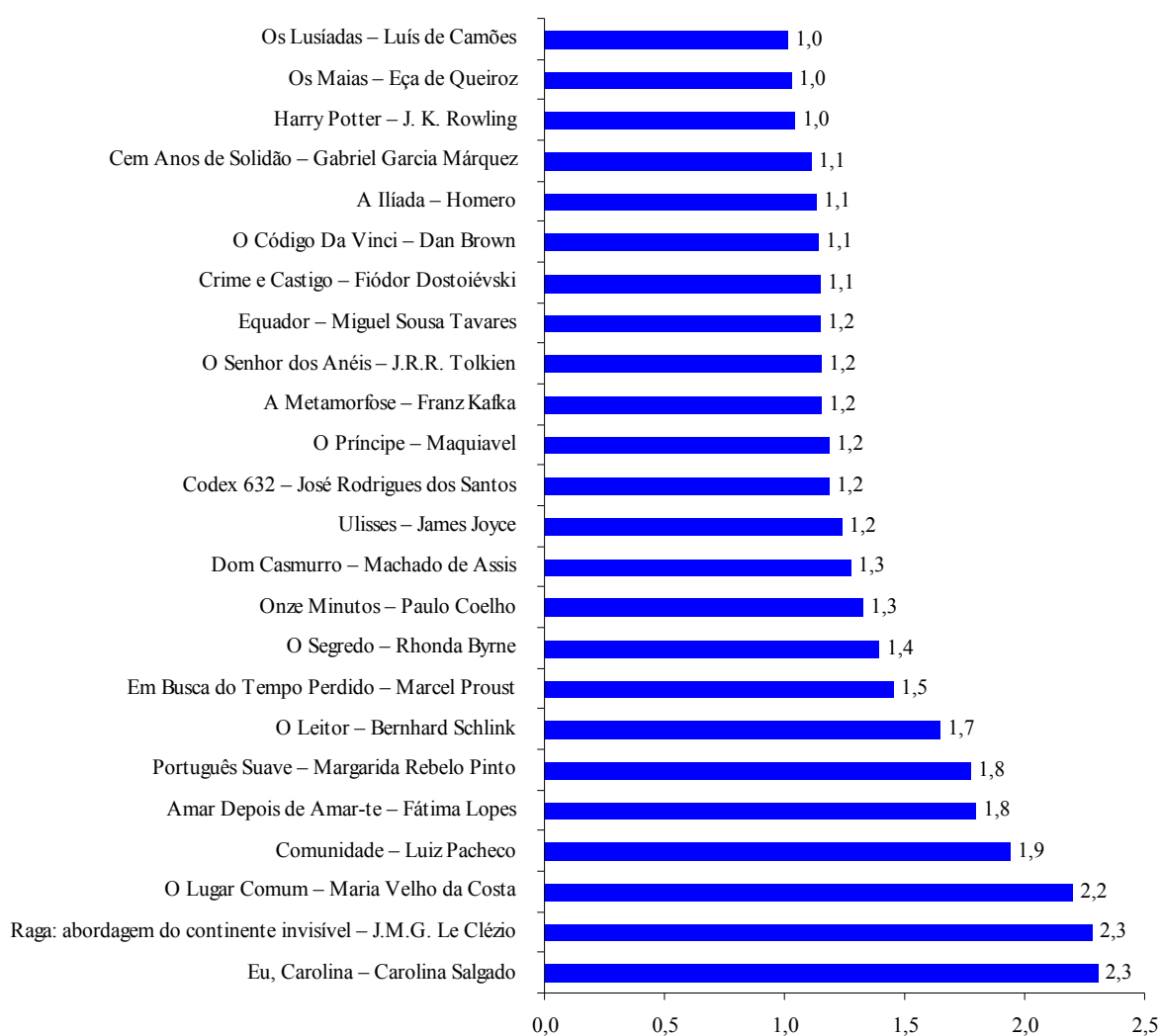
Que autores e que obras integram as colecções das bibliotecas? Que critérios de selecção presidem à sua aquisição?

A diversidade e a actualidade das obras disponíveis (monografias) são, entre outros, dois importantes aspectos na relação com os diferentes públicos utilizadores. Para aferir estes aspectos foi incluída uma pergunta com 24 títulos/autores⁴² com a qual se pretendia saber se a biblioteca tem, não tem mas está previsto adquirir ou não tem nem prevê adquirir cada um deles. Claro que, mesmo num mercado editorial relativamente exíguo como o português, a quantidade de obras disponíveis é enorme pelo que não é o grau de exaustividade que se pretende medir. Nem tão pouco questões de conformidade com o cânone literário ou, menos ainda, da qualidade das obras disponíveis. Por outro lado, como se viu, a dimensão das colecções (falando apenas de monografias) varia enormemente de biblioteca para biblioteca, pelo que também não é este o aspecto que importa destacar. E também não se tem em vista qualquer juízo de valor de determinados autores e obras. O que se fez foi seleccionar um conjunto de títulos/autores que pudessem constituir uma amostra possível da oferta de acordo com diversos parâmetros: autores nacionais e estrangeiros; clássicos e contemporâneos; com maior ou menor notoriedade; com grandes e pequenos volumes de vendas; com maior ou menor visibilidade mediática; com versões cinematográficas estreadas recentemente em Portugal. Optou-se por privilegiar as obras de ficção. Excluiu-se o livro infantil e o livro técnico-científico uma vez que a sua inclusão estenderia demasiado a lista proposta sem grande acréscimo de informação.

⁴² Apenas o binómio Harry Potter - J. K. Rowling não seguiu a regra de identificar um título do autor.

Quanto a resultados, uma possível conclusão geral é a elevada diversidade da oferta das bibliotecas públicas municipais portuguesas. Não será por esse aspecto que os (potenciais) utilizadores se afastarão deste serviço. Claro que nem todas têm todas as obras consideradas. Mas nenhuma das obras foi considerada, no conjunto das respostas obtidas, maioritariamente como Não tem e não prevê. O gráfico nº 9 mostra os resultados médios globais.

Gráfico nº 9
Títulos do acervo documental da biblioteca
(média)
 n = 170



Nota: A escala utilizada é a seguinte: 1 (Tem), 2 (Não tem mas está previsto adquirir), 3 (Não tem e não prevê).

Em resumo, e no conjunto das respostas obtidas, há um grupo de 16 obras que as bibliotecas têm⁴³; e 8 que as bibliotecas Não têm mas pensam adquirir⁴⁴. Pode ainda referir-se que *Os Lusíadas*, *Os Maias* e Harry Potter praticamente todas as bibliotecas têm; no pólo oposto, *Raga*:

⁴³ Identificadas no gráfico nº 7 com uma média inferior a 1,5.

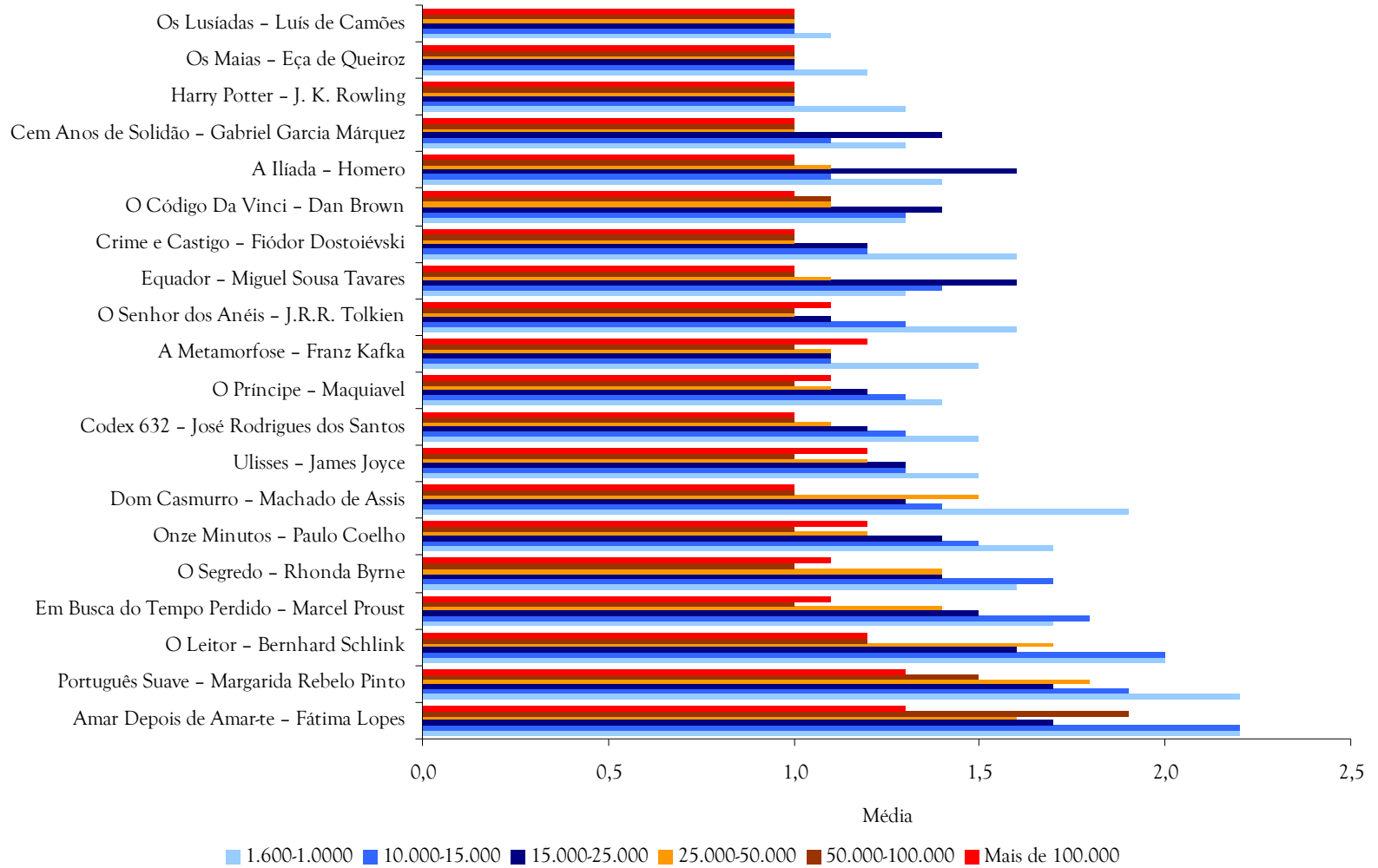
⁴⁴ Identificadas no gráfico nº 7 com uma média superior a 1,5.

Gráfico nº 10

Títulos do acervo documental da biblioteca por Tipo de biblioteca segundo a dimensão do acervo documental (monografias)

(média)

n = 158



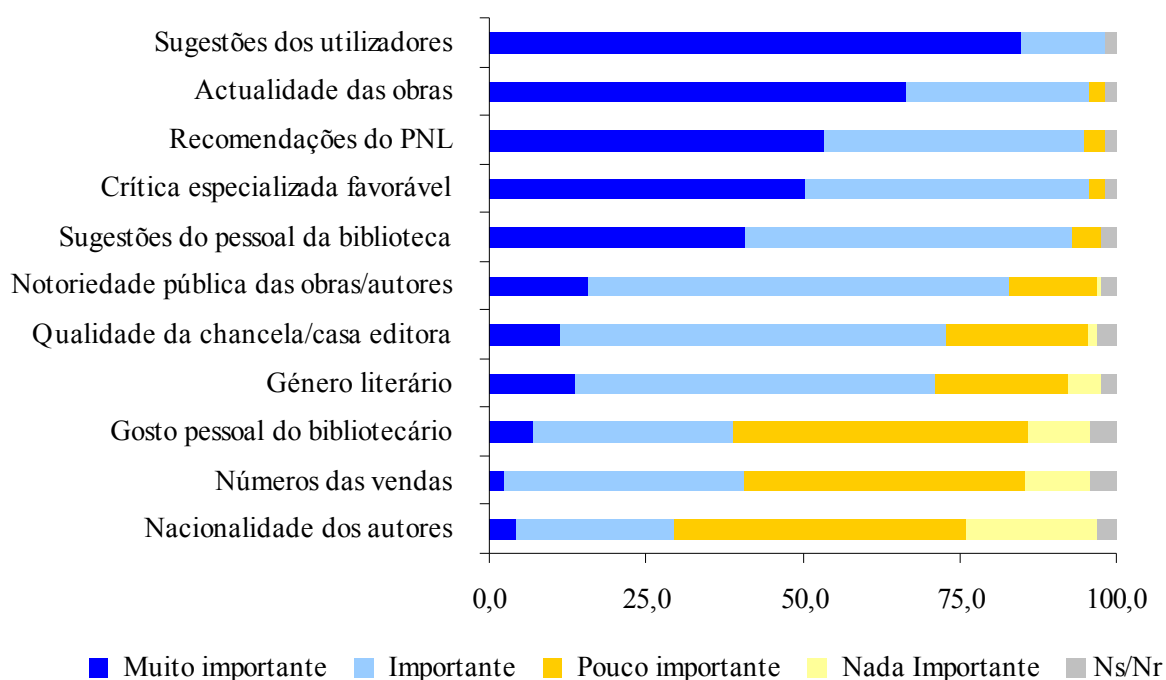
Nota: A escala utilizada é a seguinte: 1 (Tem), 2 (Não tem mas está previsto adquirir) e 3 (Não tem e não prevê).

abordagem do continente invisível e Eu, Carolina são as obras que mais se aproximam da não existência.

Uma leitura segundo a dimensão da biblioteca quanto ao acervo documental (monografias) ajuda a entender as diferentes distribuições (gráfico nº 10). Duas conclusões principais parecem emergir desta abordagem: (i) quanto maior a biblioteca maior a disponibilidade da generalidade das obras; (ii) as obras clássicas, em particular as dos autores portugueses, tendem a estar disponíveis nas bibliotecas independentemente da dimensão do acervo. Portanto, deste ponto de vista, os potenciais utilizadores de um conjunto de obras (que não os clássicos) tenderão a não as encontrar nas bibliotecas mais pequenas.

E quais os critérios de selecção das obras que constituem o acervo da biblioteca e qual o peso de cada um? De acordo com o gráfico nº 11, que sintetiza os resultados, Sugestões dos utilizadores e Actualidade das obras são os que merecem o grau de Muito importante. Nacionalidade dos autores é o critério que mais se aproxima de um grau Pouco importante. Note-se que, no conjunto das respostas obtidas, nenhum dos critérios foi considerado como Nada importante. Note-se ainda que as Recomendações do PNL estão entre os critérios considerados Importantes.

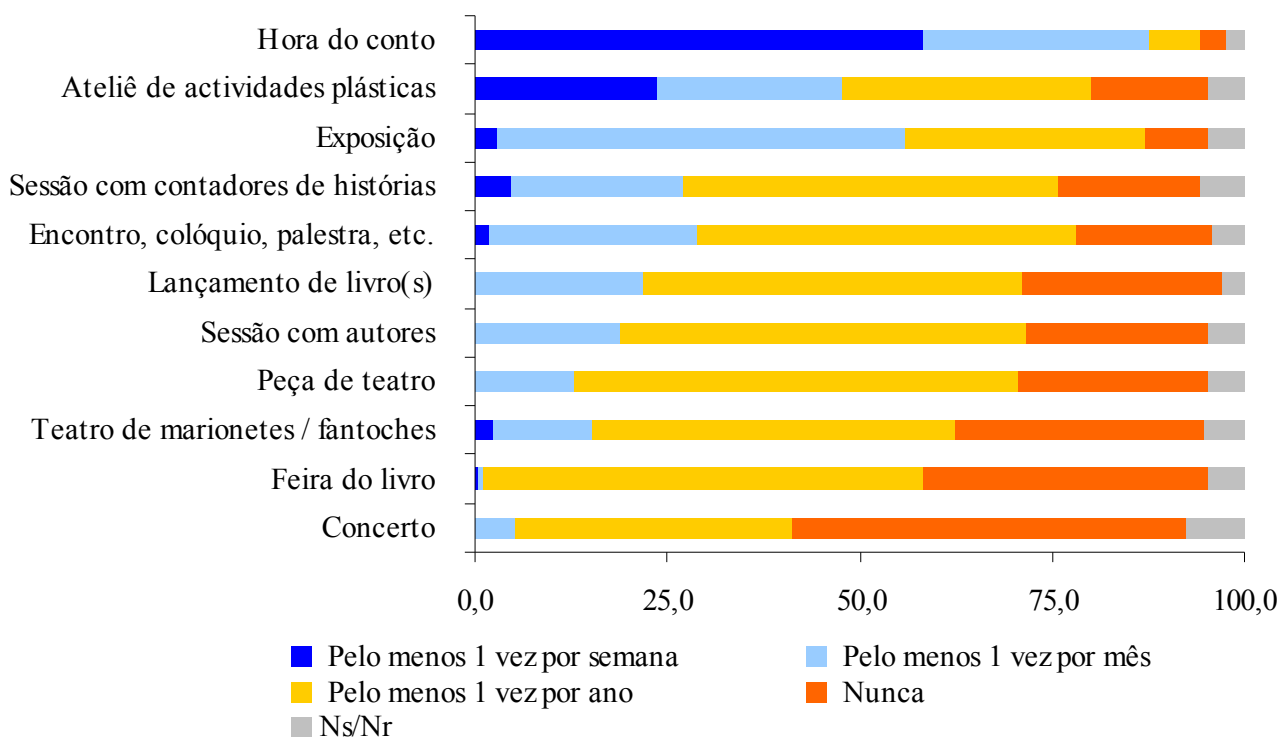
Gráfico nº 11
Crítérios de selecção das obras
 (percentagem)
 n = 170



Que actividades culturais e de formação as bibliotecas realizam? Quais os grupos que apoiam e quantos são os seus participantes?

Relativamente às actividades culturais, a Hora do conto é claramente a mais frequente. Pelo contrário, a realização de Concerto é a que mais se aproxima da opção de resposta Nunca (gráfico nº 12). Naturalmente, a frequência é condicionada, à partida, pela própria natureza da actividade e pelas valências de espaços que as bibliotecas dispõem.

Gráfico nº 12
Frequência de realização de actividades
 (percentagem)
 n = 170



Já no que respeita aos Destinatários das acções de formação, a generalidade dos referidos no questionário foram assinalados por mais de metade das bibliotecas, com excepção de Pais/encarregados de educação, e ainda assim por 41% (quadro nº 77). De resto, as percentagens mais elevadas reportam-se a Professores (61%) e a Técnicos profissionais de biblioteca (60%).

Quadro nº 77
Destinatários das acções de formação
 (percentagem)
 n = 170

Destinatários	Sim	Não	Ns/Nr	Total
Professores	61,2	35,9	2,9	100,0
Técnicos profissionais de biblioteca	60,0	35,9	4,1	100,0
Educadores de infância	55,9	38,8	5,3	100,0
Animadores socioculturais	54,1	40,6	5,3	100,0
Bibliotecários	54,1	40,0	5,9	100,0
Outros mediadores da leitura	51,2	41,8	7,1	100,0
Pais / Encarregados de educação	40,6	48,2	11,2	100,0
Outros grupos	4,1	95,9	–	100,0
<i>Publico em geral</i>	2,4	97,6	–	100,0
<i>Funcionários da biblioteca</i>	0,6	99,4	–	100,0
<i>Jardins-de-infância e escolas (1º, 2º e 3º Ciclos)</i>	0,6	99,4	–	100,0
<i>Estudantes</i>	0,6	99,4	–	100,0

As pessoas interessadas em participar em actividades ligadas à biblioteca em geral, e à promoção da leitura em particular, podem, com alguma frequência, fazê-lo através de grupos apoiados pela biblioteca. Os objectivos e as designações destes grupos são vários e conhecidos. Mas importa ter em conta que poderão existir diferentes entendimentos dos vários tipos de grupos e as suas características poderão ser, eventualmente, diversas (funcionamento, composição – designadamente crianças ou adultos –, regularidade, grau de formalização, etc.) pelo que, tal como noutras dimensões inquiridas, os resultados apresentados no quadro nº 78 devem ser tomados como indicativos, ou pelo menos como ponto de partida para posteriores abordagens mais específicas e intensivas. Assim, sem delimitações conceptuais prévias, realizou-se o inventário das bibliotecas em que, de acordo com os seus responsáveis, existe cada um dos grupos e, em caso afirmativo, qual o respectivo número de participantes.

Quadro nº 78
Grupos apoiados pela biblioteca
 (percentagem)
 n = 170

Grupos	Sim	Não	Ns/Nr	Total
Comunidade(s) de leitores	21,8	70,0	8,2	100,0
Clube(s) de leitura	24,1	71,2	4,7	100,0
Clube(s) de leitura pais e filhos	11,2	81,2	7,6	100,0
Grupo de amigos (da biblioteca)	9,4	84,1	6,5	100,0
Grupo de voluntários para a leitura	11,2	80,6	8,2	100,0

Das cinco opções de resposta consideradas, a mais frequente é Clube(s) de leitura (24%) seguida de Comunidade(s) de leitores (22%)⁴⁵. A opção com menor frequência é Grupo de amigos (9%).

Quanto ao número de participantes, de acordo com as respostas obtidas, Comunidade(s) de leitores ascende a 1.911, a que se seguem os 1.526 de Clube(s) de leitura (quadro nº 79). O número mais reduzido reporta-se a Grupo de amigos (da biblioteca), com 273 participantes. Em média, Comunidade(s) de leitores é também o que regista o valor mais elevado (52 participantes por biblioteca), contra 17 de Grupo de amigos e de Grupo de voluntários para a leitura.

Quadro nº 79
Participantes por Grupo apoiado pela biblioteca
(número e média)
n = 170

Grupo	Número	Média
Comunidade(s) de leitores*	1.911	52
Clube(s) de leitura**	1.526	37
Clube(s) de leitura pais e filhos	827	44
Grupo de amigos (da biblioteca)	273	17
Grupo de voluntários para a leitura***	322	17

*Dos quais 1.050 de Albergaria-a-Velha, alunos do pré-escolar e do 1º ciclo que frequentam a biblioteca e que a biblioteca acompanha nas escolas com carácter permanente.

**Dos quais 398 de Mação, bibliocarro, leituras mensais com alunos do 1º ciclo.

*** Ver exemplos das actividades destes grupos no tópico relativo ao tipo de projectos descritos no Módulo Específico.

Porém, importa ter em conta que os elevados valores referidos por algumas (poucas) bibliotecas, são susceptíveis de distorcer as referidas médias, em particular nos grupos Comunidade(s) de leitores e Clube(s) de leitura. Importará ter igualmente em conta – como se apurou nos contactos estabelecidos com as bibliotecas que assinalaram os números mais elevados nos referidos dois grupos – que parte dos participantes são alunos dos vários ciclos do ensino básico e, nesses casos, os números apontados coincidem com os alunos das turmas envolvidas.

Note-se que o apoio aos grupos pode ser cumulativo, ou seja, há bibliotecas que apoiam mais do que um dos grupos considerados, e, inversamente, bibliotecas há que não apoiam nenhum grupo (quadro nº 80).

⁴⁵ Em alguns casos integram-se no PAPL/Itinerâncias culturais.

Quadro nº 80
Número de grupos apoiados pela biblioteca
(número e percentagem)

Número de grupos apoiados e activos	Número	Percentagem
0	94	55,3
1	40	23,5
2	20	11,8
3	10	5,9
4	5	2,9
5	1	0,6
<i>Totais</i>	<i>170</i>	<i>100</i>

Assim, a maioria das bibliotecas (55%) não apoia nenhum grupo. Uma em cada cinco apoia um grupo. Uma biblioteca apoia os cinco grupos considerados no questionário.

Adiante-se ainda que a existência de grupos é substancialmente mais significativa entre as bibliotecas que integram a RNBP (quadro nº 81), mas apenas ligeiramente mais significativa entre as bibliotecas cujos municípios têm protocolo com o PNL (quadro nº 82).

Quadro nº 81
Número de grupos apoiados pela biblioteca por Pertença à RNBP
(percentagem)

RNBP	Grupo			Total	Número
	Nenhum	1 grupo	Mais de 1 grupo		
Pertence	46,0	28,0	26,0	100,0	100
Não pertence	68,6	17,1	14,3	100,0	70

Quadro nº 82
Número de grupos apoiados pela biblioteca por Existência de Protocolo com PNL
(percentagem e número)

Protocolo PNL	Grupo			Total	Número
	Nenhum	1 grupo	Mais de 1 grupo		
Com Protocolo	53,8	24,2	22,0	100,0	91
Sem Protocolo	58,0	22,4	19,7	100,0	76

Refira-se ainda que se verifica uma relação directa entre o número de grupos apoiados e a dimensão populacional do município: quanto maior a dimensão populacional maior o número de grupos apoiados. Os municípios com mais de 50 mil habitantes são aqueles em que é mais frequente a existência de pelo menos um grupo (69%) contra 40% dos municípios com populações entre os 20 e os 50 mil habitantes e 36% dos municípios até 20 mil habitantes.

O mesmo tipo de relação é visível – embora com excepções – quando se observa o número de grupos apoiados por Ano de abertura da biblioteca (quadro nº 83). São as bibliotecas mais recentes (abertas depois de 2000) que apoiam mais grupos, e é também este grupo de bibliotecas o único em que menos de metade das bibliotecas não apoia nenhum grupo. Inversamente, as bibliotecas mais antigas são aquelas em que predomina a inexistência de apoio aos grupos em causa (63% e 64% nas bibliotecas abertas até 1989).

Quadro nº 83
Número de grupos apoiados pela biblioteca por Ano de abertura
(percentagem e número)

Ano de abertura da biblioteca	Grupo			Total	Número
	Nenhum	1 grupo	Mais de 1 grupo		
Até 1979	63,2	36,8	0,0	100,0	19
1980-1989	64,0	20,0	16,0	100,0	25
1990-1999	57,6	27,1	15,3	100,0	59
Depois de 2000	48,4	16,1	35,5	100,0	62
Ns/Nr	60,0	40,0	0,0	100,0	5

Finalmente, o mapa nº 16 mostra a distribuição dos grupos apoiados pelas bibliotecas por concelho.

Mapa nº 16 - Grupos apoiados pela biblioteca

Portugal Continental

Região Autónoma dos Açores

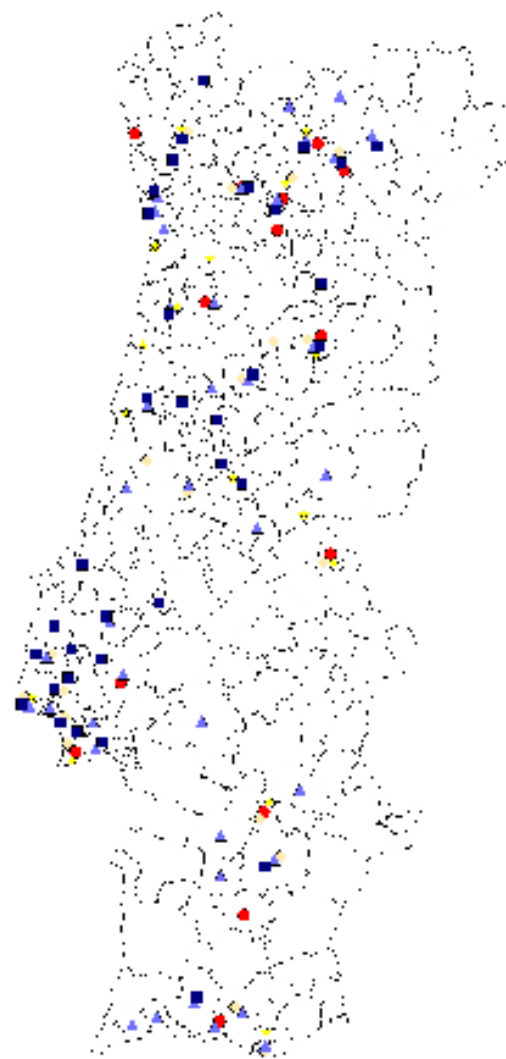


Região Autónoma da Madeira



Legenda

- Comunidades Locais (12)
- ▲ Clubes de Férias (11)
- ◇ Clubes de leitura para crianças (2)
- Comités de leitura de bibliotecas (1)
- ★ Comités de leitura para adultos (2)



As bibliotecas e a promoção da leitura

Entra-se agora na parte relativa à relação das bibliotecas com a promoção da leitura, temática que, como seria de esperar, ocupa parte substancial do questionário. Um primeiro aspecto refere-se aos locais de realização das actividades de promoção da leitura (gráfico nº 13).



Como seria de esperar, a biblioteca municipal é o local de realização por excelência dessas actividades (95% das respostas). Mas são muitos e diversificados os locais exteriores a que as bibliotecas estendem as suas actividades. Entre eles sobressaem três equipamentos escolares – escolas (59%), bibliotecas escolares (48%) e jardins-de - infância (47%). No pólo oposto situam-se três das opções de resposta consideradas (todas com 1%): lojas, supermercados; transportes públicos; locais de trabalho⁴⁶ e interfaces.

⁴⁶ A propósito de locais de trabalho retenham-se algumas das respostas obtidas: i) a Biblioteca Municipal José Saramago (Loures) desenvolve um projecto de promoção da leitura nos refeitórios

Outro aspecto inquirido refere-se à (eventual) existência de um qualquer documento orientador das actividades de promoção da leitura. A pergunta (P.23 do Módulo Geral) é dicotómica (sim, não) solicitando-se adicionalmente, no caso de resposta afirmativa, a indicação (em pergunta aberta) de qual o documento. Tal formulação, mantendo (propositadamente) um carácter vago, é susceptível de acrescentar informação relevante no âmbito do presente inquérito em pelo menos três planos: contribui para esclarecer as respostas dadas à pergunta anterior (locais de realização das actividades de promoção da leitura); sugere quais os sentidos atribuídos à noção de “orientação” de tais actividades; permite ainda colher elementos sobre as orientações programáticas das actividades em causa. Para além, claro, de permitir uma destrição sobre se, do ponto de vista dos responsáveis, a biblioteca dispõe, ou não, de um documento escrito orientador das actividades de promoção da leitura.

Começando por este último aspecto, responderam afirmativamente 50 bibliotecas, ou seja, 29% do contingente em análise (quadro nº 84).

Quadro nº 84
Existência de documento escrito orientador das actividades de promoção da leitura
(número e percentagem)
n = 170

Existência de documento orientador	Número	Percentagem
Não	112	65,9
Sim (Qual?)	50	29,4
<i>Agenda</i>	10	20,0
<i>Cartaz</i>	3	6,0
<i>Plano de Actividades</i>	16	32,0
<i>Panfleto</i>	2	4,0
<i>Programa específico (de promoção da leitura)</i>	7	14,0
<i>Regulamento Interno</i>	5	10,0
<i>Outro</i>	7	14,0
Ns/Nr	8	4,7
<i>Total</i>	<i>170</i>	<i>100,0</i>

Nota: *Qual?* Decorre de codificação *a posteriori* de pergunta aberta.

municipais; ii) o Plano de Actividades de Mortágua para 2008 refere um projecto a concretizar nos estaleiros da Câmara Municipal. Como ponto comum aos dois projectos referidos está um tipo específico de empresas (as municipais) e respectivos funcionários; iii) Lisboa considera que actividades da biblioteca itinerante realizadas em hospitais e centros de dia tocam também quem trabalha nesses locais.

E qual o documento mencionado? Como se pode verificar no quadro acima, a classificação dos documentos mostra que eles são de diversa índole. O mais frequente é o Plano de Actividades (16), sendo que apenas 7 podem ser considerados de algum modo como Programa (ou plano) específico de promoção da leitura.

No sentido de ter uma noção mais precisa dos conteúdos dos documentos citados, foi solicitado a 24 bibliotecas o envio ao OAC dos documentos (7) ou de partes específicas de documentos (regulamentos internos, planos de actividades) referentes à promoção da leitura (18) (anexo nº 3). Das 24 responderam 17⁴⁷. Que informação adicional foi, assim, possível obter?

De acordo com a consulta dos diversos conteúdos, essa informação reflecte, no essencial, três modelos do que será um *documento escrito de orientação das actividades de promoção da leitura*. Por um lado orientações muito gerais (missão e objectivos expressos no Regulamento Interno, por exemplo); por outro lado uma listagem com caracterizações mais ou menos desenvolvidas dos projectos e acções a concretizar, embora sem enquadramento geral (como conteúdos dos Planos de Actividades, designadamente); e, por último, um documento específico que, sem deixar de inventariar e caracterizar os projectos a concretizar (e num caso ou noutro integrando um plano de actividades), inclui reflexões em torno do que se entende por promoção da leitura, enquadra os projectos nas orientações resultantes da definição adoptada e refere quais as prioridades (este aspecto é o mais raramente explicitado) e de que modo esse entendimento deverá ser concretizado, identificando os projectos que dele resultam.

De um modo geral, confirma-se que os documentos que se debruçam especificamente sobre as orientações para a promoção da leitura correspondem a este último modelo, em alguns casos com grande detalhe (por exemplo Lisboa e Moita). Mas também em alguns planos de actividade se precisa o que se entende por promoção da leitura e de que modo deve ser concretizada. E, em geral, é notória a preocupação com a caracterização dos projectos quanto aos objectivos (geral e específicos), públicos-alvo, contexto de realização, parceiros, duração e, mais raramente, a metodologia e o processo de avaliação adoptados.

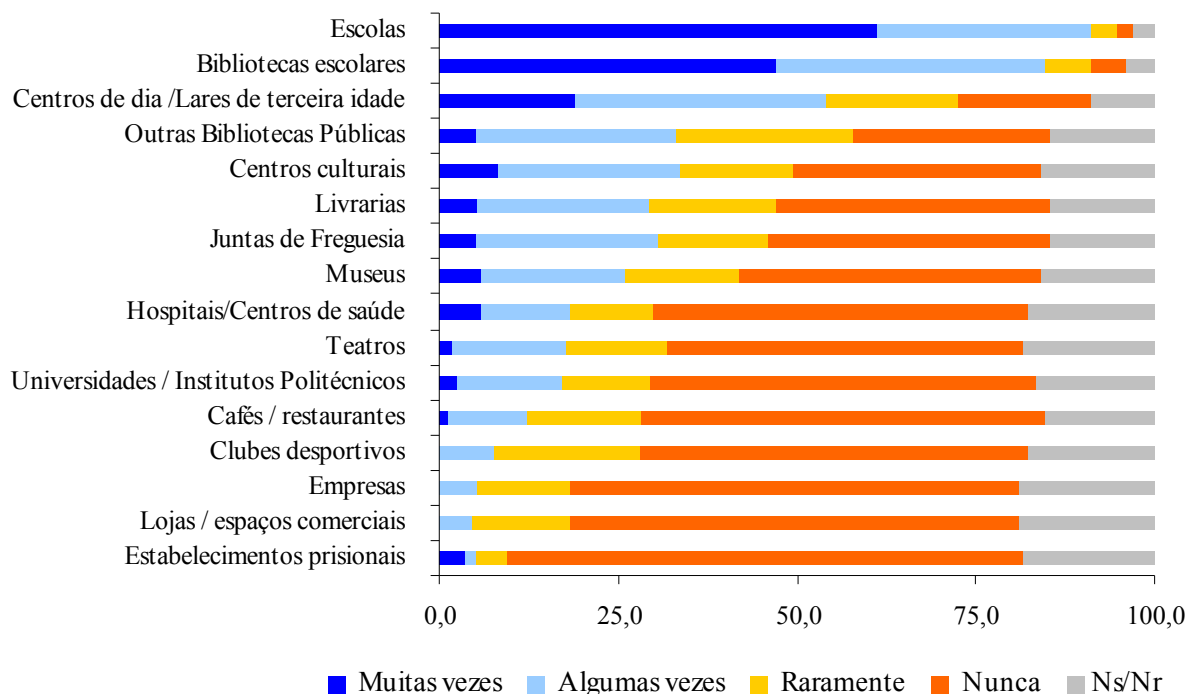
Outra questão abordada no questionário prende-se com as entidades ou equipamentos a que a biblioteca se associa para a realização de projectos de promoção da leitura. Trata-se, no fundo, de obter informação sobre as parcerias estabelecidas.

Também deste ponto de vista as escolas e as bibliotecas escolares se destacam como aquelas entidades/equipamentos com as quais as bibliotecas públicas se associam

⁴⁷ As respostas são das bibliotecas dos seguintes municípios: Albergaria, Arouca, Azambuja, Braga, Castanheira de Pêra, Faro, Gouveia, Grândola, Lisboa, Mafra, Meda, Moita, Mortágua, Praia da Vitória, Vagos, Vila Velha de Ródão e Vila Real de Santo António. Oeiras também respondeu mas informando que o documento em causa está a ser reformulado.

Algumas vezes (gráfico nº 14). Pelo contrário, entre aqueles a que Nunca se associa estão as empresas, as lojas/espacos comerciais e, em particular, os estabelecimentos prisionais.

Gráfico nº 14
Entidades/equipamentos com que a biblioteca se associa para realizar projectos de promoção da leitura
(percentagem)
 n = 170



São, no essencial, dois os programas de âmbito nacional a que as bibliotecas públicas municipais inquiridas recorrem para apoiar a realização de iniciativas de promoção da leitura: o PAPL/Itinerâncias culturais; e o Concurso de Apoio a Projectos de Promoção da Leitura em Bibliotecas Públicas da FCG. O outro enquadramento institucional relevante é o PNL, tendo-se incluído, neste âmbito, o Concurso Nacional de Leitura. Importava, portanto, ter uma noção da adesão das bibliotecas a esses e, eventualmente, a outros programas nacionais.

Do conjunto das bibliotecas, 143 (84%) participam em pelo menos um programa. Como seria de esperar o PAPL é o mais citado (76%), seguido do Concurso da FCG que, apesar de ser relativamente recente, é referido por 49% das bibliotecas (quadro nº 85). Para além das participações no Concurso Nacional de Leitura (22%), são feitas ainda outras 5 referências, duas das quais reportam-se ao PNL. Note-se que as respostas não estão balizadas por um período temporal, pelo que se referem à participação em geral e em qualquer dos anos de vigência do programa em causa.

Quadro n^o 85
Participação em Programas nacionais de apoio à promoção da leitura
(percentagem)
n = 170

Programas nacionais	Sim	Não	Ns/Nr	Total
Programa de Acções de Promoção da Leitura – Itinerâncias (DGLB)	75,9	21,8	2,4	100,0
Concurso Apoio a Projectos de Promoção da Leitura em Bibliotecas Públicas (Fundação Calouste Gulbenkian)	48,8	42,4	8,8	100,0
Concurso Nacional de Leitura	22,4	67,6	10,0	100,0
Outro nacional	2,9	97,1	0,0	100,0
<i>Palavras Andarilhas</i>	0,6	99,4	0,0	100,0
<i>Ler+ - Plano Nacional de Leitura</i>	1,2	98,8	0,0	100,0
<i>ON- Programa Operacional da Região Norte - Medida 1.4 - Promoção da Leitura</i>	0,6	99,4	0,0	100,0
<i>Apoio ao Agrupamento de Escolas de Porto Alto</i>	0,6	99,4	0,0	100,0

Uma informação adicional reporta-se às diferentes combinatórias de participação: limitaram-se as bibliotecas a participar em apenas um dos programas ou acumularam essas participações? Neste caso, quais então as combinatórias? E em que medida se limitaram a um único programa?

De acordo com o quadro n^o 86 a percentagem mais significativa refere-se às bibliotecas que combinaram a participação no PAPL e no Concurso da FCG (28%). Mas talvez importe destacar aquelas bibliotecas que participaram nos três (14%), as quais representam, aliás, um valor relativo similar às que não participaram em nenhum deles.

Quadro n^o 86
Programas em que a biblioteca participou
(percentagem e número)
n = 170

Programas	Percentagem	Número
Só PAPL	26,5	45
Só FCG	7,1	12
Só CNL	1,2	2
PAPL e FCG	28,2	48
PAPL e CNL	7,6	13
PAPL, FCG e CNL	13,5	23
Nenhum	14,1	24
Ns/Nr	1,8	3
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>170</i>

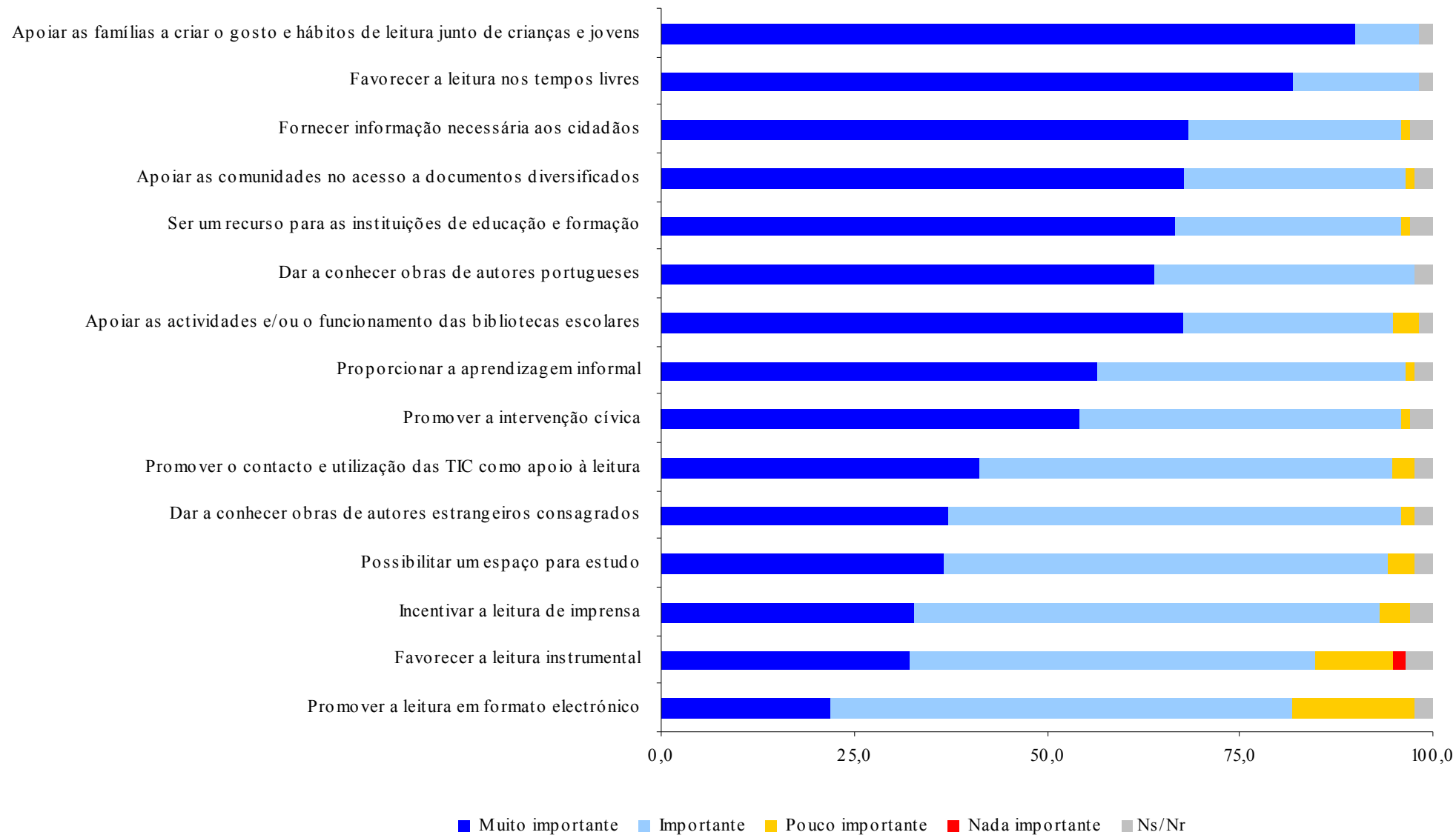
Legenda: PAPL – Programa de Apoio à Promoção da Leitura; FCG – Concurso Apoio a Projectos de Promoção da Leitura em Bibliotecas Públicas (FCG); CNL – Concurso Nacional de Leitura.

Quanto à participação em programas internacionais – os programas referidos nas opções pré-definidas são todos de âmbito europeu – a participação é, como seria de esperar, substancialmente mais baixa. Apenas 15 bibliotecas (8%) participaram em pelo menos um. O QREN 2007-2013 é o mais referido (4%), contra 3% ao Programa Cultura 2000 e 2% ao seu sucessor, o Programa Cultura 2007-2013. Outras quatro referências foram feitas pelas bibliotecas, mas apenas uma delas alude sem dúvida ao âmbito internacional (Grundvit).

Note-se ainda que 14 bibliotecas participaram tanto em programas nacionais como internacionais.

Uma outra pergunta pretendia obter as opiniões dos responsáveis quanto à importância por eles atribuída a um conjunto de 15 actividades das bibliotecas. Diga-se, desde já, que as respostas que classificam as actividades como Muito importantes ou Importantes são claramente dominantes. Ainda assim é possível estabelecer uma hierarquia de importância (gráfico nº 15).

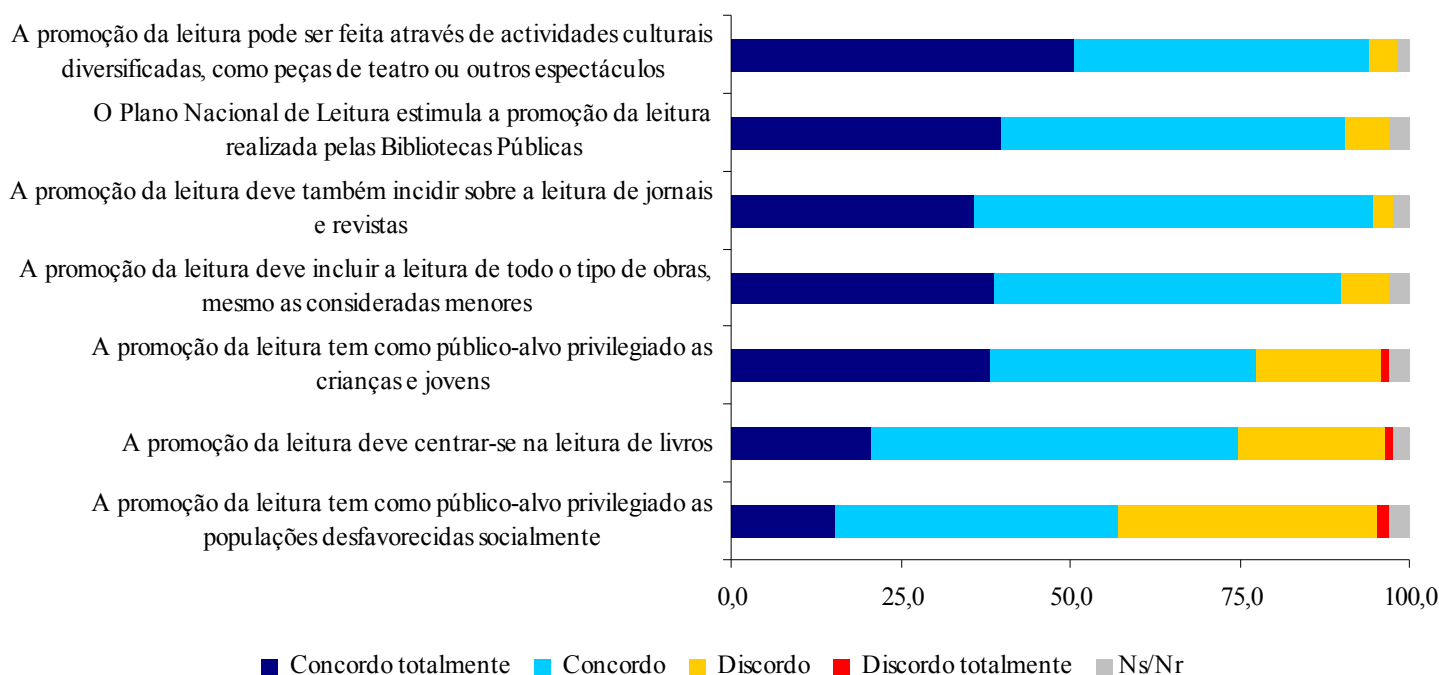
Gráfico nº 15
Importância atribuída a actividades das bibliotecas
 (percentagem)
 n = 170



Situadas predominantemente no pólo das actividades consideradas Muito importantes estão Apoiar as famílias a criar o gosto e hábitos de leitura junto de crianças e jovens e Favorecer a leitura nos tempos livres. No pólo oposto (sendo que a média das respostas se aproxima da opinião Importante) situa-se Promover a leitura em formato electrónico. Aliás, os itens que se referem às novas tecnologias são relativamente menos valorizados. Mais valorizado é Favorecer a leitura nos tempos livres face a Favorecer a leitura instrumental. Por outro lado, Apoiar as actividades e/ou o funcionamento das bibliotecas escolares e Ser um recurso para as instituições de educação e formação são actividades mais valorizadas do que Possibilitar um espaço para estudo.

Uma última pergunta de opinião pretendia obter dados sobre um conjunto de sete afirmações referentes à promoção da leitura (gráfico nº 16). De novo se verifica grande homogeneidade nas respostas obtidas, neste caso em torno de apreciações moderadamente positivas (a média das resposta gravita em torno da opinião Concordo). Não se vislumbram, portanto, itens que discriminem claramente as posições expressas. Podem porém tecer-se algumas considerações sobre a hierarquia das respostas. Assim, a afirmação “A promoção da leitura pode ser feita através de actividades culturais diversificadas, como peças de teatro ou outros espectáculos” é a que regista a média mais próxima de Concordo totalmente – a que se segue a afirmação “O Plano Nacional de Leitura estimula a promoção da leitura realizada pelas Bibliotecas Públicas”.

Gráfico nº 16
Opinião quanto a afirmações referentes à promoção da leitura
 (percentagem)
 n = 170



A que concita menor concordância é a afirmação “A promoção da leitura tem como público-alvo privilegiado as populações desfavorecidas socialmente”. Entre outras possíveis notas refira-se ainda que a leitura de jornais e livros merece maior concordância do que a restrição da promoção da leitura à leitura de livros.

Projectos de promoção da leitura não concretizados

Um outro aspecto inquirido foi a eventual existência de projectos de promoção da leitura não concretizados. Pretendia-se saber, para além da existência de tais situações, quais as dificuldades e quais os objectivos específicos que se pretendia atingir.

Quanto à questão inicial – existência de projectos não concretizados –, responderam afirmativamente 69 bibliotecas (41%). Entre as dificuldades pré-definidas no questionário e com maior percentagem de respostas estão Recursos financeiros (80%) e Pessoal (61%) (quadro nº 87). A invocação de necessidades de Formação e/ou competências é a menos referida (20%). Entre as Outras dificuldades expressas destaque para Instalações (6%) e Orientações políticas municipais (ou sua ausência) (4%).

Quadro nº 87
Dificuldades na concretização de projectos de promoção da leitura
(percentagem)

Dificuldades	Percentagem
Recursos financeiros	79,7
Pessoal	60,9
Formação e/ou competências	20,3
Parceiros e/ou apoios	29,0
Locais ou espaços adequados	37,7
Outras dificuldades	15,9
<i>Instalações</i>	5,8
<i>Orientações políticas municipais (ou sua ausência)</i>	4,3
<i>Distância (Açores)</i>	1,4
<i>Condições climatéricas</i>	1,4
<i>Falta de participantes</i>	1,4
Ns/Nr	1,4

Base de amostragem: 69 casos com resposta Sim à P.28.

Notas: (i) Pergunta de resposta múltipla; (ii) ‘Outras dificuldades’ resulta de tratamento *a posteriori* das respostas.

Quanto aos objectivos específicos (pergunta aberta com 47 respostas) dos projectos que não se realizaram por uma, ou várias, das referidas dificuldades, são frequentemente enunciadas as finalidades de qualquer projecto de promoção da leitura: criar, fortalecer,

desenvolver hábitos de leitura lúdica, promover a leitura nos vários suportes, em particular livros, e contribuir para elevar os níveis de literacia das populações.

A população escolar ou, dito de outra forma, as crianças e os jovens, estão entre os destinatários mais referidos. Consequentemente, as escolas e as bibliotecas escolares são também frequentemente mencionadas.

Elaboração de um Plano de Leitura (Voluntária e Continuada) com cada uma das turmas que aderisse a este projecto; Execução de acções que estavam inerentes à realização daquele objectivo: recontar histórias, realização de uma exposição.
(272)

O mesmo acontece relativamente à população em geral, em alguns casos referida como a comunidade em que a biblioteca se insere.

Promoção da leitura junto da população em geral; Captação de mais e melhores leitores; "Vulgarização" do livro e da leitura enquanto instrumento do desenvolvimento social, cívico e educativo dos cidadãos.
(10)

Envolver a comunidade num projecto comum de leitura, inscrito num Plano Municipal de Leitura.
(225)

Mas alguns dos objectivos explicitados são mais específicos. Em vários casos visa-se alargar a intervenção da biblioteca fora do seu espaço.

Promover a leitura junto da população distante da biblioteca central, uma vez que as freguesias são muito dispersas ao longo do concelho.
(260)

Promover acções de dinamização do livro fora do espaço da Biblioteca Municipal.
(212)

Criar uma esplanada de leitura (espaço exterior) durante os meses de verão, com dinamização infantil, promovendo alguns encontros com contadores de histórias, escritores, pequenos concertos, sessões de poesia. Facultando os serviços habituais da biblioteca: empréstimos por requisição, *wireless*.
(258)

Concretizar alguns itens referidos neste inquérito. Levar à Comunidade do Concelho, urbana e rural, eventos que promovam o livro e a leitura, nas bibliotecas das Juntas de Freguesia e de outras Instituições.
(222)

Levar sessões com autores a outros espaços culturais, nomeadamente das várias Freguesias.
(192)

Promoção da leitura de recreação na praia.
(38)

Promoção da Leitura através da criação de um pólo da Biblioteca em praia fluvial do concelho.
(2)

Noutros as preocupações são alargar o número de utilizadores, de leitores activos e/ou abarcar outros utilizadores que não as crianças e jovens.

Iniciar um trabalho com as escolas com vista a conhecer a Biblioteca e os serviços prestados; discutir o melhor dia e hora para a concretização da hora do conto para as famílias; promover a hora do conto para as escolas. Desenvolver actividades lúdico-pedagógicas, em parceria com os professores, em relação aos adolescentes, tendo por objectivo o conhecimento da Biblioteca e as colecções que aqui podem encontrar; trazer seniores à Biblioteca para dar a conhecer o espaço/serviço e criar condições para o contacto intergeracional.
(109)

Criar serviços de Leitura mais próximos da população. Aumentar o número de leitores activos da Biblioteca Municipal. Elevar o nível da qualidade na oferta de leitura e acessos à informação.
(149)

Aumentar a frequência e números de utilizadores da biblioteca.
(279)

Noutros ainda os objectivos pretendem fidelizar os públicos.

Melhorar os índices de atractividade da Biblioteca Municipal perante o público utente do equipamento.
(184)

São também objectivos explicitados a aprendizagem ao longo da vida, o gosto pela leitura como instrumento de trabalho, a utilização dos novos suportes de informação, e o desenvolvimento de competências informáticas e de escrita.

Sugestões quanto às políticas públicas de promoção da leitura

São muitas e diversificadas as sugestões que os inquiridos entenderam deixar, assim dando conteúdo à solicitação feita no questionário. Deixaram sugestões 44 bibliotecas inquiridas (26% dos casos em análise). Referiram-se os vários intervenientes – as bibliotecas públicas, as escolares, a DGLB e, claro, o próprio PNL – incentivando a continuação do trabalho mas também sugerindo e/ou criticando actuações e articulações, reflectindo orientações gerais mas também fazendo propostas concretas.

No conjunto das sugestões feitas podem destacar-se aspectos como o financiamento das bibliotecas, a divulgação da sigla PNL (associada a eventos culturais), a oferta de livros recomendados pelo PNL, a formação, a promoção da leitura de jornais e revistas,

para além do livro, bem como dos suportes electrónicos, a melhor articulação entre as instituições intervenientes, e a defesa do trabalho em rede.

Mas frequentemente as sugestões feitas referem não um mas vários aspectos. Para além de deixarem as suas sugestões, os vários contributos reflectem, de algum modo, os problemas sentidos pelos responsáveis pelas bibliotecas, problemas nuns casos específicos da respectiva, noutros mais genéricos⁴⁸.

Uma Política de Promoção da Leitura tem de ser global, isto é, abranger todos os segmentos etários e não deve focalizar-se tendencialmente na população escolar. O incentivo à Leitura estimula-se com a oferta de leitura de qualidade e muito diversificada. Um compromisso transversal da sociedade ao investimento em recursos de leitura é fundamental. O Plano Nacional de Leitura tem de ser mais ambicioso quanto ao investimento em livros e outros recursos. Será importante que se legisle sobre Bibliotecas e sobre a sua importância, organização e manutenção. Que se definam linhas nacionais de orientação para a Excelência. Que se criem mais programas de investimento em Bibliotecas. O Plano Nacional de Leitura sendo um desígnio nacional tem de ser transversal a todos os segmentos etários e a todos os tipos de Biblioteca.

(149)

O alargamento dos destinatários do PNL, até pela percepção das crescentes dificuldades que as alterações nas escolas implicam na frequência da biblioteca pública, é também um dos temas abordados.

Promover mais a leitura junto da comunidade activa (pais, reformados, idosos). As Bibliotecas Municipais deparam-se com grandes dificuldades na promoção da leitura junto da comunidade escolar. Com as actividades extra curriculares nas escolas e as Bibliotecas Escolares com fundos documentais mais recentes os alunos raramente necessitam de se deslocar à Biblioteca Municipal.

(235)

Mas também são feitas sugestões concretas sobre programas a lançar.

Prémios a atribuir a Bibliotecas na área da promoção da leitura; Concursos para apoio a projectos específicos; Encontro Nacional para partilha de experiências.

(225)

Os aspectos ligados às condições de funcionamento das bibliotecas públicas municipais estão também muito presentes. Mais especificamente, mencionam-se as (deficiências) de financiamento, dotação de pessoal e sua qualificação, aquisição de documentos, bem como a necessidade de melhoria das instalações, para além do enquadramento legal.

⁴⁸ Na fase de contactos para esclarecer determinados aspectos das respostas, uma das bibliotecas situada na R. A. da Madeira salientou que o panorama na Região é, actualmente com a tutela municipal, menos favorável do que quando a tutela era da Fundação Calouste Gulbenkian, designadamente quanto à actualização dos fundos documentais. Especificamente quanto à “biblioteca” em causa, a sugestão deixada é “salas com condições excelentes para chamar mais público ao gosto pela leitura/uma nova biblioteca” (36).

Maior empenhamento dos responsáveis políticos no apoio financeiro e de pessoal necessário ao desenvolvimento de actividades de promoção do livro e da leitura. Maior sensibilidade para o investimento na aquisição dos documentos, equipamento e habilitação dos espaços a disponibilizar aos utilizadores das bibliotecas
(176)

Aspectos vários relacionados com a articulação (em rede) entre bibliotecas públicas, mas também entre a DGLB e o PNL estão também entre as sugestões feitas.

Promover o trabalho em rede entre as bibliotecas municipais e outras de uma mesma região (por exemplo na área metropolitana do Porto os projectos de promoção da leitura seriam mais eficazes se se estimulasse o trabalho em rede, o que também permitiria aumentar a visibilidade e o impacto público desses projectos). Necessidade de renovar / actualizar as colecções disponibilizadas pelas bibliotecas. Os projectos de promoção da leitura deveriam incluir a aquisição de livros / documentos sob pena de se promover algo a que o público não tem acesso efectivo.
(144)

1. Apoio efectivo às Bibliotecas Públicas, em recursos humanos e documentais; 2. Formação e projectos de promoção que funcionem em rede e que sejam continuados; 3. Maior articulação entre o PNL e as Bibliotecas Públicas, no sentido de existir uma cooperação efectiva, nomeadamente no apoio directo do PNL às Bibliotecas Públicas; 4. Que os recursos documentais pudessem ser considerados em Orçamento de Estado como despesas de capital e não correntes, como são agora.
(51)

Uma maior articulação entre o PNL e a DGLB, estas duas instituições não estão a cooperar de forma organizada, notando-se que existe falta de coordenação nas equipas, constituem-se algumas equipas do PNL, que trabalham autonomamente desvinculando-se das bibliotecas, sem articularem trabalhos. Os catálogos das bibliotecas escolares estão a ter um papel secundário na constituição das próprias bibliotecas. A promoção da leitura passou a ser demasiado lúdica secundarizando o papel do livro e das palavras escritas.
(136)

Dinamizar/fortalecer actividades de animação e formação da comunidade/acções concertadas de sensibilização. Promover hábitos de leitura com base em fundos bibliográficos actualizados para todo o tipo de público. Dinamização de acções de promoção do livro fora do espaço da Biblioteca. Criar projectos de parceria e mecenato no âmbito da promoção da leitura destinado a crianças, jovens, idosos, reclusos, etc. Dinamizar/fortalecer um Grupo Concelhio para a promoção das literacias (por ex.: Grupo de Trabalho das Bibliotecas Escolares).
(212)

Ter e exigir uma política mais objectiva na promoção da leitura e na missão das Biblioteca Públicas e escolares.
(220)

Refere-se ainda a necessidade de um documento orientador que clarifique o papel das bibliotecas públicas nos objectivos do PNL.

A elaboração de um documento orientador a nível nacional, com indicações ainda mais precisas sobre o papel (sugestões de actividades,..) das Bibliotecas públicas no Plano Nacional de Leitura, para que se desenvolvesse um trabalho paralelo e de reforço ao já efectuado pelas escolas.
(135)

Destacam-se as Regiões Autónomas e, de um modo geral, os concelhos do interior no sentido de lhes serem atribuídas maiores facilidades e apoio.

Que considerem estender todas as possibilidades e opções às regiões autónomas, relativamente às quais se coloca a questão da deslocação. Por exemplo, um acordo entre a DGLB e as câmaras ou entre a DGLB, as câmaras e o governo regional. Estou a pensar nas acções de formação em literatura, por exemplo.

(109)

Maior envolvimento do Estado concedendo as bibliotecas de interior maiores facilidades para projectos de promoção da leitura.

(239)

Sugestões especificamente dirigidas às bibliotecas no sentido de criarem formas de aproximar os livros da população.

Uma maior descentralização dos espaços de leitura. Fazer com que os livros "derramem" das bibliotecas para locais do quotidiano por onde nunca passaram e cuja informalidade facilita a aproximação de todas as camadas da população.

(15)

Sugestões especificamente dirigidas às escolas.

As bibliotecas deveriam beneficiar da oferta das obras sugeridas pelo Plano Nacional de Leitura. As escolas do 1º e 2º ciclos deveriam ter acções de promoção da leitura, na disciplina de Português, "obrigando" a vinda dos alunos à biblioteca, que por sua vez deveria dispor dos meios necessários (materiais e humanos), orientados pelo IPLB para promoção dessas acções.

(93)

E ainda um alerta para os concelhos que (ainda) não têm biblioteca pública.

Deveriam ter em atenção os concelhos onde ainda não existe biblioteca, como é o nosso caso. Temos feito um grande esforço para promover a leitura, na praia, nas escolas, no café, mas faltamos o espaço principal: a biblioteca.

(104 – Nota: a biblioteca inquirida funciona numa sala)

6.4. RESULTADOS – MÓDULO ESPECÍFICO (PROJECTOS DE PROMOÇÃO DA LEITURA)

Entra-se agora na análise dos resultados do Módulo Específico (descrição de projectos de promoção da leitura). Relembra-se a definição constante da página de abertura deste Módulo: Entende-se por *projecto* (de promoção da leitura) *um conjunto articulado de acções de modo a alcançar um resultado específico, já realizado ou a realizar, num dado período de tempo, segundo meios humanos e materiais pré-definidos e independentemente do número de realizações.*

Pedia-se que, entre os projectos de promoção da leitura realizados pela biblioteca pública nos últimos 3 anos, se seleccionassem até 3 considerados particularmente

significativos (por reflectirem exemplarmente as orientações ou as realizações da biblioteca, pelo seu sucesso, etc.).

Qual o enquadramento dos projectos descritos?

A abrir o questionário incluiu-se uma pergunta filtro com três opções de resposta de modo a determinar a realização de projectos e o enquadramento no PAPL/Itinerâncias culturais (quadro nº 88). De acordo com as respostas obtidas uma primeira conclusão é que 74% das bibliotecas realizaram projectos de promoção da leitura em 2008. Uma outra é que a grande maioria (67%) não se limitou ao PAPL/Itinerâncias culturais. E uma terceira é que uma em cada quatro bibliotecas não realizou qualquer projecto.

Quadro nº 88
Projectos de promoção da leitura
(percentagem)

Projectos de promoção da leitura	Bibliotecas	Módulos específicos
Limitaram-se à oferta do Programa de Acções de Promoção da Leitura – Itinerâncias culturais (DGLB)	6,5	4,7
Não se limitaram à oferta do Programa de Acções de Promoção da Leitura – Itinerâncias culturais (DGLB)	67,6	95,3
Não se realizaram	21,8	–
Ns/Nr	4,1	–
<i>Bases</i>	<i>170</i>	<i>190</i>

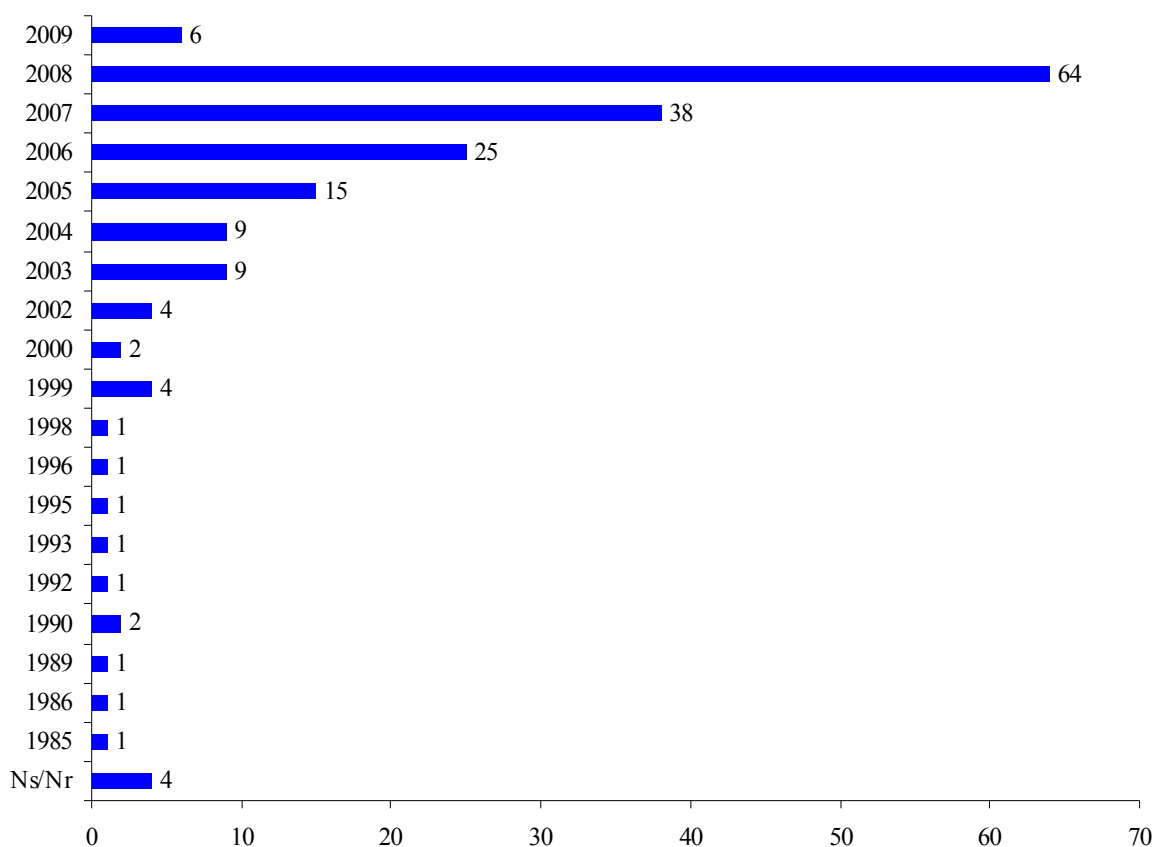
Quanto aos módulos específicos obtiveram-se 190 respostas válidas. Destas, apenas 5% enquadrados unicamente no PAPL/Itinerâncias culturais (ver atrás quadro nº 88). O referido número de respostas corresponde, em média, a 1,6 projectos por biblioteca (foram 116 as que preencheram pelo menos um Módulo Específico). O quadro nº 89 mostra a distribuição por número de módulos preenchidos.

Quadro nº 89
Número de módulos específicos preenchidos por Biblioteca
(percentagem e número)

Número de módulos específicos	Percentagem	Número
0	31,8	54
1	40,0	68
2	12,9	22
3	15,3	26
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>170</i>

Os projectos descritos apresentam diferentes espessuras temporais. O mais antigo remonta a 1985, os mais recentes (6) já a 2009⁴⁹. Como seria de prever, os anos mais recentes são os que têm mais projectos. Através do gráfico nº 17 é possível verificar que os projectos referidos e descritos pelas bibliotecas incidem com particular destaque no período posterior a 2003. Remontam a esse ano 9 projectos, em 2005 são 15, em 2006 são já 25 e em 2008 chegam aos 64.

Gráfico nº 17
Projectos de promoção da leitura por Ano de início
 (número)
 n =190



De acordo com o ano de início podem estabelecer-se diversos períodos (quadro nº 90). Como se pode observar o principal contingente situa-se no período designado por Recente (2005-2007), com 42% das respostas válidas.

⁴⁹ Apesar de, no questionário, a pergunta estar balizada ao ano de 2008 decidiu-se aceitar estas respostas tendo em conta que tal referenciação temporal é pouco relevante face aos objectivos do módulo.

Quadro n.º 90
Projectos de promoção da leitura por Período
(percentagem e número)

Categoria	Período	Percentage m	Número
Mais antigos	1985 – 1994	3,8	7
Antigos	1995 – 2004	16,7	31
Recentes	2005 – 2007	41,9	78
Mais recentes	2008 – 2009	37,6	70
<i>Totais</i>		<i>100,0</i>	<i>186</i>

Base: 186 respostas válidas.

Quanto ao enquadramento institucional, este foi descrito para 54 projectos. O número mais elevado (25) situa-se no quadro da FCG, seguido de PAPL/Itinerâncias culturais (19) (quadro n.º 91).

Quadro n.º 91
Inserção do projecto em programas de âmbito nacional ou internacional
(número)
n = 54

Programas	Número
Programa PROGRIDE – Instituto da Segurança Social	–
Fundação Calouste Gulbenkian	25
Programa de Acções de Promoção da Leitura – Itinerâncias (DGLB)	19
Outra inserção nacional ou internacional	11
<i>Projecto autónomo da Biblioteca Municipal</i>	1
<i>Parceria de Aprendizagem Grundtvig – Programa Sócrates</i>	1
<i>Programa Operacional da Região Norte - Eixo 1 - Medida 1.4 – Valorização e Promoção Regional e Local*</i>	3
<i>Projecto-piloto promovido por IPLB e RBE</i>	1
<i>LEADER +</i>	1
<i>Um dos parceiros institucionais tem apoio da Fundação Calouste Gulbenkian</i>	1
<i>Plano Nacional de Leitura – LER+</i>	1
<i>PNL</i>	1
<i>Limite Zero Associação Cultural - Programa 7 culturas</i>	1

Notas: * Um deles refere a colaboração da Rede de Bibliotecas Municipais do Vale do Minho e da Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho; i) Um dos projectos tem duplo enquadramento institucional (FCG e PAPL).

Descrição dos projectos

Para uma descrição pormenorizada dos projectos solicitava-se uma síntese e a indicação do seu objectivo geral. Ambos os campos (de resposta aberta) incluem diversas

informações que ajudam a clarificar os projectos em causa. No limite, cada projecto é um caso específico. Contudo, no âmbito do presente estudo, procurou-se detectar proximidades entre os projectos. Para tal, trataram-se conjuntamente aqueles dois campos e ainda a Designação do projecto no sentido de caracterizar os projectos. O resultado a que se chegou consta do quadro nº 92.

Assim, a categoria mais volumosa representa 22% e foi designada Facilitar o contacto com o acervo documental. São, no essencial, projectos que visam aproximar o acervo documental da biblioteca dos leitores e potenciais leitores. Inclui bibliotecas itinerantes, bibliotecas de praia, feiras do livro, empréstimo no domicílio, bem como caixas, sacos, etc., em todo o caso conjuntos de livros que são colocados em escolas, restaurantes ou outros locais e cujo acervo é periodicamente renovado.

Quadro nº 92
Projectos descritos no Módulo Específico por Categoria
(número e percentagem)

Categoria	Percentagem	Número
Facilitar o contacto com o acervo documental	22,1	42
Dar a conhecer a biblioteca	10,5	20
Leitura para os mais jovens	8,4	16
Grupos de leitores	7,4	14
Encontros com autores	6,8	13
Leituras no exterior	6,8	13
Envolvimento de pais e familiares	5,8	11
Ateliês	5,3	10
Formação	2,6	5
Concurso	1,6	3
Cinema	0,5	1
Conferência	0,5	1
Espectáculo	0,5	1
Estudos	0,5	1
Exposição	0,5	1
Seminário	0,5	1
Programa de promoção (com vários projectos)	6,3	12
Não é possível tipificar	5,8	11
Nr	7,4	14
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>190</i>

Nota: As categorias têm por base as respostas abertas a Designação do projecto, Síntese do projecto, e Objectivo geral do projecto caracterizado no Módulo Específico.

Alguns exemplos das Sínteses ou Objectivos gerais que se incluem nesta categoria de projectos.

Livros com rodas

Resgatar o espaço da literatura infantil na Escola, possibilitando às crianças e professores momentos de leitura, através do ler, ouvir e/ou contar histórias, assim como, proporcionar a todos os Educadores uma reflexão das práticas de leitura são factores que influenciam o nosso desenvolvimento em diversos momentos da vida. Assim sendo, a Câmara Municipal de Mação ciente da importância da leitura para a formação cultural e intelectual das crianças e jovens, decidiu promover o projecto de promoção do livro e da leitura "Livros com Rodas" / "Ler pelo prazer de Ler", nos vários estabelecimentos de ensino. Promover o incentivo à leitura junto dos mais novos, facilitar o acesso à informação, treinar a leitura e melhorar o sucesso educativo são alguns dos objectivos do projecto "Livros com Rodas" / "Ler pelo prazer de Ler". O projecto prende-se com a itinerância de Baús de Livros pelas escolas do 1º Ciclo e Jardins-de-infância de Mação. Os Baús, cada um deles com 30 livros de diferentes temáticas, permanecem nos estabelecimentos de ensino durante um mês e são trocados, entre eles.
(Mação)

Bibliotecas de praia

Projecto de difusão da leitura realizado anualmente na época estival, e que tem como principal objectivo a criação e o desenvolvimento de hábitos de leitura em época de férias e a ocupação dos tempos livres das crianças e jovens. Este projecto desenrola-se nos meses de Julho e Agosto, nas praias do Ouro, da Califórnia, do Moinho de Baixo, da Lagoa de Albufeira e no parque de campismo do Forte do Cavalo, funcionando estes pólos de leitura (quiosques) com o apoio de jovens, tanto no atendimento aos leitores, como na realização das diversas actividades de animação do livro e da leitura.
(Sesimbra)

O baú da biblioteca

A população das zonas rurais tem poucos hábitos de leitura. As dificuldades económicas, acentuadas pelo isolamento geográfico, promovem a sua inércia cultural: a iliteracia cresce em estado de graça. Na escola, a leitura surge normalmente como uma imposição e por outro lado, as bibliotecas encontram-se nas sedes de concelho, dificultando o acesso aos livros. Felizmente foram implementadas nos últimos anos em 8 escolas do concelho da Covilhã, as conhecidas bibliotecas escolares, mas não foi ainda possível estender este projecto a todas as outras escolas. Na tentativa de colmatar esta lacuna, surge a ideia da criação de um "Baú da Biblioteca", um pequeno passo que virá desempenhar um importante contributo cultural, uma ligação à Biblioteca Municipal, aos livros e à importância que têm os hábitos de leitura na formação da personalidade dos pequenos leitores. A implementação destes baús, acompanhada de acções de divulgação e promoção da leitura, facilitando o acesso ao livro, irá servir todos os alunos do 1º Ciclo das freguesias do concelho, abrangendo um universo de cerca de 500 crianças [...] O projecto que nos propomos desenvolver constitui-se como um fundo documental composto por livros cujos títulos e autores são recomendados pelo Plano Nacional de Leitura. Este serviço, designado por "BB", prevê a criação de 5 Baús (um por agrupamento escolar) que irá permitir às crianças de todo o Concelho da Covilhã, um contacto directo com alguns livros e com novos modelos de abordagem e tratamento da mensagem que estes pretendem transmitir. O "BB" será apresentado aos agrupamentos escolares, que o farão circular por todas as escolas da sua área de influência, em colaboração com os técnicos da Biblioteca Municipal, de acordo com o estabelecido no "Regulamento de Circulação dos Baús (Anexo I)". De todos os livros que constituirão o "fundo do Baú", será eleito um, e será lançado o desafio às turmas do 4º ano que o trabalhem e estudem, de forma a estarem aptos, numa segunda fase do projecto, a fazer uma dramatização da história que relatará, às restantes turmas da escola. A Biblioteca Municipal assistirá a esta representação e propõe-se ela própria a fazer uma dramatização da mesma história, nas suas instalações.
(Covilhã)

Feira do livro

Na Feira do Livro os livros podem ser adquiridos a baixo preço, o público manuseia os livros livremente, assiste a espectáculos culturais e participa em sessões com escritores, ilustradores, etc. (Constância)

À descoberta na biblionave

À descoberta na biblionave consiste na selecção de 40 livros infanto-juvenis. Cada criança ou adolescente vai ser desafiado a ler até 6 livros de entre esses 40 títulos seleccionados. A cada leitor é entregue no acto de inscrição um Diário de Leitura, onde deverá registar as leituras feitas e classificá-las quanto ao prazer retirado da sua leitura. Cada leitor participante será incentivado a continuar a ler através do progressivo preenchimento de um mapa que se encontra no interior do Diário de Leitura e que só é possível completar ao fim de seis livros lidos. Foram pensados mecanismos para auxiliar os leitores na selecção das leituras: um site onde podem encontrar referência aos livros e autores escolhidos, onde podem ouvir ou ler alguns excertos dos 40 livros seleccionados e podem também deixar a sua opinião sobre leituras feitas ou consultar as opiniões de outros leitores. Cada leitor participante receberá um Certificado de Participação. Para os leitores que lerem os seis livros haverá um prémio. A Biblionave vai viajar pelas Bibliotecas Municipais do distrito de Castelo Branco entre 2006 e 2009. (Penamacor)

Biblio net móvel: Itinerários de cultura

Criação de uma Biblioteca itinerante, partindo de um autocarro da Câmara Municipal de Mealhada. Para além de livros, cd-roms, dvds, revistas e jornais, este autocarro leva também o inesgotável mundo da WWW a todas as aldeias do Concelho de Mealhada. Para além do empréstimo domiciliário os utentes do Bibliomealhada, podem visionar filmes, documentários ou concertos dentro do próprio autocarro (Mealhada)

Passaporte da leitura

O Passaporte da Leitura, consiste no preenchimento de um Passaporte da Leitura, através da leitura, pelos participantes, de um conjunto de obras definidas pela Biblioteca, sendo a maior parte do Plano Nacional de Leitura. As obras vêm dentro de caixas, que são colocadas em todas as escolas do concelho mensalmente. A cada obra lida é dado pela professora o autocolante correspondente da capa para colocar no passaporte. Aos participantes serão atribuídos prémios de leitura. (Constância)

Livros Andarilhos. Leituras com miúdos e graúdos

Este projecto tem como objectivo possibilitar a relação directa com o objecto livro num contexto de um programa de parceria na formação de leitores, entre a criança a biblioteca, o professor e os pais. Parceria esta consolidada através do estabelecimento de um Contrato de leitura entre os parceiros. Dirigido a crianças do 1ª Ciclo, o saco de leitura é constituído por 25 títulos onde a diversidade permite trabalhar outras formas de leitura que não seja apenas e literatura. Estes livros são emprestados para leitura em casa e na sala de aula com o acompanhamento das famílias e professores, conforme o acordado no Contrato de leitura (Beja)

Outros projectos contam entre os seus objectivos: Dar a conhecer a biblioteca, aproximar a biblioteca das populações, mostrar aos novos utilizadores os procedimentos normais de acesso aos documentos e sua requisição, aumentar o número de leitores inscritos, etc. (11%).

Alguns exemplos.

Biblioteca viva

Promoção dos hábitos de leitura e incentivo à utilização dos recursos da biblioteca pública junto das crianças.

(Moita)

ATSCETRA - Sharing Cultural Enrichment Through The Arts

Trazer o público sénior (+55 anos) para o espaço da biblioteca, proporcionando-lhe uma aprendizagem informal, através de um conjunto de actividades ligadas ao campo artístico.

(Cuba)

A juventude e os livros - o (re)encontro

Dar a conhecer a Biblioteca aos adolescentes e, num trabalho de cooperação com as escolas, desenvolver actividades lúdico pedagógicas sensibilizando para a fruição da literatura e, por outro lado, mostrando como a biblioteca pode ser a extensão da aprendizagem escolar.

(Machico)

Adormecer com histórias

53 crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 10 anos, foram convidadas a pernoitar do dia 31 de Maio para o dia 1 de Julho, na Biblioteca Municipal Central – Palácio Galveias, onde, num ambiente palaciano foram recriados momentos de encontro com os livros e com as estórias. Incluiu uma visita histórica ao palácio seguida de jantar, Hora do Conto e jogos tradicionais.

(Lisboa)

Bibliocultura

Este projecto pretende desenvolver várias actividades, na Biblioteca Municipal de Espinho, alusivas à multiculturalidade, proporcionando à comunidade do concelho e aos imigrantes que dele fazem parte, um local de convívio e troca de experiências e de conhecimentos. Pretende-se igualmente com este projecto, e considerando a faixa etária mais elevada como uma componente importante da comunidade local, promover a sua participação, através de actividades desenvolvidas por instituições seniores.

(Espinho)

Outra categoria quantitativamente relevante de projectos refere-se à Leitura para os mais jovens, actividades com características próximas da hora do conto (8%). Incluem com alguma frequência contos tradicionais, dirigem-se às crianças e jovens, realizam-se normalmente no espaço da biblioteca.

Alguns projectos foram agrupados na categoria Grupos de leitores, a qual inclui comunidades e clubes de leitura, para jovens ou para adultos (7%).

Comunidade de leitores "O Amor e a Amizade na Literatura"

Espaço de partilha e troca de ideias acerca de um mesmo livro, que todos os membros do clube tinham lido. A escolha dos livros era da responsabilidade do grupo.

(Aljustrel)

Leio, e depois?

Constituição de uma comunidade de leitores juvenis, alicerçada num fundo documental negociado;

Promoção de encontros e tertúlias com figuras convidadas, algumas tidas como referenciais pelos jovens, num formato de conversa informal e de partilha de leituras, funcionando também como estímulo a novas descobertas na aventura de ler;

Criação de um espaço virtual da comunidade de leitores, no site da Biblioteca Municipal de Silves (fórum on-line, blogue, áudio-leituras, video-clips de leitura...) que funcione como espelho da dinâmica real da comunidade de leitores;

Realização de actividades de promoção da leitura com a colaboração dos jovens da comunidade de leitores
(Silves)

Grupo de leitura

Trata-se de duas comunidades de leitores que se reúnem, uma em Azeitão no Pólo Sebastião da Gama da Biblioteca e outra nos Serviços Centrais da Biblioteca em Setúbal. Os participantes escolhem um dia e uma obra literária para leitura em casa. No dia apazado, geralmente o último sábado de cada mês, reúnem-se na Biblioteca para trocar impressões informais sobre a leitura efectuada, debater ideias sugeridas pela leitura, encontrar novos livros, e novos amigos num círculo de sociabilidade que se forma. Há encontros periódicos com escritores.
(Setúbal)

SABIA - Serviço de Apoio da Biblioteca a Idosos Atentos

Este projecto de 2006 que passou a serviço de continuidade da Biblioteca envolve uma equipa de 4 Técnicos de Biblioteca que visitam instituições vocacionadas para os idosos, assim como recebe grupos > 65 anos na Biblioteca. Nestes encontros dinamizam-se leituras que servem de ponto de partida a conversas e recuperação de memórias, a partilha de leitura de textos, a recuperação de lendas e histórias orais. As leituras mensais são planeadas anualmente. Mês a mês são trabalhados autores e géneros literários. Na apresentação dos textos são utilizadas diferentes técnicas desde a leitura em voz alta à dramatização, à utilização de música e de vídeos.
(Leiria)

Outros projectos privilegiam os Encontros com autores (7%).

Entre os livros, a arte

Este projecto teve como ponto aglutinador a promoção da leitura promovendo ao longo dos anos 2005 e 2006 encontros entre escritores e leitores ou "potenciais leitores", nos quais partilharam-se livros, ideias mas também, a arte, sendo o mote para visitar os Museus das Caldas da Rainha. Daí, resultou uma publicação com os "olhares literários" dos nossos convidados sobre o património local.

(Caldas da Rainha)

Encontro com escritor

É convidado um escritor de literatura infanto-juvenil para vir à nossa biblioteca. Comunica-se a todos os professores do pré-escolar, 1º ciclo, 2º ciclo e 7º unificado que desde o início do ano lectivo começam a trabalhar com os respectivos alunos os livros deste autor. No dia do encontro é feita uma exposição dos trabalhos escritos ou outros (cartazes, pintura, maquetes, etc.) e uma venda de livros do autor.

(Pinhel)

Livros, leituras e outras aventuras

Leitura e apresentação a partir de diferentes técnicas de 5 livros, de outros tantos autores portugueses de literatura para a infância. Encontros com escritores. Dramatização de alguns dos textos lidos por grupo de teatro. Realização de painéis colectivos de pintura alusivos à obra de cada autor. Sessões de escrita. Edição de um livro com os textos das crianças.

(Mértola)

Outra categoria foi designada Leitura no exterior (da biblioteca), ou seja, técnicos da biblioteca ou voluntários deslocam-se com alguma frequência para realizar leituras em diversos contextos, designadamente escolas, mas também lares, hospitais, etc. (7%).

Oficinas de leitura

Técnicos/mediadores de leitura saem diariamente para escolas e jardins-de-infância com o objectivo de mediar leitura.
(Tábua)

Arouca a ler mais

Projecto de promoção da leitura recreativa, com recurso a uma Bolsa de Leitores Voluntários da BM que se deslocava a jardins-de-infância, escolas, lares de terceira idade, centros de acolhimento e outras instituições de solidariedade social, mediante uma calendarização regular. No total, foram efectuadas 72 sessões de leitura em 50 entidades. Participaram neste projecto 37 leitores voluntários e foram lidas cerca de 70 histórias, numa média de 2 histórias lidas por sessão, dado que muitas delas são leituras repetidas. Quanto ao público, no total, 2.048 ouvintes participaram no projecto.
(Arouca)

Histórias ao ouvido

Promover o gosto pela leitura através de uma forma lúdica junto das crianças internadas nos hospitais da área geográfica da biblioteca (Serviço de pediatria do Hospital Geral de Santo António e Hospital Maria Pia).
(Porto)

Ainda duas referências a duas outras categorias: Envolvimento de pais e familiares (6%) e Ateliês (5%).

A primeira tem como principais características o envolvimento de familiares, normalmente (pelo menos) os pais, no sentido de os incentivar a ler para os filhos.

Bébeteca

Acção de formação e lúdica para pais e filhos até aos 36 meses com dois momentos distintos: 1º momento - seminário sobre a descoberta dos livros necessários a esta faixa etária, como escolher, como abordar, etc. para os pais enquanto os filhos estão no atelier de expressão plástica explorado no 2º momento, este 2º momento é o encontro dos pais e filhos através da hora do conto com livros previamente seleccionados e abordados no 1º momento.
(Vila Nova de Gaia)

O livro meu irmão

Bolsas de Leitura, entregues a famílias do nosso concelho, com sugestões de leitura, jogos brinquedos educativos, caixas de surpresas, recortes, inquéritos, sugestões.
(Redondo)

A ler mais em família

Os pais/familiares são convidados a aderir à iniciativa, "comprometendo-se" a ler/contar histórias aos seus filhos, em periodicidade definida e por eles escolhida. Na sala de aula o docente "controla" as leituras efectuadas e dá uma peça de um puzzle às crianças, quando semanalmente é cumprido o estabelecido. Estão ainda previstas acções/ateliês de formação/sensibilização para pais.
(Nelas)

A segunda consiste na utilização de materiais (ou imateriais) diversos, para a construção de um qualquer produto colectivo: uma história, um espectáculo, um texto, etc.

Avós, artes e histórias

Foram convidados idosos (avós) dos lares de 3.^a idade e convidaram-se escolas do Ensino Pré-Escolar a participar. A acção teve como objectivo a elaboração de bonecos de trapos inspirados em personagens de livros de ficção infantil.

(Vila Real)

Pim Pam Pum Grupo de Jovens Contadores de Histórias

O Grupo Pim Pam Pum é constituído por crianças dos 6 aos 12 anos que duas vezes na semana se deslocam à Biblioteca para participar nos ateliers de expressão dramática e de escrita criativa. Este grupo com o animador, trabalha obras infantis de autores portugueses e pelo menos 4 vezes no ano encenam uma peça de teatro que apresentam à população em geral e ao público escolar.

(Aljustrel)

Livro com histórias

A metodologia aplicada terá como base o Livro com Estórias, composto por 10 páginas. A cada uma das páginas irá corresponder um padrão e estrutura das narrativas de ficção onde serão colocados cartões de acções, locais ou personagens correspondentes a essa estrutura. Os participantes vão escolhendo um cartão em cada página do livro, e consoante os cartões que forem saindo vão construindo a narrativa. Após a construção da estória devem realizar um desenho para a ilustrar. No final da sessão cada um dos participantes deve contar a sua estória ao resto da turma.

(Entroncamento)

De resto, outras categorias são claramente minoritárias, várias delas com apenas um caso, mas, ainda assim, ilustram a diversidade de projectos levados a cabo nas bibliotecas. Assinale-se ainda que, em alguns casos (6%), o que é descrito não é propriamente um projecto mas antes programas de projectos promoção da leitura.

Ainda uma derradeira abordagem utilizando a categorização de projectos de acordo com a designação, a síntese e os objectivos gerais enunciados. Será que é possível identificar regularidades temporais? O quadro nº 93 procura responder a esta questão.

Quadro nº 93
Projectos descritos no Módulo Específico por Início do projecto e por Categoria
 (percentagem em linha)

Categoria	Início do projecto				Total	Número
	Mais antigos	Antigos	Recentes	Mais recentes		
Facilitar o contacto com o acervo documental	9,5	11,9	54,8	23,8	100,0	42
Dar a conhecer a biblioteca	5,0	5,0	30,0	60,0	100,0	20
Leitura para os mais jovens	6,3	18,8	43,8	31,3	100,0	16
Grupos de leitores	–	21,4	50,0	28,6	100,0	14
Encontros com autores	–	23,1	69,2	7,7	100,0	13
Leituras no exterior	–	30,8	30,8	38,5	100,0	13
Programa de promoção	–	16,7	50,0	33,3	100,0	12
Envolvimento de pais e familiares	–	–	45,5	54,5	100,0	11
Ateliês	10,0	10,0	30,0	50,0	100,0	10
Outros	–	28,6	28,6	42,9	100,0	14
Não é possível tipificar	–	18,2	18,2	63,6	100,0	11
Não resposta	–	30,0	20,0	50,0	100,0	10
<i>Total</i>	<i>3,8</i>	<i>16,7</i>	<i>41,9</i>	<i>37,6</i>	<i>100,0</i>	<i>186</i>

Os projectos Mais recentes destacam-se nas categorias Dar a conhecer a biblioteca (60%), Envolvimento de pais e familiares (55%) e Ateliês (50%). Por outro lado, os Recentes apresentam valores percentuais muito relevantes em quatro categorias: Encontros com autores (69%); Facilitar o contacto com o acervo documental (55%); Grupos de leitores e Programa de promoção (ambos com 50%). Leitura para os mais jovens tem uma distribuição que se concentra nos Recentes (43%) e Mais recentes (31%) e Leituras no exterior mostra uma distribuição relativamente equilibrada nos Antigos, Recentes e Mais recentes, embora com um valor sensivelmente superior entre estes últimos (39% contra 30%). No que se refere aos Antigos, nenhuma das categorias consideradas regista valores maioritários, sendo a mais elevada a já referida para Leituras no exterior (31%). Quanto aos Mais antigos limitam-se a quatro categorias, em qualquer caso abaixo dos 10%.

Parece, deste modo, evidenciar-se alguma segmentação dos projectos, surgindo uns mais relacionados com tendências mais recentes, outros mostrando alguma continuidade e mesmo renovação, sendo que nenhum deles mostra sinais de *ter passado de moda*.

Quais as respostas dos responsáveis pelas bibliotecas no que toca aos objectivos específicos dos projectos? A Promoção da leitura junto dos potenciais leitores é o objectivo mais referido (80%) seguido de Promoção da leitura junto dos leitores (76%) (quadro nº 94).

Quadro nº 94
Projectos por objectivos específicos
(percentagem)
n = 190

Objectivos específicos	Percentagem
Promoção da leitura junto dos potenciais leitores	79,5
Promoção da leitura junto dos leitores	75,8
Formação de grupos-satélite (pais, avós, outros grupos profissionais para além dos mediadores da leitura)	22,1
Formação de mediadores da leitura (bibliotecários, professores, animadores, etc.)	19,5
Ns/Nr	2,1

Pergunta de resposta múltipla.

São relativamente poucos os projectos com apenas um dos objectivos específicos explicitados no questionário: 10% apenas para Leitores ou apenas para Potenciais leitores, 2% apenas Mediadores da leitura ou apenas Grupos satélite (quadro nº 95). De resto, as combinatórias resultantes das respostas são inúmeras, embora uma se destaque nitidamente: a que junta Leitores e Potenciais leitores (45% do total de 190 projectos) o que não deixa de, à luz da definição de projecto, ser paradoxal. Importa referir que 9% abrangem todos os quatro objectivos específicos propostos.

Quadro nº 95
Projectos de promoção da leitura por Combinatórias de objectivos específicos
(percentagem e número)
n = 190

Combinatórias de objectivos específicos	Percentagem	Número
Só Leitores	10,0	19
Só Potenciais leitores	10,0	19
Só Mediadores da leitura	2,1	4
Só Grupos satélite	1,6	3
Potenciais leitores e Grupos satélite	4,2	8
Leitores e Potenciais leitores	44,7	85
Leitores, Potenciais leitores e Grupos satélite	4,2	8
Potenciais leitores, Mediadores e Grupos satélite	1,1	2
Mediadores e Potenciais leitores	1,1	2
Leitores, Potenciais leitores e Mediadores	5,8	11
Leitores e Grupos satélite	2,1	4
Mediadores e Grupos satélite	0,5	1
Nenhum	3,7	7
Todos os objectivos	8,9	17

A classificação por Público-alvo confirma que as crianças e jovens são os privilegiados pelos projectos, tanto do ponto de vista da idade como por situação face à escola (quadro

nº 96). Mas repare-se que todos os públicos explicitados no questionário são objecto de pelo menos 2 projectos (no caso concreto, Reclusos).

Quadro nº 96
Projectos de promoção da leitura por Público-alvo
 (número)
 n = 190

Público-alvo	Número (múltipla)	Número (exclusiva em cada situação)
<i>Por idade</i>		
Bebés	31	5
Crianças	141	47
Jovens	105	41
Adultos	84	10
Idosos	55	3
Ns/Nr	4	-
<i>Por situação face à escola</i>		
Alunos da Educação Pré-escolar	91	13
Alunos do 1º ciclo	119	18
Alunos do 2º ciclo	76	2
Alunos do 3º ciclo	57	-
Alunos do Secundário	55	3
Estudantes Universitários	30	-
Estudantes das Novas Oportunidades	32	-
Ns/Nr	36	-
<i>Por situação face ao trabalho</i>		
Activos	64	16
Desempregados	46	2
Reformados	57	10
Ns/Nr	114	-
<i>Por nacionalidade ou etnia</i>		
Portugueses	124	48
Imigrantes	59	-
Estrangeiros residentes	65	-
Comunidade cigana*	44	2
Ns/Nr	66	-
<i>Por outras situações</i>		
Reclusos	2	-
Hospitalizados	5	4
Portadores de deficiências	19	18
Ns/Nr	-	-

Pergunta de resposta múltipla.

Nota: * e Portugueses.

Exemplo de leitura do quadro: Por idade, 31 projectos têm como público-alvo, *entre outros*, Bebés; 5 projectos têm como público-alvo *exclusivo* Bebés.

Porém, neste aspecto, o que será de destacar não é tanto os projectos que assinalam um entre vários públicos-alvo mas antes outros dois aspectos: (i) quais as combinações que as respostas contemplam; (ii) qual o número de projectos com resposta exclusiva em cada situação, ou seja, por idade, por situação face à escola, etc.

Quanto ao aspecto relativo às combinações possíveis, elas são (quase) infundáveis pelo que não é viável (nem talvez necessário) apresentar aqui todas as combinações resultantes. O que importa realçar é que em muitos casos elas são algo contraditórias, *pelo menos à luz da noção de projecto*.

Alguns exemplos serão talvez elucidativos (quadro nº 97).

Quadro nº 97
Projectos de promoção da leitura por Conjunção de públicos-alvo
(número e percentagem)
 n = 190

Conjunção de Públicos-alvo	Número	Percentagem
Idosos e Alunos da educação pré-escolar	30	15,8
Crianças e Estudantes universitários	18	9,5
Crianças e Alunos das Novas Oportunidades	20	10,5
Idosos e Estudantes universitários	24	12,6
Desempregados e Activos	44	23,2
Activos, Desempregados e Reformados	43	22,6

Se algumas conjunções de públicos-alvo são, pelo menos, compreensíveis, se não mesmo congruentes, outras são no mínimo estranhas: Crianças e Alunos das Novas Oportunidades? Idosos e Estudantes Universitários? E, simultaneamente, Activos, Desempregados e Reformados (ou seja, no essencial, toda a população). Será possível conciliar – ou, dito de outra forma – será eficaz conciliar os objectivos específicos dos projectos para públicos-alvo com características tão diferentes entre si?

Quanto ao segundo aspecto o quadro nº 96, já atrás referido, foi preparado de modo a dar resposta ao número de projectos que referiram, em exclusivo, e tendo em conta apenas o grupo em que estão incluídos (ou situação), o público-alvo em causa. Como se pode verificar, excluindo Por outras situações, o número baixa drasticamente. Por exemplo, nenhum projecto descrito se destina exclusivamente a Estudantes das Novas Oportunidades. O mesmo se verifica quanto a Alunos do 3º Ciclo, Estudantes Universitários, a Imigrantes e a Estrangeiros residentes.

A par da definição dos objectivos específicos esta é, possivelmente, uma das dimensões fundamentais dos projectos e em que a sua selecção denota menor cuidado. É, portanto, uma das dimensões que possivelmente ganhariam em ser melhor trabalhadas na fase de desenho de modo a melhorar a sua eficácia.

Áreas dos projectos

Das oito áreas ou modalidades dos projectos, propostas no questionário, a que reúne maior volume de respostas é Ateliê/Oficina (49%) seguida de Sessão com autores, ilustradores ou outros (31%). Pelo contrário, a que apresenta menor percentagem é Curso Breve de Literatura (4%). Por outro lado, em 26% dos projectos foi mencionada outra área/modalidade (quadro nº 98). Nestas foram referidas diversas áreas, entre as quais se destaca a referência a Hora do conto e Leituras (5% em ambas as áreas). Note-se, contudo, que se trata de resposta múltipla, tendo sido assinalada apenas uma área/modalidade em 41% dos projectos, o que pode denotar alguma dificuldade em situar conceptualmente os termos utilizados (que aliás seguem de perto os utilizados no quadro do PAPL/Itinerâncias culturais).

Quadro nº 98
Projectos por Áreas/Modalidades
(percentagem)
n = 190

Áreas/modalidades do projecto	Percentagem
Ateliê/Oficina	48,9
Sessão com autores, ilustradores ou outros	30,5
Espectáculo	25,3
Exposição	19,5
Acção de formação	16,8
Comunidade de Leitores	15,8
Concurso/Prémio	10,5
Curso Breve de Literatura	4,2
Outras áreas / modalidades	26,3
<i>Leituras</i>	5,3
<i>Hora do conto</i>	5,3
<i>Empréstimo</i>	2,6
<i>Empréstimo itinerante</i>	1,6
<i>Clube de Leitores</i>	1,1
<i>Leituras itinerantes</i>	1,1
<i>Visita a equipamentos culturais</i>	1,1
<i>Leituras encenadas</i>	0,5
<i>Grupo de voluntários</i>	0,5
<i>Pernoitar na biblioteca</i>	0,5
<i>Outros</i>	3,7
Ns/Nr	12,1
Base	190

Pergunta de resposta múltipla.

* 2 casos recodificados de "Outras".

** 1 caso de "Outras" recodificado.

*** Dos quais 3 já respondidos nas opções pré-definidas.

Na suposição de que a área/modalidade que incluiria maior diversidade de conteúdos seria a dos Ateliês/oficinas, pedia-se ainda a sua explicitação (quadro nº 99). Assim, Audição de leituras (65%) e Leitura em voz alta (61%) são os conteúdos mais referidos. Em contrapartida, Leitura com computador é o mais raro (8% dos projectos).

Quadro nº 99
Conteúdos dos projectos Ateliê/Oficina
(percentagem)

Conteúdos	Percentagem
Audição de leituras	64,5
Leitura em voz alta	61,3
Representação / Dramatização de textos	48,4
Escrita criativa	45,2
Reflexão / análise / Debate	41,9
Associação a outras expressões artísticas (cinema, Banda Desenhada, etc.)	39,8
Prática da leitura silenciosa com livros	19,4
Leitura em outros suportes (jornais, revistas, outros)	15,1
Leitura com computador	7,5
Ns/Nr	5,4

Pergunta de resposta múltipla.
Base: 93 respostas a Ateliê/Oficina.

Note-se, de novo, que se trata de uma pergunta de resposta múltipla pelo que muitos dos projectos contemplam mais do que um dos conteúdos propostos. Na realidade trata-se da larga maioria (79% inclui dois ou mais conteúdos).

Duração e periodicidade

Com a inclusão de uma pergunta sobre a duração prevista do projecto pretendia-se, para além de se obter a duração total, distribuir essa duração por diversos períodos: durante a semana, horário pós-laboral e fim-de-semana. Contudo, as respostas obtidas não são esclarecedoras uma vez que apenas se obtiveram 15 respostas válidas, ou seja, cuja soma das parcelas corresponde ao total de horas do projecto. Porventura a sua formulação não terá sido clara não se tendo especificado suficientemente o que se pretendia: obter a duração e respectiva discriminação para *uma* realização do projecto e não a duração total de todas as realizações previstas.

Quanto à periodicidade constata-se que a mais frequente é a Anual (35%), sendo que 42% são infra-anuais com destaque para Semanal e Mensal (15% cada) (quadro nº 100).

Quadro nº 100
Projectos por Periodicidade de realização
 (percentagem)
 n = 190

Periodicidade	Percentagem
Diária	4,7
Semanal	15,3
Mensal	14,7
Bimestral	3,2
Trimestral	3,7
Semestral	1,6
Anual	35,3
Outra	7,9
Sem periodicidade	6,3
Realizado apenas uma vez	4,2
Ns/Nr	3,2
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

Execução, constituição da equipa e acompanhamento

Os projectos são executados, na grande maioria., pelo pessoal da biblioteca (89%). Em 23% dos casos há recurso a Contratação externa e em 13% são envolvidos Voluntários (quadro nº 101). Refira-se ainda que, entre as respostas a Outros, se destacam as referências genéricas a serviços escolares ou educativos e, mais especificamente, a professores/educadores.

Quadro nº 101
Execução do projecto (resposta múltipla)
 (percentagem)
 n = 190

Execução do projecto	Percentagem
Pessoal da biblioteca	88,9
Contratação externa	22,6
Voluntários	12,6
Outros	20,0
<i>Professores/educadores</i>	6,3
<i>Não especificado</i>	13,7
Ns/Nr	3,7

Pergunta de resposta múltipla.

Trata-se de uma pergunta de resposta múltipla. Na verdade, parte significativa dos projectos são executados conjuntamente por 2 ou mais intervenientes (quadro nº 102).

Contudo, mantém-se elevada a percentagem correspondente aos projectos executados apenas por Pessoal da biblioteca (48%). E note-se ainda que quando realizados por Pessoal da biblioteca e Outros, estes Outros são, com frequência, serviços de educação ou educativos e professores/educadores.

Quadro nº 102
Execução do projecto (exclusiva)
(percentagem)
n = 190

Execução do projecto	Percentagem
Só Pessoal da biblioteca	47,9
Só Contratação externa	4,7
Só Voluntários	1,1
Só Outros (professores, formadores)	1,6
Pessoal da biblioteca + Outros	16,3
Pessoal da biblioteca + Contratação externa	13,2
Pessoal da biblioteca + Voluntários	6,8
Pessoal da biblioteca + Contratação externa + Voluntários	4,7
Ns/Nr	3,7
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

Relativamente à constituição da equipa executora, no que se refere às funções em causa, chegou-se a um número de cerca de 546 pessoas⁵⁰ envolvidas nos projectos em análise. Constata-se que a parte mais importante são técnicos das próprias bibliotecas (45%) e, embora em número substancialmente menor, de professores/educadores (13%). Entre as Outras funções estão formadores, mediadores da leitura, voluntários, pessoal administrativo e de apoio (por exemplo motoristas) bem como artistas executantes, técnicos de outras áreas que não de bibliotecas, etc.

Relativamente ao acompanhamento feito pela biblioteca, ele recai, na maioria dos projectos, no director/responsável pela biblioteca (70%) (quadro nº 103). Em 25% dos projectos recai noutros funcionários da biblioteca.

⁵⁰ Tenha-se em conta que os dados relativos à constituição da equipa executora resultam do tratamento de pergunta aberta pelo que apenas devem ser lidos como aproximações. Além do mais, e uma vez que várias bibliotecas desenvolvem mais do que um projecto, é possível que sejam os mesmos executantes para mais do que um projecto.

Quadro nº 103
Acompanhamento da execução do projecto
 (percentagem)
 n = 190

Acompanhamento	Percentagem
Pelo Director/Responsável pela biblioteca	70,0
Por outros funcionários da biblioteca	25,3
Sem acompanhamento por parte da biblioteca	-
Ns/Nr	4,7
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

Entidades parceiras e locais de realização

As entidades parceiras na execução dos projectos são várias e de diversa índole, desde as Câmaras municipais, isoladas ou associadas, até Centros paroquiais, passando por Associações e Fundações. Contudo, destacam-se claramente, e com o mesmo número de referências (13), as Câmaras municipais, as Escolas e a Fundação Calouste Gulbenkian (quadro nº 104).

Quadro nº 104
Entidades parceiras na execução dos projectos
 (número)
 n = 190

Entidades	Número
Escolas	13
Fundação Calouste Gulbenkian	13
Câmaras municipais	13
DGLB	6
Programas Operacionais Regionais (Comunitários)	3
Associações	2
Fundações (excluindo FCG)	2
Centros paroquiais	2
PNL	1
RBE	1

Nota: os valores apresentados resultam de tratamento de pergunta de resposta aberta.

Quanto aos locais de realização, para além da Biblioteca (68%) evidenciam-se Estabelecimento de ensino (38%) e Biblioteca escolar (20%) a que se segue Outro equipamento cultural (15%) (quadro nº 105). Embora com reduzidas percentagens, estão representados muitos locais de diferentes sectores, como se pode ver pelo referido quadro.

Local de realização dos projectos

(percentagem)

n = 190

Local de realização	Percentagem
Na Biblioteca	68,4
Estabelecimento de ensino	38,4
Biblioteca escolar	19,5
Outro equipamento cultural (auditório, museu, teatro, etc.)	15,3
Hospital	3,7
Empresa	0,5
Estabelecimento prisional	0,5
Outro	25,3
<i>Lares</i>	3,7
<i>Praias</i>	3,2
<i>IPSS</i>	3,2
<i>Espaços públicos</i>	3,2
<i>Domicílios</i>	1,6
<i>Centros de saúde</i>	1,1
<i>Livrarias</i>	0,5
<i>Cafetarias</i>	0,5
<i>Hotéis</i>	0,5
<i>Casas diocesana</i>	0,5
<i>Farmácias</i>	0,5
<i>Centros sociais</i>	0,5
<i>Centros de acolhimento de crianças</i>	0,5
<i>Juntas de freguesia</i>	0,5
<i>Parques de campismo</i>	0,5
Ns/Nr	4,2

Pergunta de resposta múltipla.

Modos de divulgação

Relativamente aos modos de divulgação do projecto, há dois que se destacam em valores percentuais: Pública (Internet, agenda cultural, folhetos, etc.) (76%) e Pessoal (informando directamente os possíveis interessados presencialmente, por telefone/carta, mail, etc.) (75%) (quadro nº 106).

Quadro nº 106
Projectos por Modo utilizado na divulgação
(percentagem)
n = 190

Modo de divulgação	Percentagem
Pública (Internet, agenda cultural, folhetos, etc.)	76,3
Pessoal (informando directamente os possíveis interessados presencialmente, por telefone, ofício/carta, mail, etc.)	75,3
Institucional (por exemplo através da direcção ou de responsáveis da escola)	60,0
Pública através dos meios de comunicação social (jornais, rádio, etc.)	51,6
Ns/Nr	4,2

Pergunta de resposta múltipla.

Contudo, importa frisar que a situação mais comum é a conjugação de dois ou mais modos de divulgação. É isso que se passa com 78% dos projectos (quadro nº 107). Adiante-se ainda que em 33% dos projectos a divulgação é feita através dos quatro modos considerados. Ou seja, embora a quantidade de modos de divulgação não signifique necessariamente maior eficácia e eficiência uma vez que a questão se coloca na adequação dos modos de comunicação com os objectivos e os públicos-alvo dos projectos, o que parece resultar dos dados é que os responsáveis procuram diversificar cumulativamente modos de comunicação para chegar aos públicos.

Quadro nº 107
Projectos por Número de modos de divulgação
(percentagem)
n = 190

Número de Modos de divulgação	Percentagem
Apenas um	17,4
Dois	22,6
Três ou quatro	55,8
Ns/Nr	4,2
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

Instrumentos de avaliação

Quais os instrumentos de avaliação utilizados? O mais usual é o que se dirige ao contexto de realização dos projectos – a Observação directa por técnicos da biblioteca (89%) (quadro nº 108). Especificamente quanto aos participantes as percentagens dos quatro instrumentos inquiridos variam entre 80% na Quantificação dos participantes e 21% nas Entrevistas.

Quadro nº 108
Instrumentos de avaliação
(percentagem em linha)
n = 190

Instrumentos de avaliação	Sim	Não	Ns/Nr	Total
Observação directa por técnicos da biblioteca	88,8	4,1	7,1	100,0
Quantificação dos participantes	79,5	3,7	16,8	100,0
Caracterização dos participantes (sexo, idade, ocupação, escolaridade, etc.)	60,0	18,8	21,2	100,0
Inquérito por questionário aos participantes	42,9	32,9	24,1	100,0
Entrevistas aos participantes	20,6	42,4	37,1	100,0
Inquérito por questionário aos formadores	17,1	44,1	38,8	100,0

Como se pode verificar, o Inquérito por questionário aos formadores é referido em 17% dos projectos, mas importa aferir este valor pelo tipo de projecto em causa, uma vez que, naturalmente, só se aplicará aqueles em que intervêm formadores. Contudo, nos projectos que incluem a vertente Acção de formação (32) a distribuição mostra que são 22% aqueles que utilizam este instrumento de avaliação (quadro nº 109).

Quadro nº 109
Inquérito aos formadores nos projectos com Área/Modalidade de acção de formação
(percentagem)
n = 190

Inquérito aos formadores	Percentagem
Sim	21,9
Não	37,5
Ns/Nr	40,6
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

SÍNTESE

O Inquérito às bibliotecas públicas municipais permitiu recolher informação sobre diversos aspectos das actividades realizadas nas, e pelas, bibliotecas em 2008, bem como permitiu conhecer melhor as opiniões dos seus responsáveis. O número de bibliotecas com resposta válida, 170, embora longe do universo das bibliotecas públicas municipais (que aliás não se sabe muito bem quantas unidades integra uma vez que não existem dados estatísticos nacionais) constitui um contingente muito significativo (61% do universo do Inquérito). Através do Módulo Específico foi ainda possível recolher descrições de 190 projectos de promoção da leitura, detalhadas e estruturadas de modo a serem trabalhadas sistematicamente. Importa lembrar que estes projectos foram seleccionados pelos responsáveis por, em princípio, serem especialmente significativos para cada biblioteca. Não corresponde a um qualquer levantamento de projectos mas a uma selecção feita pelos bibliotecários. Uma vez que foi já feita a apresentação exaustiva dos resultados a que se chegou, faz-se seguidamente uma síntese dos aspectos que, porventura, mais se destacam em cada uma das dimensões inquiridas.

Quanto aos recursos documentais das bibliotecas, as monografias constituem, naturalmente, a parte mais volumosa, chegando perto dos 5,9 milhões. Entre os restantes quatro tipos de documentos, os números em causa são substancialmente mais baixos e não ultrapassam os 231 mil exemplares dos Documentos audiovisuais. Contudo, do ponto de vista do acréscimo de documentos verificado em 2008, os que mais cresceram foram os tipos Seriados correntes (20%) e Documentos electrónicos (12%), contra os 5% das Monografias. De notar que 17% das bibliotecas não têm Documentos electrónicos no seu acervo. O valor apurado nas despesas com monografias eleva-se aos €2,6 milhões em 2008, valor que significa um acréscimo de cerca de €900 mil relativamente a 2007.

O perfil social dos responsáveis pelas bibliotecas que responderam ao questionário é marcado pela feminização (74%), pela categoria profissional de técnico superior (72%) e por uma grande variedade de cargos, entre os quais bibliotecário e responsável são os que mais se destacam percentualmente (21% em ambos). O cargo de director foi mencionado por apenas 4% das bibliotecas. Estes resultados podem ser explicados pela proximidade entre o cargo exercido na biblioteca e os cargos da estrutura administrativa dos municípios.

Das bibliotecas que responderam 59% integram a RNBP e 54% dos municípios em que aquelas se situam têm protocolo com o PNL.

Quanto ao PNL, 85% das bibliotecas responderam que adquiriram obras recomendadas, das quais 34% não têm protocolo assinado. Quanto ao modo de

aquisição, a maioria optou por um exemplar por título (65%). Relativamente aos montantes despendidos com monografias, as aquisições de obras do PNL representam 13% e 11% em 2007 e 2008, respectivamente, mas a diminuição em percentagem não significa que o mesmo se tenha passado em valores absolutos. De facto, deste ponto de vista verificou-se um acréscimo de €66 mil. Quanto a iniciativas de ampliação da acção do PNL responderam afirmativamente 42% das bibliotecas, das quais 12% sem protocolo. Constata-se portanto que a existência de protocolo é importante nas opções das bibliotecas, mas não determinante, ou seja, a adesão às medidas do Plano está para além da adesão formalizada em protocolo, o que não significa, naturalmente, que este não seja determinante noutros aspectos.

Quanto aos espaços disponíveis para o público, os resultados são muito heterogéneos, correspondendo, naturalmente, a bibliotecas com diferentes características e diferentes tipos. A zona de periódicos, a zona para o serviço de referência e de consulta local e a área de animação destinada a actividades de grupo (como a hora do conto) são as que mais se destacam em termos percentuais, sempre acima dos 87%. Relativamente aos Serviços, os resultados obtidos são menos heterogéneos, embora ainda se registem diferenças assinaláveis entre as várias opções de resposta. O empréstimo domiciliário de livros (presente em praticamente todas as bibliotecas inquiridas), a disponibilização ao público de computadores com ligação à Internet e a existência de montra(s) de novidades disponíveis na biblioteca registam percentagens acima dos 86%.

Restringindo a análise às bibliotecas que integram a RNBP constata-se que estas têm valores mais elevados na generalidade dos itens considerados, quer nos espaços quer nos serviços, resultados que remetem para níveis mais elevados de qualificação entre as bibliotecas da Rede, qualificação que constitui, precisamente, uma das premissas do Programa. Mas por outro lado parece existir ainda um caminho a percorrer por parte de algumas bibliotecas que a integram.

Quanto aos utilizadores apurados, os inscritos com cartão de leitor ultrapassam os 781 mil, dos quais 21% têm menos de 15 anos, o que significa que, no conjunto das bibliotecas em análise, eles estão sobrerrepresentados relativamente à população. Os utilizadores activos, ou seja, que recorreram aos serviços de empréstimo domiciliário pelo menos uma vez, representam 39%. Em 2008, o número de novos utilizadores representa 11% do total. Quanto ao número de frequentadores das bibliotecas são mais de 4,6 milhões. Do ponto de vista do número de utilizadores inscritos por biblioteca, mais de metade tem até 2.000.

Tanto do ponto de vista da requisição como do empréstimo domiciliário, o principal suporte continua a ser o livro, embora os outros tipos de documentos tenham já algum significado.

De acordo com o indicador relativo às obras disponíveis nas bibliotecas uma possível conclusão é a elevada diversidade da oferta das bibliotecas públicas municipais portuguesas. Não será por esse aspecto que os (potenciais) utilizadores se afastarão deste serviço.

Entre os critérios de selecção das obras do acervo por parte dos responsáveis, as sugestões dos utilizadores e a actualidade das obras são os que merecem o grau de Muito importante. Pelo contrário, a nacionalidade dos autores é o critério que menos importância tem. Nenhum dos critérios foi considerado como Nada importante. As recomendações do PNL estão entre os critérios Importantes.

Relativamente às actividades culturais realizadas pela biblioteca, a hora do conto é claramente a mais frequente. Mais de 80% das bibliotecas realiza essa actividade pelo menos uma vez por mês. A actividade que mais se aproxima é a realização de exposições, com menos de 60%. Pelo contrário, com perto de 40%, a realização de concertos é claramente a menos frequente.

Entre os destinatários das acções de formação, as percentagens mais elevadas reportam-se a mediadores da leitura, em particular Professores e Técnicos profissionais de biblioteca (61% e 60%, respectivamente).

As pessoas interessadas em participar em actividades ligadas à biblioteca em geral, e à promoção da leitura em particular, podem, com alguma frequência, fazê-lo em grupos por ela apoiados. É o que acontece em quase metade das bibliotecas em análise. Das cinco opções de resposta consideradas, a mais frequente é clube(s) de leitura (24%) seguida de comunidade(s) de leitores (22%), sendo que a opção com menor frequência é grupo de amigos (9%). Os participantes ascendem a 1.911 nas comunidade(s) de leitores e a 1.526 nos Clube(s) de leitura. O número mais reduzido reporta-se a grupo de amigos (da biblioteca), com 273 participantes. Contudo, haverá que ter em conta que várias bibliotecas consideraram grupos escolares, os quais correspondem normalmente a turmas, nos clube(s) de leitura e nas comunidade(s) de leitores. De novo se constata que as bibliotecas que integram a RNBP se distanciam das demais no (maior) apoio a tais grupos. Ainda duas outras conclusões no tocante aos grupos apoiados: quanto maior a dimensão populacional do município maior o número de grupos apoiados; são as bibliotecas mais recentes que apoiam mais grupos.

Relativamente aos locais de realização das actividades de promoção da leitura, a biblioteca municipal é o local por excelência de realização dessas actividades (95%), a que se seguem três equipamentos escolares: escolas, bibliotecas escolares e jardins-de-infância (todos acima dos 46%). No pólo oposto situam-se três das opções de resposta consideradas (com valores mínimos que não ultrapassam 1%): lojas, supermercados; transportes públicos e interfaces; locais de trabalho.

São 50 as bibliotecas que dispõem de um documento escrito orientador das actividades de promoção da leitura. Entre essas o documento mais comum é o plano de actividades (17), sendo que 7 podem ser considerados como documentos específicos de promoção da leitura.

Outra questão abordada prende-se com as entidades ou equipamentos a que a biblioteca se associa na realização de projectos de promoção da leitura. Também deste ponto de vista as escolas e as bibliotecas escolares se destacam como aquelas entidades/equipamentos com as quais as bibliotecas públicas se associam. Pelo contrário, entre aquelas a que menos se associa estão as empresas, as lojas/espços comerciais e, em particular, os estabelecimentos prisionais.

Do conjunto das bibliotecas, 143 (84%) participam em pelo menos um dos dois principais programas nacionais que apoiam a realização de iniciativas de promoção da leitura nas bibliotecas públicas municipais. Como seria de esperar o PAPL é o mais citado (76%), seguido do Concurso da FCG direccionado para as bibliotecas públicas que é referido por 49% das bibliotecas. A participação no Concurso Nacional de Leitura (iniciativa do PNL) é referida por 22%. Contudo, a maior parte das bibliotecas participou em mais do que um programa.

A participação em programas internacionais limita-se a 15 (ou 8%) das bibliotecas. Note-se ainda que em geral as que participam em programas internacionais participam (também) em programas nacionais (14 casos).

No que toca às opiniões dos responsáveis quanto à importância por eles atribuída a um conjunto de actividades das bibliotecas conclui-se que entre as consideradas muito importantes estão Apoiar as famílias a criar o gosto e hábitos de leitura junto de crianças e jovens e Favorecer a leitura nos tempos livres. No pólo oposto (sendo que as médias das respostas se aproximam da opinião Importante) situa-se Promover a leitura em formato electrónico. Aliás, os itens que se referem às novas tecnologias são relativamente menos valorizados.

Uma última pergunta de opinião reporta-se a sete afirmações referentes à promoção da leitura. De novo se verifica grande homogeneidade nas respostas obtidas, neste caso em torno de valorizações moderadamente positivas (a média das respostas gravita em torno da opinião Concordo). Não se vislumbram, portanto, itens que discriminem claramente as posições expressas. Podem porém tecer-se algumas considerações sobre a hierarquia das respostas. Assim, a afirmação “A promoção da leitura pode ser feita através de actividades culturais diversificadas, como peças de teatro ou outros espectáculos”, é a que regista a média mais próxima de Concordo totalmente – a que se segue a afirmação “O Plano Nacional de Leitura estimula a promoção da leitura realizada pelas Bibliotecas Públicas”.

Finalmente, 41% afirmaram que projectos de promoção da leitura houve que não se realizaram por vários motivos, entre os quais se destacam os recursos financeiros (80%) e o pessoal (61%). As necessidades de formação e/ou competências são as menos referidas (20%). Entre as outras dificuldades expressas estão as orientações políticas municipais (ou sua ausência) (com 4%). Os objectivos específicos desses projectos foram explicitados por 47 bibliotecas, parte deles transcritos a título ilustrativo.

Deixaram sugestões quanto às políticas públicas de promoção da leitura 44 responsáveis (26% das bibliotecas em análise), igualmente parte deles transcritos pelo seu carácter ilustrativo.

Passando ao Módulo Específico – descrição de até três projectos de promoção da leitura considerados particularmente significativos pelos responsáveis pelas bibliotecas – foram 190 as respostas obtidas, o que significa uma média de 1,6 projectos por biblioteca tendo em conta que 116 preencheram pelo menos um Módulo.

Diga-se desde logo que apenas 7% do contingente das bibliotecas em análise se limitaram à oferta do PAPL. Numa outra perspectiva, 22% não realizou qualquer projecto de promoção da leitura.

Os projectos descritos apresentam diferentes espessuras temporais. O mais antigo remonta a 1985, os mais recentes (6) já a 2009. Como seria de prever os anos mais recentes são os que têm mais projectos, com destaque para 2008 (com 64). De resto, 80% dos projectos são recentes ou muito recentes, ou seja, tiveram o seu início depois de 2005. Do ponto de vista da inserção do projecto em programas de âmbito nacional ou internacional, o número mais elevado (25) situa-se no quadro da FCG, seguido de PAPL/Itinerâncias culturais (com 19), dados que mostram a relevâncias destes dois enquadramentos institucionais, ainda para mais tendo em conta que os restantes têm frequências muito baixas. Ainda assim destaca-se um Programa Operacional (o do Norte) do Quadro Comunitário de Apoio III, portanto com fundos comunitários.

A categorização de projectos, construída a partir das designações, sínteses e objectivos gerais, mostra que a categoria mais volumosa é a aqui designada por Facilitar o contacto com o acervo documental (bibliotecas itinerantes, de praia, baús, sacos de livros, etc.) com 22%, sendo que a larga distância se situa uma outra categoria, aquela designada por Dar a conhecer a biblioteca (11%). O cruzamento desta categorização com o início do projecto evidencia alguma segmentação dos projectos, surgindo uns mais relacionados com tendências mais recentes, outros mostrando alguma continuidade e mesmo renovação. Para dar apenas alguns exemplos, os projectos Mais recentes destacam-se nos tipos Dar a conhecer a biblioteca, Envolvimento de pais e familiares e Ateliês. Os Recentes apresentam valores percentuais muito relevantes nos tipos Encontros com autores, Facilitar o contacto com o acervo documental, Grupos de leitores e Programa de

promoção. A distribuição da categoria Leitura para os mais jovens concentra-se nos Recentes e Mais recentes.

Quanto aos objectivos específicos dos projectos os leitores, tanto os potenciais (80%) como os actuais (76%) – são os privilegiados. Mas adiante-se que, regra geral, os projectos têm dois ou mais dos quatro objectivos específicos considerados no questionário, em alguns casos em combinatórias algo contraditórias tendo em conta a definição de projecto. A percentagem mais volumosa (45%) é a que tem por objectivo promover a leitura junto dos leitores e dos potenciais leitores. Resultado que chama a atenção para a importância de melhor definir os objectivos, uma vez que dificilmente se poderá conceber um projecto que se dirige simultaneamente a estes dois grupos de destinatários.

A classificação por público-alvo confirma que as crianças e os jovens são os mais comuns, tanto do ponto de vista da idade como por situação face à escola, sendo que, também aqui, se verifica cumulatividade de públicos-alvo, em alguns casos sem que se vislumbrem quais as características comuns entre eles (por exemplo, entre crianças e alunos do Programa Novas Oportunidades).

Das oito áreas ou modalidades dos projectos, propostas no questionário, a que reúne maior volume de respostas é Ateliê/Oficina seguida de Sessão com autores, ilustradores ou outros (ambas acima dos 31%). Pelo contrário, a que apresenta menor percentagem é Curso Breve de Literatura (4%).

Quanto aos conteúdos dos Ateliês/Oficina, Audição de leituras (65%) e Leitura em voz alta (61%) são os mais referidos. Em contrapartida, Leitura com computador é o menos assinalado (8% dos projectos). Mas a maioria dos projectos desta área inclui dois ou mais dos conteúdos considerados.

Quanto à periodicidade constata-se que a mais frequente é a Anual (35%), sendo que 42% são infra-anuais com destaque para a Semanal e a Mensal (15% cada).

Em nove em cada dez projectos a execução é do pessoal da biblioteca. Em 23% dos casos há recurso a contratação externa e em 13% são envolvidos voluntários. Outras referências incluem serviços escolares ou educativos e, mais especificamente, professores/educadores. Mas também aqui é possível detectar diversas combinatórias, entre as quais se destaca a execução por pessoal da biblioteca e contratação externa. Na maioria dos projectos o acompanhamento da execução recai no director/responsável pela biblioteca.

As entidades parceiras na execução dos projectos são várias e de diversa índole, desde as câmaras municipais, isoladas ou associadas, até centros paroquiais, passando por associações e fundações. Contudo, destacam-se claramente, para além das câmaras municipais, e com o mesmo número de referências (13), as escolas e a Fundação Calouste Gulbenkian.

Quanto aos locais de realização, para além da biblioteca, evidenciam-se os estabelecimentos de ensino e as bibliotecas escolares.

Relativamente aos modos de divulgação do projecto há dois que se destacam em valores percentuais: Pública (Internet, agenda cultural, folhetos, etc.) e Pessoal (informando directamente os possíveis interessados presencialmente, por telefone/carta, mail, etc.), em ambos os casos acima dos 75%. Contudo, importa frisar que a situação mais comum é a conjugação de dois ou mais modos de divulgação. É isso que se passa com quase oito em cada dez projectos.

Por fim, no que toca aos instrumentos de avaliação, o mais usual é o que se dirige ao contexto de realização dos projectos, a observação directa por técnicos da biblioteca (nove em cada dez projectos). Especificamente quanto aos participantes, as percentagens de utilização dos quatro instrumentos inquiridos variam entre 80% na Quantificação dos participantes e 21% nas Entrevistas.

BALANÇO FINAL

A análise documental e dos dados disponibilizados pelas várias fontes (DGLB, FCG e PNL), em particular os de carácter administrativo, bem como os resultados do Inquérito às bibliotecas, permitiram sustentar algumas conclusões relativamente a dimensões consideradas neste estudo: orientações e medidas de política cultural, contextos institucionais, opiniões dos responsáveis, e características das actividades e projectos realizados nas, e pelas, bibliotecas públicas municipais.

Assim, e desde logo, pode concluir-se que, na generalidade, as bibliotecas aqui consideradas elaboram, promovem, organizam e/ou acolhem inúmeras actividades culturais. Essas actividades aproximam-se mais, nuns casos, da animação cultural das valências das bibliotecas, noutros da promoção da leitura, noção que vem ganhando relevo nos últimos anos. Os destinatários são diversos, mas as crianças e os jovens (em idade escolar e, muitas vezes, na qualidade de alunos), por um lado, e os mediadores da leitura (professores, bibliotecários, etc.), por outro, são claramente os mais comuns. As articulações com as escolas e as bibliotecas escolares são muito frequentes.

Trata-se, aliás, de uma prática que se enraíza nas orientações das políticas culturais para este domínio das bibliotecas em que desde há muito se enfatiza essa relação.

Em alguns casos, as bibliotecas participam ou realizam actividades no âmbito de apenas um programa de promoção da leitura de âmbito nacional. Noutros acumulam as participações e realizações. Noutros ainda realizam actividades sem qualquer enquadramento especial para além do contexto da própria biblioteca, definindo e concretizando as suas próprias actividades e projectos. E noutros realizam actividades culturais, mas não projectos de promoção da leitura. Isto sem esquecer que as bibliotecas são o local/equipamento por excelência da leitura e, logo, da sua divulgação e promoção.

As bibliotecas públicas municipais são chamadas a cumprir diversos serviços e funções. Porque dispõem, muitas delas, de várias valências (auditório, espaço de exposições, etc.) são, frequentemente, autênticos centros culturais, característica mais patente nas pequenas localidades em que estas constituem, se não o único, pelo menos um dos raros equipamentos culturais.

Considerou-se útil abordar as bibliotecas à luz de três binómios, todos eles patentes na documentação compulsada: biblioteca pública e biblioteca pública *municipal*; animação cultural e promoção da leitura; actividade normal e projecto. Como fica patente ao longo

do estudo, com essa opção de método não se pretende propriamente valorizar um deles em função do outro ou sequer estabelecer definições fechadas mas antes enfatizar as diferentes realidades que lhes podem estar subjacentes. Espera-se que com benefício não apenas do ponto de vista analítico mas também na definição de medidas de intervenção que venham a ser futuramente delineadas.

Este estudo deixou também patente a relevância dos três enquadramentos institucionais de âmbito nacional em que a promoção da leitura se concretiza: a tutela da Cultura, por via da RNBP, e o PAPL/Itinerâncias culturais e, mais recentemente, o Portal Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas; a Fundação Calouste Gulbenkian e, em particular, o seu Concurso Apoio a Projectos de Promoção da Leitura nas Bibliotecas Públicas; e, naturalmente, o Plano Nacional de Leitura.

O estudo permitiu inventariar alguns elementos capazes de aferir as orientações com as práticas seguidas no tocante aos enquadramentos públicos.

Quanto à tutela da Cultura, depois de uma fase marcada pela preocupação com as infra-estruturas que esteve na origem da RNBP – preocupação formalizada nos contratos-programa celebrados entre a tutela da Cultura e os municípios, seguiu-se, cerca de dez anos depois, uma outra marcada pela atenção aos conteúdos e que esteve na génese de um programa nacional de promoção da leitura, o PAPL. Quanto à RNBP, os dados estatísticos recolhidos comprovam a sua relevância como factor de qualificação do funcionamento das bibliotecas públicas (por exemplo quanto aos espaços, aos serviços e aos grupos apoiados), mas sugerem ainda que há um caminho a percorrer nesse sentido, e não apenas por aquelas bibliotecas exteriores à Rede, mas também por parte de algumas que já a integram. Quanto ao PAPL, evidencia-se a sua relevância pela diversidade de acções postas à disposição das bibliotecas, a custos baixos. Claro que com diferentes impactos consoante o volume de actividades que cada biblioteca tem capacidade para oferecer com base nas suas opções e nos seus recursos. Isto sem esquecer a importância que a própria carteira de acções tem como catálogo de propostas (legitimadas pela DGLB) que as bibliotecas podem contratar, paralela ou complementarmente ao Programa.

Ficou também patente que, com a integração no PNL, a oferta de acções se reforçou globalmente e em particular no tocante às Acções de Formação e às bibliotecas abrangidas (bibliotecas públicas municipais que não apenas as da Rede). Mas retiveram-se alguns problemas, quanto às Acções de Formação, relacionadas com condicionantes oriundas do Ministério da Educação.

Quanto ao PNL, a primeira fase, em curso, tem como públicos-alvo as crianças e os jovens em idades escolares. Parte substancial do esforço de promoção da leitura passa justamente pelo sistema de ensino e pela Rede de Bibliotecas Escolares. Esta Rede e a RNBP são parceiras estratégicas na concretização das medidas do Plano. Seja qual for a

fonte utilizada, é evidente a conformidade dos públicos-alvo das actividades das bibliotecas públicas municipais com a presente fase do PNL. Evidencia-se igualmente no que toca aos mediadores da leitura, em particular nos destinatários das Acções de Formação, mediadores da leitura como professores e bibliotecários, e nas articulações que estabelecem, de diversos pontos de vista, com as escolas. Aliás, de certo modo, tanto os públicos-alvo como as articulações estão inscritos nos objectivos fundadores e nas orientações sucessivamente seguidas pelos vários Governos Constitucionais, mas em que também se evidenciam alguns problemas, porventura derivados das alterações em curso nos últimos anos no sistema de ensino.

De resto, valerá talvez a pena destacar mais três aspectos, dois deles decorrentes das sugestões deixadas pelos responsáveis das bibliotecas quanto às políticas culturais, e um último de ordem geral.

O primeiro reporta-se à conveniência, que poderá advir para a intervenção das bibliotecas, de se delinearem, porventura com maior precisão, orientações sobre qual a função específica das bibliotecas públicas municipais no quadro do PNL.

O segundo aspecto remete para a necessidade de caminhar no sentido da discussão de possíveis linhas orientadoras (de preferência expressas através de um documento) quanto à promoção da leitura nas bibliotecas públicas municipais.

O terceiro tem a ver com a relação entre políticas culturais e educativas. Como se referiu já, nos programas dos vários Governos Constitucionais, as políticas culturais, no que toca ao objecto aqui em causa, têm sido incentivadas a cooperar com as políticas educativas, o que tem sido feito em diversos moldes, designadamente quanto às actividades das bibliotecas direccionadas para os alunos e para as escolas, ao apoio às bibliotecas escolares e às acções de formação destinadas a professores.

Mas estão a ocorrer mudanças no sistema de ensino cujas repercussões nas bibliotecas públicas municipais devem ser equacionadas em pelo menos quatro planos.

Um deles refere-se aos *professores*, à menor disponibilidade de dispensa nas escolas às exigências quanto à sua formação (que não as subjacentes ao PAPL/Itinerâncias culturais), e à oferta do Ministério da Educação na formação contínua dos professores.

O segundo plano é o dos *alunos* e deriva do alargamento do horário escolar com a consequente menor disponibilidade em tempo para frequentar as bibliotecas públicas.

O terceiro reporta-se ao *alargamento rápido do número de escolas com bibliotecas* integradas na Rede de Bibliotecas Escolares, o que significa, possivelmente, menor necessidade de recurso ao acervo e aos espaços das bibliotecas públicas municipais por parte dos alunos e, eventualmente, diminuição do apoio a disponibilizar por estas às escolas.

E o quarto plano reporta-se ao *alargamento da rede do pré-escolar*, o que significará, talvez, que cresça o número de actividades com crianças centradas nos jardins-de-infância.

Estas mudanças, que implicam novos desafios para as bibliotecas públicas municipais, podem, entretanto, ser vistas como oportunidades para estas recentrarem as suas actividades numa das suas principais finalidades enquanto equipamentos culturais, ou seja, contribuir para tornar perenes as práticas de leitura após a saída do sistema de ensino.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA CITADA

- BERTRAND, Anne-Marie (1994), *Les Bibliothèques Municipales. Acteurs et Enjeux*, Paris, Éditions du Cercle de la Librairie.
- _____ (1996), "Les bibliothèques", em PERRET, Jacques e SAEZ, Guy (dir.), *Institutions et Vie Culturelles. Les Notices*, Paris, La documentation Française, pp. 77-82.
- CEREZUELA, David Roselló (2006[2004]), *Diseño y Evaluación de Proyectos Culturales*, Barcelona, Editorial Ariel.
- COSTA, António Firmino, ÁVILA, Patrícia e PEGADO, Elsa (2008), *Avaliação do Plano Nacional de Leitura*, Lisboa, GEPE/ME (documento electrónico).
- ESCRIBANO, Joaquín Pinto (2002), "Un nuevo modelo para las políticas de lectura pública" em OCHOA, Pilar Aldanondo e Joana Escudero MÉNDEZ (eds.), *La Política Cultural en el Municipio. El respecto a los derechos de propiedad intelectual*, Madrid, Fundación Autor, pp. 77-84.
- FARIA, Maria Isabel e PERICÃO, Maria da Graça (2008), *Dicionário do Livro. Da escrita ao livro electrónico*, Coimbra, Almedina.
- GATTEGNO, Jean (dir.) (1989), *Bibliothèques Publiques et Illettrisme*, Paris, MCCGTB/Direction du Livre et de la Lecture.
- GONÇALVES, Albertino, VIANA, Fernanda Leopoldina e DIONÍSIO, Maria de Lourdes (2007), *Dar Vida às Letras: promoção do livro e da leitura*, Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho (documento electrónico).
- LAGES, Mário F., LIZ, Carlos, ANTÓNIO, João H. C. e CORREIA, Tânia Sofia (2007), *Os Estudantes e a Leitura*, Lisboa, GEPE/ME (documento electrónico).
- LOPES, João Teixeira e ANTUNES, Lina (2000), "Desescolarizar as bibliotecas?" em *OBS*, nº 8, pp. 25-27.
- MOURA, Maria José (coord.), ALMEIDA, Pedro Vieira de, PORTILHEIRO, Joaquim Macedo e CALÇADA, Maria Teresa (1986), "Leitura pública: Rede de bibliotecas municipais", Lisboa, SEC, 76 pp.
- MOURA, Maria José (coord.), SILVA, Gabriela Lopes da, FIGUEIREDO, Fernanda Eunice, RODRIGUES, Eloy e CASTELEIRO, Rui (1996), "Relatório sobre as Bibliotecas Públicas em Portugal", Lisboa, MC/IPLB, 27 pp.
- NEVES, José Soares, LIMA, Maria João e BORGES, Vera (2008), *Práticas de Promoção da Leitura nos Países da OCDE*, Lisboa, GEPE/ME (documento electrónico).
- NUNES, Joana Saldanha e NEVES, José Soares (2005), *As Bibliotecas Municipais de Cascais*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- OLIVEIRA, Vera (1998) "Promoção da Leitura em Portugal: o Programa Nacional de Promoção da Leitura (PNPL) do Instituto Português do Livro e da Leitura

- (IPLB)", [comunicação apresentada no 6º Congresso Nacional Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas], Maio 1998.
- PERONI, Michel (2004), "La lectura como práctica social. Los equívocos de una evidencia", II Encuentro de Promotores de la Lectura, XVIII Feria Internacional del Libro de Guadalajara, México (documento electrónico).
- PROLE, António (S/data), "Como Fazer um Projecto de Promoção da Leitura", <http://195.23.38.178/casdaleitura/portalpha/bo/documentos/manual_instrucoes_projectos_a_C.pdf> acedida em 02-07-2008.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.), ANTUNES, Lina, CONDE, Idalina, COSTA, António Firmino da, FREITAS, Eduardo de, GOMES, Rui Telmo, GONÇALVES, Carmen, GONÇALVES, Helena Seitas, LOPES, João Teixeira, LOURENÇO, Vanda, MARTINHO, António, MARTINHO, Teresa Duarte, NEVES, José Soares, NUNES, João Sedas, PEGADO, Elsa, PIRES, Isabel e SILVA, Francisco (1998), *As Políticas Culturais em Portugal*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.), GOMES, Rui Telmo, NEVES, José Soares, LIMA, Maria João, LOURENÇO, Vanda, MARTINHO, Teresa Duarte e SANTOS, Jorge Alves dos (2004), *Políticas Culturais e Descentralização: Impactos do Programa Difusão das Artes do Espectáculo*, Lisboa, OAC.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, (coord.), NEVES, José Soares, LIMA, Maria João e CARVALHO, Margarida (2007), *A Leitura em Portugal*, Lisboa, GEPE - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (documento electrónico).
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, (coord.), NEVES, José Soares, SANTOS, Jorge Alves dos e NUNES, Joana Saldanha (2005), *O Panorama Museológico em Portugal [2000-2003]*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- SEIBEL, Bernadette (1983), *Bibliothèques Municipales et Animation*, Paris, Dalloz.
- THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto (2006), *Techniques de Modélisation de Projets Culturels*, Paris, L'Harmattan.
- TRAIN, Briony (2002), "International Reading Survey: presentation of findings", IFLA Reading Section Standing Committee (documento electrónico).
- VENTURA, Nuria (2001), "Las bibliotecas públicas", em AAVV, *La Educación Lectora*, Madrid, Fundación Germán Sánchez Ruipérez, pp. 157-163 (documento electrónico).

ANEXOS

ANEXO 1
Questionário às bibliotecas públicas municipais

|

ANEXO 2
Ofícios de envio do questionário, insistência e data limite

7.04.09

Exmo(a) Senhor(a)

Responsável pela Biblioteca Municipal

O Observatório das Actividades Culturais (OAC) está a realizar um Inquérito sobre Promoção da Leitura nas Bibliotecas Públicas.

O Inquérito abrange todas as bibliotecas públicas municipais portuguesas abertas ao público.

Este estudo, promovido pelo Plano Nacional de Leitura, é da maior importância para o conhecimento das actividades desenvolvidas pelas bibliotecas públicas, pelo que solicitamos a sua colaboração preenchendo o questionário, em linha, disponível no seguinte endereço:

<http://www.surveymonkey.com/...>

Solicita-se o preenchimento electrónico do questionário até ao próximo dia 30 de Abril.

Agradeço a sua atenção e fico disponível para qualquer esclarecimento ou informação adicional que considere necessário.

Com os meus melhores cumprimentos,

A equipa responsável pelo projecto,

José Soares Neves

27.04.09

Exmo(a) Sr(a)

Lembramos que o prazo para preenchimento do questionário do Inquérito Promoção da Leitura nas Bibliotecas Públicas termina no próximo dia 30, quinta-feira.

Se por acaso já iniciou o preenchimento lembramos que deverá proceder ao envio carregando no botão 'Enviar questionário ao OAC'.

Se ainda não iniciou por favor proceda ao seu preenchimento quanto antes, a partir do seguinte link:

<http://www.surveymonkey.com/...>

A sua colaboração é muito importante.

Agradeço de novo a atenção e fico disponível para qualquer esclarecimento ou informação adicional que considere necessário.

Com os meus melhores cumprimentos,

O responsável pelo projecto,

José Soares Neves

14.05.09

Exmo(a). Senhor(a) Responsável pela Biblioteca Municipal

Um elevado número de bibliotecas inquiridas respondeu já ao questionário electrónico do estudo **Promoção da Leitura nas Bibliotecas Públicas**, pelo que quero começar por agradecer, em meu nome pessoal e em nome da equipa do OAC, a preciosa colaboração dos respectivos responsáveis.

Como referido anteriormente, o prazo para o preenchimento terminou no passado dia 30 de Abril.

Contudo, devido a diversos problemas de comunicação, que têm vindo a ser resolvidos, e de modo a permitir a participação de todas as bibliotecas interessadas em colaborar, o prazo foi estendido até ao próximo dia 20 de Maio.

Após esta data as respostas não poderão ser incluídas na análise dos dados.

Se ainda não respondeu ou, por qualquer motivo, não recebeu ou necessita de uma segunda via do link para o questionário por favor contacte Alexandra Vaz, através do telefone 213 219 860 ou do endereço electrónico Alexandra.vaz@oac.pt

Os resultados serão apresentados publicamente na III Conferência do PNL a realizar oportunamente.

Agradeço de novo a colaboração prestada.

Com os meus melhores cumprimentos,

José Soares Neves

(responsável pelo projecto)

ANEXO 3

Ofícios a solicitar envio de documento ou parte de documento de promoção da leitura

26.06.09

Exmo(a) Senhor(a)

Na sequência da resposta ao Inquérito Promoção da Leitura nas Bibliotecas Públicas venho solicitar que, *se possível*, nos envie uma cópia do documento " _____ " mencionado na pergunta 23. "A Biblioteca dispõe de um documento escrito orientador das actividades de promoção da leitura?".

De facto, no quadro do presente estudo, a consulta de tal documento apresenta grande relevância.

Agradeço de novo a atenção e fico disponível para qualquer esclarecimento ou informação adicional.

Com os meus melhores cumprimentos,

José Soares Neves
(responsável pelo projecto)

26.06.09

Exmo(a) Senhor(a)

Na sequência da resposta ao Inquérito Promoção da Leitura nas Bibliotecas Públicas venho solicitar que, *se possível*, nos envie uma cópia **da parte relativa à promoção da leitura** do documento " _____ " mencionado na pergunta 23. "A Biblioteca dispõe de um documento escrito orientador das actividades de promoção da leitura?".

De facto, no quadro do presente estudo, a consulta de tal documento apresenta grande relevância.

Agradeço de novo a atenção e fico disponível para qualquer esclarecimento ou informação adicional.

Com os meus melhores cumprimentos,

José Soares Neves

(responsável pelo projecto)